

**REDISTRIBUIÇÃO  
REGIONAL  
DA POPULAÇÃO NO  
INTERIOR PAULISTA NOS  
ANOS 80:**

**EM BUSCA DOS  
DETERMINANTES  
ESTRUTURAIS DO FENÔMENO**

**PAULO DE MARTINO JANNUZZI**

**SUMÁRIO**

Introdução	7
Urbanização no Brasil e em São Paulo: uma resenha bibliográfica	11
O papel da migração na redistribuição regional da população nos anos 80	23
Uma prospecção acerca dos determinantes da redistribuição populacional recente	33
Conclusão	71
Bibliografia	75



UNICAMP

**Reitor**

Hermano Tavares

**Vice-Reitor**

Fernando Galembeck

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário**

Luiz Carlos Guedes Pinto

**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**

João Wanderley Geraldi

Ivan Emílio Chambouleyron

**Pró-Reitor de Pós-Graduação**

José Cláudio Geromel

**Pró-Reitor de Graduação**

Angelo Luiz Cortelazzo



**Coordenador do Núcleo de Estudos de População**

Daniel J. Hogan

*FICHA CATALOGRÁFICA*

Jannuzzi, Paulo de Martino

Redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80: em busca dos determinantes estruturais do fenômeno / Paulo de Martino Jannuzzi. - Campinas : UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1998. 82 p.

( Redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80: em busca dos determinantes estruturais do fenômeno, TEXTOS NEPO 34 ).

1. Demografia regional. 2. População-Interior Paulista. I. Título. II. Série.

Índice para catálogo sistemático

1. Demografia regional - 301.32
2. População - 301.32

**Editora dos Textos NEPO**

Maria Isabel Baltar da Rocha

E-mail: publica@nepo.unicamp.br

**Apoio Técnico**

**Capa e projeto gráfico:** Moema Cavalcanti

**Editoração eletrônica:** Oficina Editorial

**Preparação dos originais:** Alice Miyashiro

**Centro de Documentação:** Adriana Cristina Fernandes

*Ao meu irmão Marcelo,  
de quem sempre guardarei a  
lembrança do carinho, amizade  
e bondade com quem sempre  
tratou a todos que lhe cercavam.*

---

## **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de descrever e analisar o processo de distribuição regional da população no interior paulista, nos anos 80, com base em suas determinações estruturais – nível de desenvolvimento econômico, especialização produtiva, nível de salários, oferta de empregos, condições de vida. Apresenta-se uma resenha bibliográfica sobre urbanização e distribuição espacial da população no Brasil e em São Paulo e também um inventário de indicadores sociais produzidos no Brasil. Discutem-se, brevemente, as repercussões do novo quadro distributivo e demográfico, no Estado e no Brasil, sobre o processo de formulação de políticas públicas.

---

## **ABSTRACT**

This text aims to describe and analyse the process of population distribution over the regions of Sao Paulo State in the 80's, focusing on the role of its structural determinants – economic development, regional economic structure, wages, labour market opportunities, living conditions. It brings a bibliographical review on urbanization and geographical distribution over Brazil's and Sao Paulo's territories. It also presents a set of social indicators produced in the statistical offices in Brazil. Finally, it briefly discusses the consequences of the new patterns of population distribution and demographics, in Sao Paulo State and Brazil, on the public policy making.



---

## INTRODUÇÃO

A interiorização do desenvolvimento que se processa desde o final dos anos 60 no Estado de São Paulo tem provocado mudanças demográficas e socioeconômicas de grandes proporções em várias microrregiões do Estado. De um lado, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e seus respectivos entornos têm-se transformado em importantes pólos de desenvolvimento econômico e atração populacional. De outro, o Vale do Ribeira e outras localidades do Oeste paulista vêm perdendo população e importância econômica. Este cenário de contrastes, tão próprio da dualidade estrutural brasileira, mas para o qual, diferentemente de outras regiões, há razoável acervo de estatísticas e estudos disponível, coloca-se como objeto de estudo de grande potencial analítico para pesquisadores dos diversos campos do conhecimento.

Com a publicação dos primeiros resultados do Censo 91, abre-se a possibilidade de investigar, ainda que de forma muito preliminar, a redistribuição espacial da população pelo Estado. Ainda que resultados mais gerais e concretos sobre essa questão devam aguardar a publicação de dados censitários mais abrangentes, é tentadora a possibilidade de explorar as informações disponíveis, e delas extrair já alguma indicação prospectiva

do novo quadro distributivo da população pelo território paulista e de seus determinantes.

Assim, este trabalho\* tem o objetivo de descrever e analisar o processo de distribuição regional da população no interior paulista nos anos 80. Apresenta-se aqui um quadro descritivo, mas sucinto, da distribuição espacial da população entre as regiões de governo do Estado, e investiga-se em que medida tal quadro pode ser explicado a partir de alguns fatores estruturais – nível de desenvolvimento econômico, especialização produtiva, nível de salários, oferta de empregos, condições de vida – citados como importantes para a compreensão de processos semelhantes na bibliografia corrente dos estudos sobre urbanização e distribuição espacial da população no Brasil e em São Paulo. Buscam-se, ainda, respostas a algumas importantes questões a esse respeito. Teriam crescido mais (em termos populacionais) as regiões que, à margem da estagnação geral dos anos 80, expandiram-se economicamente no período? A população da chamada “Califórnia Paulista” – o cinturão “virtuoso” de municípios de elevado PIB do Interior – teria continuado a crescer a taxas mais altas que a média do Estado? A oferta diferenciada de emprego pelas regiões teria atuado no mecanismo da redistribuição populacional nos anos 80, como lar-

---

\* Este trabalho refere-se a versão revisada da dissertação de mestrado em Administração Pública na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, sob orientação do Prof. Dr. Ruben C. Keinert, e sua primeira editoração contou com o auxílio da CEAP/PUC – Campinas. O autor agradece aos professores Esdras Borges Costa e Neide Patarra pelos comentários e sugestões visando o aprimoramento do trabalho.

gamente citado na literatura da área? E quanto aos diferenciais de salários? Procurando escapar do determinismo econômico sobre a redistribuição populacional, teriam as condições de vida regionais algo a acrescentar na explicação do processo? A “contra-urbanização”, a busca de uma melhor qualidade de vida, estaria manifestando-se em volumes significativos pelo Interior?

Ainda que a distribuição espacial da população possa ser estudada em diferentes níveis de agregação e recortes metodológicos, este trabalho se atém a um enfoque inter-regional da distribuição. A distribuição e a mobilidade populacional intra-regional ou intermunicipal apresentam dinâmica e características que as tornam objetos específicos de estudo, como mostram os trabalhos de Patarra & Bógus (1980), Hogan (1993) e Cunha (1994a).

A opção pelas Regiões de Governo (RGs) como unidades espaciais de análise apóia-se, por um lado, pela necessidade de estudos mais desagregados da espacialização da população (Cunha, 1984) e pela relativa articulação geoeconômica que as caracteriza internamente. A não-inclusão da Região Metropolitana de São Paulo neste estudo justifica-se pela limitação e qualidade dos dados ora disponíveis<sup>1</sup> e pela inviabilidade de se tratá-la como uma única unidade espacial de análise. Como mostram Cunha (1994a) e Rolnik e outros (1990), há uma grande heterogeneidade estrutural na distribuição da população e das atividades econômicas pelo território metropolitano, demandando, para fins de pesquisas sobre urbanização, uma regionalização muito mais complexa que a convencional dicotomia Núcleo/Periferia.

A necessidade precípua do Estado na localização, avaliação e atendimento das demandas de bens e serviços públicos para a população demonstra a relevância e a pertinência deste trabalho no campo de estudos da Administração Pública. Conhecer como a população está distribuída, como a

demanda de bens e serviços manifesta-se espacialmente (e como os equipamentos públicos, recursos institucionais e financeiros podem ser alocados para atendimento dessa demanda), e, mais do que isso, conhecer os determinantes estruturais que regem a mobilidade populacional são requisitos básicos para a definição de políticas públicas de desenvolvimento econômico e de equidade social.

Assim, ainda que este trabalho se enquadre na categoria das repetitivas, despreziosas e pouco originais pesquisas, chamada de “ciência normal” por Kuhn (1978), a função social a que ele se destina e a aplicabilidade de seus resultados em estudos posteriores parecem justificar sua apresentação. É preciso reconhecer também, como faz Kuhn, que a contribuição dos limitados e contextuais resultados das pesquisas “normais” para o progresso da ciência talvez não seja apreendida apenas pelo valor intrínseco que elas agregam ao conhecimento acumulado, mas também pelo papel sinérgico e didático que desempenham na formação dos pesquisadores. Ou, como observa Eco (1988: 5): “Fazer uma tese significa, pois, aprender a pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados; é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um ‘objeto’ que, como princípio, também deve servir aos outros. Assim não importa tanto o tema da tese quanto a experiência de trabalho que ela comporta”.

O trabalho está organizado em três capítulos, além deste introdutório e da conclusão. O primeiro deles apresenta uma resenha bibliográfica da urbanização e distribuição espacial da população brasileira – dos primórdios às primeiras evidências apontadas pelo Censo 91 para a década dos 80 – e da população paulista, para um período mais recente. Esse capítulo cumpre duas finalidades: contextualizar este trabalho numa perspectiva histórica e no campo de estudos ao qual está vinculado (urbanização e distribuição populacional<sup>2</sup>); e resgatar, na história social brasileira e paulista, evi-

1. Há suspeitas de que a subnumeração de pessoas no Censo tenha sido maior nas grandes cidades e, em especial, em São Paulo e Rio de Janeiro (Cf. *Isto é/Senhor*, 15 jan. 1992; Martine, 1994a).

2. Campo de estudos interdisciplinar, diga-se, de passagem, com importantes contribuições da sociologia urbana, economia regional, demografia e geografia.

dências da tríade População-Espaço-Economia que iluminem aspectos e fatores relevantes para estudos atuais da redistribuição populacional pelo território paulista.

No capítulo subsequente, procura-se demonstrar que o novo quadro distributivo da população pelas RGs deve-se, do ponto de vista demográfico, quase que integralmente aos diferenciais da migração para dentro ou para fora das regiões – contando muito pouco as diferenças inter-regionais de fecundidade e mortalidade. Nele se discutem ainda as limitações analíticas das medidas usadas para avaliação dos diferenciais regionais de migração – saldos migratórios e taxas líquidas de migração – mas também suas vantagens sobre os quantitativos totais de população, medida mais comum nos estudos de urbanização de enfoque econômico-regional.

No capítulo posterior, aborda-se a questão substantiva deste trabalho. Com base numa análise de diferenciais regionais de migração segundo fatores econômicos e sociais, busca-se avançar no

entendimento dos determinantes estruturais da redistribuição populacional recente no interior paulista.

A parte final, de conclusão, traz um tópico sintetizando as principais características e aspectos socioeconômicos da redistribuição regional da população no interior paulista na década passada; em outro, apropria-se, de forma muito preliminar, dos resultados dessa pesquisa no âmbito da Administração Pública.

Ao longo dos capítulos, discorreu-se “panoramicamente” sobre algumas questões não estritamente vinculadas ao tema central do trabalho. Uma delas está relacionada às potencialidades e aos limites da mensuração nas pesquisas em ciências humanas. Uma outra refere-se à disponibilidade e qualidade dos indicadores sociais no Brasil. Ainda que com o risco de se desviar da trajetória una e retilínea que um trabalho científico deve apresentar – por mais tortuoso que seja, em geral, o processo de pesquisa (Rosemberg, 1976) – pareceu pertinente que figurassem no texto.





---

# URBANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO: UMA RESENHA BIBLIOGRÁFICA

A investigação sobre o processo de urbanização no Brasil e em São Paulo tem ocupado, no país, boa parte da comunidade de pesquisadores das áreas de economia, sociologia, geografia e demografia nas últimas três décadas. Estudos sobre o ritmo de evolução da urbanização pelo território e da distribuição da população nas regiões e cidades, seus determinantes, seus efeitos, e sobre os epifenômenos concomitantes constituem uma vasta e rica bibliografia no acervo das ciências humanas no Brasil.

Como mostram os pesquisadores, população, espaço e desenvolvimento econômico têm sido elementos intrinsecamente ligados no processo de urbanização e ocupação do território brasileiro e paulista. Desde o descobrimento, as fronteiras vêm-se alargando, e o espaço vem sendo ocupado por contingentes populacionais crescentes e por atividades econômicas cada vez mais complexas. Não é simples definir quais destes elementos são os determinantes e quais os determinados. O determinismo geográfico, o populacional e o econômico têm, todos, longa tradição teórica e ocupam lugar de destaque na geografia econômica, na demografia ou na economia política.

Assim, com o objetivo de identificar alguns aspectos e linhas teórico-metodológicas que ajudem na análise da redistribuição espacial da população no interior paulista durante a década passada, procede-se, a seguir, a uma resenha histórica do processo de urbanização no Brasil e em São Paulo.

## OS PRIMÓRDIOS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A urbanização no Brasil é um fenômeno com origens mais remotas do que se poderia, à primeira vista, supor. Tais origens não remontam apenas às primeiras décadas deste século, ainda que, nele, o processo de urbanização tenha-se manifestado de forma bastante intensa e abrangente por todo o território, como jamais ocorra anteriormente.

Se tomarmos a urbanização em uma acepção mais ampla, como a expressão espacial, e, ao mesmo tempo, como fator indutor do desenvolvimento da tríade economia-sociedade-cultura, é possível remetê-la aos tempos das primeiras expedições colonizadoras. Naturalmente, o padrão de urbanização era muito mais simples àquela época e restringia-se à ocupação colonial de alguns pontos estratégicos ao longo da região costeira, do norte ao sul do país. Era necessário defender o território contra os invasores e construir portos para exportação dos produtos da economia colonial (primeiramente o pau-brasil e depois a cana-de-açúcar). Além disso, para essa urbanização costeira contribuiu o fato de as primeiras tentativas de encontrar metais nobres no interior do território terem-se revelado pouco promissoras, ao contrário do ocorrido na América espanhola (Santos, 1982).

Mais tarde, a urbanização estender-se-ia ao interior do país, com a expansão da atividade agropecuária, com as incursões exploratórias em bus-

ca de metais e índios e com as missões religiosas dos jesuítas. A constituição e fundação de vilas e cidades cumpriam a necessidade de estabelecimento de entrepostos para troca de mercadorias, de reabastecimento das “bandeiras” e, também, de demarcação da onipresença da Coroa portuguesa. “A cidade se justificava e se estruturava a partir dos interesses de Portugal e em função dos ciclos econômicos que se registravam na época colonial” (Souza 1985: 14).

Esse padrão de urbanização subordinado aos surtos de prosperidade e decadência da economia agroexportadora vingou por vários séculos. Cada ciclo econômico – de maior ou menor importância para a economia nacional – manifestava-se, a seu tempo, em regiões distintas do território, mobilizando importantes contingentes populacionais e constituindo novos centros urbanos comerciais e administrativos. Passado o auge do ciclo, parte da população deslocada permanecia na área de antiga influência e adjacências, contribuindo para a ocupação do território (Faria, 1976). Assim, surgiram ou desenvolveram-se cidades na zona da mata e agreste nordestino durante o ciclo da cana; em Minas e Goiás, no ciclo do ouro; no Maranhão e interior do país, durante o ciclo do algodão; na Amazônia (Belém e Manaus), no ciclo da borracha; e no interior paulista e oeste paranaense, no ciclo do café.

A partir de meados do século XIX, e mais intensamente na virada do século XX, em pleno vigor da economia cafeeira, outros fatores além daqueles decorrentes do novo ciclo econômico passaram a delinear um novo modelo de urbanização. A crescente integração do espaço econômico; o aumento acentuado da população brasileira; a migração campo-cidade, movida pela contradição entre uma estrutura fundiária secular e uma nova realidade político-social (abolição dos escravos, trabalho assalariado, introdução de imigrantes europeus); e a industrialização que então se iniciava levaram a um aumento mais do que proporcional da população urbana e ao aparecimento de um sistema de cidades integrado e relativamente complexo (Lodder, 1978).

## URBANIZAÇÃO NO SÉCULO XX

As profundas mudanças nas estruturas econômicas e político-institucionais desencadeadas pela crise do setor externo de 1930 e as transformações demográficas concomitantes teriam sido os motivos da significativa alteração do padrão de urbanização e de distribuição da população pelo espaço nacional. No plano demográfico, o Brasil passava por um vigoroso crescimento populacional. Em 1872, ano do primeiro recenseamento geral do país, a população era avaliada em pouco menos de dez milhões de pessoas. Um século depois, ela se tornara dez vezes maior, como resultado, segundo Patarra (1978: 256) da “diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade”. Para essa autora, “as taxas de natalidade permanecem praticamente constantes durante todo o período censitário, apresentando um declínio mais significativo apenas na última década [anos 60]; por sua vez, os índices de mortalidade apresentam-se em declínio já desde o final do século passado, declínio esse que se acentua a partir de 1920, e principalmente na década dos anos 50”, pela introdução de uma tecnologia médica mais avançada e pelo esforço desenvolvimentista nacional.

A nova ordem econômica, baseada na industrialização, redefiniu o papel de alguns centros urbanos, atribuindo a estes, além de sede da burocracia governamental e do capital comercial, a função de “*locus*”, por excelência, da atividade produtiva. Era natural, portanto, que as cidades industrializadas passassem a atrair, além do capital, grandes contingentes populacionais, como verificado no passado nas regiões atingidas pelo surto cíclico da economia agroexportadora. Era o espaço urbano que reunia as vantagens da localização das atividades econômicas dominantes, maior segurança e rentabilidade do capital para os investidores e oportunidades de emprego e perspectivas de melhores condições de vida para a população em geral. Por outro lado, o empobrecimento relativo das regiões e setores marginalizados do processo de desenvolvimento, como o Nordeste e grande extensão do vasto território rural, contribuía para

a expulsão da população de seus locais de origem e fuga do capital produtivo para outras localidades, não necessariamente para aquelas industrializadas. Nas zonas rurais privilegiadas com a introdução de práticas modernas de exploração agrícola, e portanto integradas ao desenvolvimento econômico nacional, o efeito expulsor era o mesmo, mas a causa, diferente: a concentração fundiária e a utilização de técnicas mais capital eram intensivas (e menos intensivas em mão-de-obra).

A migração campo–cidade e a migração inter-regional tomavam grandes proporções, suplantando a importância dos fluxos migratórios internacionais da virada do século. Em 1940, a população do país era predominantemente rural, com apenas 31% vivendo em centros urbanos. Quarenta anos após, a situação se inverteria, com 68% da população vivendo na zona urbana. Nos anos 70, a população rural decresceu até mesmo em termos absolutos em relação à de 1960.

O deslocamento populacional inter-regional tornou-se bastante significativo e crescente a partir de 1920. Minas Gerais e os estados do Nordeste destacaram-se, durante todo o período, como centros originários de intensos fluxos migratórios para o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e estados do Centro-Oeste. A partir de 1950, os estados do Sul passaram para a condição de centros emigratórios, com deslocamentos de população em direção a regiões de fronteira agrícola ou pastoril no Mato Grosso e norte do país.

Concomitantemente, processava-se a concentração espacial de atividades econômicas em São Paulo, numa intensidade ainda maior que a da população. Davidovich (1984) cita que o Estado de São Paulo foi, sozinho, responsável por mais de 50% do valor da produção industrial em 1970, quando englobava 19% da população brasileira. O Nordeste, com 25% da população, contribuía com apenas 10% do valor da produção industrial.

Esse quadro de transformações estruturais na economia do país e na distribuição espacial da população brasileira definiu uma nova configuração do sistema nacional de cidades. A rede urbana, que, até fins da década de 20, era formada por poucas mas grandes cidades, começou a se tornar mais complexa. O padrão de urbanização passou a se caracterizar, segundo Lodder (1978), pela interiorização do movimento e pela hierarquização do sistema urbano em nível nacional – embora, quanto a esta última observação, parece não haver consenso na literatura (Faria, 1984).<sup>3</sup>

A urbanização disseminava-se pelo país, rumo às capitais estaduais e centros regionais, independentemente da existência da indústria local (Lopes, 1980).

Assim, no período de 1940 a 1950, cresciam mais rapidamente as pequenas cidades (com população entre dez mil e vinte mil habitantes) e as grandes cidades (com mais de um milhão) – isto é, os pequenos municípios do interior brasileiro, e os dois maiores, Rio de Janeiro e São Paulo. Nestes dois últimos centros, teve início, nesse período, a metropolização.<sup>4</sup>

---

3. Faria faz uso de três diferentes técnicas (índice de primazia, regra do Rank-size e gráfico de log-normalidade) para demonstrar que o processo de urbanização brasileiro resultou num “sistema urbano caracterizado por níveis comparativamente baixos e declinantes de primazia e concentração, particularmente quando considerados o fenômeno da bipolaridade [São Paulo e Rio de Janeiro como pólos] e *desmetropolização*” (1984: 142). Para o autor, a urbanização brasileira se teria dispersado pelas regiões e pelos diversos tamanhos de cidades, caracterizando um sistema de cidades mais equilibrado que em outros países do Terceiro Mundo (México ou Argentina, por exemplo). Utilizando uma metodologia de análise diferente (distribuição de cidades por Regiões e áreas diversas), Lodder (1978, p.12) parece chegar a conclusões diferentes, a julgar pela ênfase que dá à “intensificação do fenômeno de concentração da população urbana via amadurecimento das áreas metropolitanas e aparecimento dos sistemas regionais ligados ou dominados pelas metrópoles regionais”. Em obra posterior, Andrade & Lodder (1979) voltam a chamar a atenção para a estrutura urbana *multihierarquizada* baseada em cidades primazes, com vasta rede de pequenas cidades sem função complementar às grandes metrópoles, servindo apenas como uma ponte entre o campo e o meio urbano desenvolvido. Tal posição também é defendida por Rizzieri (1982).

4. Os municípios do Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal da Guanabara) e São Paulo já englobavam contingentes populacionais de mais de um milhão de habitantes em 1940. Já eram cidades grandes, com os típicos problemas de atendimento de transportes, saneamento etc. Nos anos subseqüentes, continuaram a crescer de forma vertiginosa e a dividir o controle do Estado brasileiro: São Paulo, como centro das atividades econômicas, e Rio de Janeiro como sede político-administrativa do Governo Federal. Essa situação de dualidade perdurou até os anos 60, quando a “criação de Brasília como centro político-administrativo nacional acelerou a recomposição do sistema urbano e consolidou São Paulo como a metrópole nacional” (Andrade & Lodder 1979: 19).

A partir da década de 60, os municípios médios (entre 100 mil e 250 mil habitantes) passaram a apresentar taxas maiores de crescimento populacional, conferindo novas características ao processo de urbanização e ao sistema nacional de cidades, a saber:

- a) metropolização de várias capitais estaduais, como Recife, Fortaleza etc.;
- b) aparecimento de subsistemas regionais ligados ou dominados por metrópoles regionais;
- c) hiperurbanização de novos centros no interior dos estados, como Campinas e Sorocaba, em São Paulo, e Ipatinga, em Minas Gerais;
- d) crescimento moderado de cidades com função regional, com cerca de cinquenta mil habitantes (1970) não integrados em aglomerações;
- e) crescimento populacional explosivo de pequenos centros nas regiões de fronteira agrícola e pastoril do Norte e Centro-Oeste.

### **EVIDÊNCIAS RECENTES DO PADRÃO DE URBANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL**

Há um certo consenso na literatura sobre o processo de urbanização no Brasil de que, qualquer que seja o critério de “urbano” empregado – o oficialmente adotado pelo IBGE (sede de município ou distrito), de qualquer povoado com mais de duas mil pessoas (Katzman, 1986), ou outro mais restritivo, de municípios com mais de vinte mil habitantes (Faria, 1984 e Martine *et al.*, 1988b) –, não há como negar o ritmo acelerado com que se processou a transição rural/urbana da população brasileira. A população residente em municípios com mais de dois mil habitantes passou de 25% para 65% da população do país, em quarenta anos (1940 a 1980) – metade do tempo transcorrido para processo similar nos EUA, país que também não se classifica como exemplo histórico de urbanização lenta e gradual.

Durante os anos 80, o processo de urbanização continuou intenso e culminou, segundo o Censo Demográfico de 1991, com mais de 80% da população do país residindo em cidades com mais de vinte mil habitantes, e cerca de 75%, em áreas oficialmente urbanas.

Mas, diferentemente do que vinha ocorrendo nas décadas passadas, houve uma inflexão na tendência de megalopolização da população brasileira (Martine, 1992). Como consequência da crise dos 80 e da interiorização do desenvolvimento econômico, os movimentos migratórios em direção aos grandes centros arrefeceram-se, dirigindo-se a cidades mais próximas, e médias, do interior do território nacional. Como constata o autor, “a concentração progressiva de população em cidades cada vez maiores, que parecia inexorável, foi revertida” (p.13). A metropolização iniciada na década de 40 em São Paulo e Rio de Janeiro, e estendida a outras capitais brasileiras nos anos 60, parece ter-se esgotado. De fato, a taxa de crescimento do conjunto das regiões metropolitanas no período 1980–1991 (1,88%) ficou, pela primeira vez desde 1950, abaixo da média nacional. Neste contexto, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro foram as metrópoles que menos cresceram. Em contrapartida, localidades situadas na fronteira amazônica, balneários, estâncias e vários municípios do interior paulista estão entre as cidades com maior crescimento demográfico. Deve-se acrescentar a este grupo os municípios situados nas periferias das grandes cidades (Cunha, 1994b).<sup>5</sup>

Como se observa na Tabela 1, os municípios grandes e muito grandes (com mais de quinhentos mil habitantes) tiveram sua parcela de população reduzida em relação a 1980, voltando a congregar cerca de um quarto da população nacional. Os municípios com população composta de vinte mil a cem mil habitantes passaram a reunir, em 1991, cerca de um terço da população brasileira,

---

5. Essa desaceleração do crescimento populacional nas regiões densamente habitadas, e o consequente aumento demográfico nas cidades menores, já era notada nos anos 60 (Katzman, 1986). Na década passada, no entanto, o fenômeno parece ter-se generalizado. Cunha (1994b) chama a atenção para o fato de algumas regiões metropolitanas apresentarem ainda uma urbanização, do núcleo e da periferia, com grande dinamismo, como Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e Curitiba.

**Tabela 1**  
**URBANIZAÇÃO E MEGALOPOLIZAÇÃO**  
 Brasil  
 1940-1991

Em porcentagem

ANO	CRITÉRIO OFICIAL	POPULAÇÃO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS COM			
		+ 2 mil	+20 mil	+ 100 mil	+ 500 mil
1940	31,2	25,2	16,0	13,4	7,7
1950	36,2	30,8	21,1	17,9	11,1
1960	44,7	40,4	28,8	24,3	16,2
1970	55,9	52,0	41,1	35,7	26,1
1980	67,6	64,8	53,6	47,1	31,5
1991	75,0	99,9	80,5	48,2	26,4

*Fonte:* Resultados preliminares do Censo 91. (População em municípios com mais de dois mil habitantes: apud Katzman (1986). Demais informações: Martine (1992).

resultado do crescimento acentuado dos municípios que possuíam, em 1980, até vinte mil habitantes.

Com relação à distribuição regional da população, os primeiros dados do Censo revelam a manutenção das tendências delineadas nas décadas passadas. Norte e Centro-Oeste continuam a aumentar sua participação no contingente populacional do país, como conseqüência da manutenção de taxas de fecundidade um pouco mais altas e, principalmente, pela manutenção do fluxo imigratório. As duas regiões cresceram a taxas superiores a 3%, dobrando suas participações relativas de 1950, em detrimento do Sul e Nordeste. Em 1991, Norte e Centro-Oeste reuniam 7% e 6,4%, respectivamente, da população do país, cabendo ao Sul e ao Nordeste os percentuais de 15 e 29%. O Sudeste continua sendo a região mais populosa, com seus históricos 43% da população total (Tabela 2).

Embora, em todas as regiões, os poucos municípios grandes e muito grandes (acima de quinhentos mil habitantes) detenham parte substancial da população, há algumas diferenças na distribuição populacional pelos sistemas urbanos regionais. No Sudeste e Sul há um certo equilíbrio na distribuição da população pelos variados portes de cidades. No Norte e Centro-Oeste, os municípios de vinte mil a cem mil habitantes têm maior proemi-

nência no sistema de cidades. No Nordeste, as cidades pequenas (de até cinqüenta mil habitantes) reúnem 50% da população.

Não se poderia deixar de citar o papel das mudanças demográficas na última década para o novo quadro distributivo da população brasileira. A inflexão do comportamento do volume anual de nascimentos nos anos 80, fenômeno inédito na história demográfica contemporânea do Brasil, e a convergência dos níveis macrorregionais de fecundidade alteraram o estoque populacional potencialmente disponível para a migração inter-regional.

Não há dados populacionais conclusivos em nível nacional que permitam avaliar as tendências recentes da urbanização e distribuição populacional na presente década. Tendo em vista as vinculações históricas entre urbanização e desenvolvimento econômico (Rizzieri, 1982), é bem possível que as tendências de crescimento das cidades médias do Interior e a “des-metropolização” ainda estejam em curso. O vasto interior brasileiro apresenta uma série de “ilhas de modernidade”, com estrutura econômica desenvolvida e/ou diversificada. Além disso, as novas tecnologias de produção e circulação de mercadorias tornam menos imperativos os ditames da concentração espacial fordista das atividades econômicas e de população (Lipietz & Leborgne, 1988, Médici & Silva, 1993).

**Tabela 2**  
**DISTRIBUIÇÃO PORCENTUAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO**  
**GRANDES REGIÕES E CLASSES DE TAMANHO DE CIDADES**  
 1991

Em porcentagem

CLASSES / TAMANHO (mil hab.)	GRANDES REGIÕES					
	N	NE	SE	S	CO	Total
até 2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
2 a 10	0,4	1,9	2,3	1,6	0,8	6,9
10 a 20	0,9	5,1	3,3	2,3	0,9	12,5
20 a 50	1,6	8,1	5,2	3,0	1,2	19,1
50 a 100	1,5	4,2	4,9	2,1	0,5	13,3
100 a 250	0,7	2,5	5,7	2,9	0,7	12,6
250 a 500	0,4	1,9	5,4	1,3	0,3	9,2
500 a 1.000	0,0	1,7	3,3	0,0	1,0	6,0
acima 1.000	1,5	3,5	12,5	1,8	1,1	20,4
<b>Total</b>	<b>7,0</b>	<b>28,9</b>	<b>42,7</b>	<b>15,0</b>	<b>6,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Resultados preliminares do Censo 91.

## URBANIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL EM SÃO PAULO NOS ÚLTIMOS CINQUENTA ANOS

A urbanização e distribuição populacional pelo território paulista, neste século, tiveram suas características delineadas no período que se estende do último quartel do século XIX até os anos 20. Como colocam Negri *et al.* (1988:9):

*“Neste período, estruturou-se e se desenvolveu o complexo cafeeiro paulista, constituído por elementos importantes para a urbanização do Estado: a política massiva de imigração estrangeira que criou uma população para o território paulista, até então coberto de florestas, e a implantação de um sistema viário que, no século passado, acompanhou as plantações de café e o desmembramento de novos municípios e, neste século, abriu caminho para a ocupação agrícola e urbana do território”.*

Em 1920, o Estado dispunha de 84% de sua população no interior, quadro que começou a se modificar com a concentração industrial na capital e com os fluxos crescentes de migrantes de Minas Gerais e Nordeste. Assim, embora a urbanização continuasse a se disseminar pelo Interior, em função da expansão da fronteira agrícola e da

industrialização leve (viabilizadas pela acumulação cafeeira anterior), dirigindo-se pelos eixos definidos pelas estradas de ferro, o processo urbanizador cada vez mais dominante passou a ser o da metropolização da capital. É do que se trata a seguir.

### A constituição da metrópole paulistana

São Paulo já englobava um contingente populacional de mais de um milhão de habitantes em 1940. Nos anos seguintes, continuou a crescer de forma vertiginosa e a disputar a primazia do sistema urbano com o Rio de Janeiro.

As migrações de outros estados para São Paulo foram responsáveis pelo grande salto populacional dos anos 40 e 50. Nesse período, as migrações responderam por 76% do crescimento total de São Paulo, tendo caído desde então para menos de 50%. Como indica a Tabela 3, o crescimento populacional de São Paulo vem adicionando contingentes substanciais ao longo das décadas, mas desde os anos 60 o acréscimo relativo tem sido menor, devido à redução nas taxas de crescimento da população. Na década de 40, a taxa de crescimento anual era da ordem de 5,2%, passando a 3,67% nos anos 70 (Rolnik *et al.*, 1990: 32-33).

Tabela 3

POPULAÇÃO E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL (%)  
Município de São Paulo, RMSP e Estado de São Paulo  
1940-1991

ANO LEV.	SÃO PAULO		RMSP		ESTADO	
	População	Taxa	População	Taxa	População	Taxa
1940	1.326.261		1.568.045		7.180.316	
1950	2.198.096	5,2	2.688.901	5,5	9.134.423	2,4
1960	3.781.446	5,6	4.791.245	5,9	12.823.806	3,5
1970	5.924.615	4,6	8.139.730	5,4	17.771.948	3,3
1980	8.493.226	3,7	12.588.725	4,5	25.040.712	3,5
1991	9.480.427	1,0	15.198.863	1,7	31.191.970	2,0

Fonte: Rolnik *et al.*, 1990; Resultados preliminares Censo 91.

Compensando essa redução das taxas de crescimento populacional da capital paulistana, vários municípios da Região Metropolitana passaram a crescer mais rápido: é a chamada *periferização*. Com isso, a participação relativa dos municípios periféricos da RMSP, tem aumentado, tanto na RMSP como no Estado. Em 1940, englobavam 15% da população metropolitana, passando, em 1991, a 38%. No nível do Estado, nesse período, elevaram sua participação de 3% para 18%.

Em termos espaciais, a metropolização fez-se sentir a partir, dos anos 40, através da compactação da área edificada e pela expansão territorial da zona urbana de São Paulo e dos municípios limítrofes. Verificou-se a compactação da cidade, de acordo com Langenbuch (1971), pelo crescimento vertical da sua região central, de bairros próximos (Santa Ifigênia, Santa Cecília, Liberdade, Paraíso, Aclimação) e de outros mais afastados, cujas porções centrais se estruturavam em “sub-centros”, como Santana, Penha, Lapa e Pinheiros, e pela ocupação dos terrenos baldios (no Jardim Europa, Sumaré, Vila Clementino) e dos “vazios” existentes entre loteamentos construídos nas décadas anteriores (Planalto Paulista, Sumarezinho, Jardim das Bandeiras).

A expansão territorial da zona urbana processou-se por meio do crescimento acelerado dos núcleos suburbanos estabelecidos ao longo das

ferrovias e vias de circulação rodoviária e pela conseqüente absorção destes pela mancha urbana da capital. “O reflexo desta expansão é percebido [na capital] pela queda de densidade bruta, que cai de 110 habitantes por hectare em 1914 para 47 hab./ha em 1930. Em 1960 era ainda menor (24,6 hab./ha), e vem subindo desde então, atingindo 70,7 em 1987” (Rolnik *et al.*, 1990).

Essas transformações espaciais desencadearam um processo de duas tendências aparentemente opostas, que dariam origem, mais tarde, à constituição da Região Metropolitana de São Paulo (1974): a primeira, de fusão e conurbação territorial do espaço urbano; a segunda, de desmembramento político administrativo de vários centros suburbanos. De dez municípios, em 1940, os arredores paulistanos passaram a integrar cerca de 38 em 1980.

Paralelamente à expansão populacional, processava-se, até 1970, a concentração industrial em São Paulo e adjacências. Naquele momento, a RMSP era responsável por 43,5% do valor da produção industrial brasileira (Tabela 4). A partir de então, o crescimento industrial passou a privilegiar outras localidades no interior do Estado e outras regiões (Minas Gerais, Nordeste etc.). A indústria paulistana ou localizada na RMSP não deixou de crescer, mas passou a fazê-lo a taxas menores que a média nacional (Negri, 1988). A urbanização do Estado passaria por um novo ciclo.



**Tabela 4**  
VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM RELAÇÃO AO TOTAL NACIONAL  
1959-1980

REGIÃO/MUNICÍPIO	1959	1970	1975	1980
Região Metropolitana	41,0	43,5	38,8	36,0
Município de São Paulo	30,5	28,0	24,6	18,6
Demais Municípios RMSP	10,5	15,5	14,2	15,0
Interior Paulista	14,6	14,7	17,1	19,8
Região de Campinas	5,0	6,1	8,4	8,5

Fonte: Negri 1988.

### A reversão da polarização no Estado de São Paulo

A reversão de polarização no Estado de São Paulo – isto é, a desaceleração do crescimento da RMSP e aceleração do crescimento das cidades médias do Interior – começou a se manifestar nos anos 60, com a queda da taxa de crescimento do município de São Paulo e alguns municípios periféricos e elevação dessa taxa em várias cidades do Interior (Tabela 5). A população de São Paulo, que vinha crescendo a taxas de 5,2% ao ano na década de 40, passava a 4,57% na década de 60. Também nos municípios da Grande São Paulo, as taxas, que, naquele primeiro período, eram superiores às da capital, apresentavam uma redução significativa no segundo, embora tivessem permanecido superiores à média verificada no Interior.

O Interior retomava, agora, as rédeas da urbanização do Estado, perdidas nos anos 30 depois de um intenso crescimento urbano e diversificação regional ensaiado nos anos 20.

A partir da década de 70, as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto firmaram-se como novos pólos de crescimento populacional, com taxas de expansão demográfica superiores às da capital e da Grande São Paulo, embora com diferença bem pequena em relação a esta última. Em outras Regiões do Estado, as taxas até mesmo decrescem, em função da migração para os novos pólos (Bógus *et al.*, 1990a).

A abordagem mais comumente usada para explicar a aceleração do crescimento de algumas cidades do interior paulista no período é aquela

**Tabela 5**  
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA  
Regiões Administrativas e São Paulo  
1950-1980

REGIÃO/MUNICÍPIO	1950/60	1960/70	1970/80
São Paulo	5,60	4,57	3,67
Reg. Metropolitana	5,55	6,98	4,47
Litoral	5,08	4,97	4,79
Reg. Campinas	5,70	5,21	5,82
Vale do Paraíba	5,44	5,21	5,37
Reg. Sorocaba	4,45	4,03	5,12
Reg. Ribeirão Preto	5,35	4,52	4,17
Demais Regiões	5,36	3,62	3,09

Fonte: Rolnik *et al.* 1990; Cetesb 1985b.

que procura mostrar que ela decorreu da modificação no padrão de localização industrial no Estado de São Paulo. Dessa modificação resultaria o aumento na oferta regional de emprego industrial e a atuação dinâmica da indústria sobre a economia local, tornando a região um pólo de atração de outras atividades econômicas e de população (Cetesb, 1985b).

Mas o que teria levado a indústria a se dirigir rumo ao interior do Estado? Uma característica da atividade industrial é a sua manifestação de forma concentrada. A explicação dessa concentração espacial de atividades industriais pode ser esta, clara e sucinta: as atividades econômicas tendem a concentrar-se por causa das economias de aglomeração, isto é, vantagens econômicas (maiores benefícios e/ou menores custos) decorrentes da concentração espacial. Essas vantagens relacionam-se a efeitos de escala (maior tamanho -> menor custo), efeitos de indivisibilidade (atividades tornam-se rentáveis a partir de certo ponto/tamanho) e redução de custos de transporte para as firmas ou consumidores (Richardson, 1975; Matteo, 1990; Bremaeker, 1990).

Assim, os empreendimentos vão-se localizando nas áreas onde já se encontram núcleos urbanos consolidados e dotados de infra-estrutura conveniente. Nesses centros, a concentração espacial resulta em aumento de produtividade e eficiência geral das empresas, por meio da redução dos custos de produção, circulação e distribuição dos bens e serviços, ou via ampliação do mercado consumidor/fornecedor. Neles, também há maior disponibilidade de mão-de-obra e acesso a trabalhadores com maior nível de especialização e experiência, em função da existência de maior número de firmas e de facilidades educacionais.

Há, no entanto, limites à criação de externalidades positivas pela concentração. A aglomeração excessiva de população e atividades pode começar a gerar “deseconomias” como congestionamentos, elevação dos aluguéis, dos salários, oferta deficitária de serviços públicos, que atuam no sentido de prejudicar a produtividade e elevar os custos de produção e transporte nas

empresas. Há ainda externalidades negativas, que, embora não afetem direta ou significativamente as empresas, têm grande impacto na qualidade de vida da população, como a poluição sonora e do ar, aumento da violência e criminalidade, deterioração na qualidade dos serviços e bens públicos produzidos etc., que podem atuar também no sentido do estímulo à migração (daquele que possa, ao menos, arcar com seu ônus).

A partir dos anos 60, e sobretudo nas décadas seguintes, as “deseconomias” da aglomeração na capital e Região Metropolitana parecem começar a se refletir sobre os custos de produção e sobre a rentabilidade das fábricas. De fato, dados do Censo Industrial de 1980 mostram que os indicadores de rentabilidade da Região Metropolitana passaram a ser inferiores a quase todos novos pólos interioranos (Rolnik *et al.*, 1990). Em uma pesquisa com executivos que transferiram ou expandiram suas empresas no Interior, sobressaiu-se como fator motivador da decisão o custo dos terrenos na capital (São Paulo, 1981).

De sua parte, o Interior já apresentava centros potenciais para instalação industrial, seja pelos parques industriais já implantados como pela facilidade de comunicação e transportes.

A vinculação entre o desenvolvimento econômico regional e a mobilidade populacional não se restringiu à interiorização da indústria, como observam Cano & Pacheco (1989) e Bógus e outros (1990b). A expansão da infra-estrutura viária, da agroindústria, da agricultura capitalizada, os investimentos públicos na instalação de refinarias de petróleo e de dois pólos tecnológicos (em São José dos Campos e em Campinas) e a implantação do Proálcool tiveram papel destacado como fatores de atração populacional e de outras atividades econômicas.

### **Mudanças recentes do padrão de distribuição populacional do Estado**

Os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 trouxeram duas grandes surpresas e a confirmação de uma tendência com relação à distribuição populacional no Estado. As surpresas

ficaram pela indicação de um baixo e inédito ritmo de crescimento demográfico da Região Metropolitana e da maior retenção populacional nos pequenos municípios (Patarra *et al.*, 1992). A tendência confirmada foi a da consolidação dos pólos interioranos de concentração populacional, em amplitudes ainda distantes da capital. “Os anos 80 foram, neste contexto, marcados pela dispersão da migração no interior paulista, dispersão esta caracterizada pelo aumento de determinado pólo que, alcançando regiões mais longínquas, contribuiu para a redinamização local e a absorção de migrantes ou de retenção populacional” (Patarra & Baeninger, 1994: 11).

Uma análise dos saldos migratórios regionais feita pela Fundação SEADE (1992b) dá conta de que as alterações oriundas no processo migratório desempenharam um papel decisivo na redistribuição populacional, na década de 80, no Estado. Revertendo a tendência de acumular volumosos saldos migratórios positivos, que, nos anos 70, atingiu cerca de três milhões de pessoas, o Estado,

como um todo, passou a apresentar, no último período, um saldo de apenas meio milhão. Na realidade, esse pequeno volume deve-se ao quadro migratório na Região Metropolitana e, em especial, à cidade de São Paulo que, sozinha, registrou um saldo negativo de 756 mil pessoas. Cunha & Baeninger (1994) atribuem este quadro à diminuição dos fluxos migratórios interestaduais na década passada, em função daqueles fatores mencionados por Martine (1992) (seção “Evidências recentes do padrão de urbanização...”).

O balanço migratório do Interior apresentou, entre 1980 e 1991, um saldo conjunto de 861 mil pessoas, pouco mais que aquele verificado nos anos 70. O dinamismo econômico dos seus pólos responderia, na visão de Cano & Pacheco (1992), por grande parcela desse balanço positivo da migração.

Em termos mais desagregados, houve, na década passada, uma desaceleração no ritmo de crescimento das regiões que mais cresciam no decênio anterior e uma recuperação na dinâmica populacional daquelas que antes decresciam. “A

Tabela 6

CRESCIMENTO POPULACIONAL E SALDO MIGRATÓRIO  
Regiões Administrativas do Interior  
1970-1980 / 1980-1991

REGIÕES ADMINISTRATIVAS	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL			SALDO MIGRATÓRIO	
	Local.	1970-80	1980-91	1970-80	1980-91
Registro	Sul	3,01	1,86	7.441	-13.013
Santos	Sul	3,94	2,19	155.770	52.232
São José Campos	Leste	3,88	2,77	158.205	105.923
Campinas	Leste	4,41	2,91	657.042	454.984
Sorocaba	Centro	2,84	2,65	106.818	124.682
Ribeirão Preto	Centro	3,31	2,86	85.767	79.131
Bauru	Centro	2,06	2,01	18.058	25.752
Central	Centro	2,88	2,70	56.662	69.198
S J Rio Preto	Oeste	0,71	1,59	-83.590	5.781
Araçatuba	Oeste	-0,03	1,44	-99.470	-14.168
Pres.Prudente	Oeste	-0,32	0,94	-148.523	-63.086
Marília	Oeste	0,26	1,35	-106.978	-9.504
Barretos	Norte	0,93	2,64	-17.792	29.526
Franca	Norte	1,61	2,52	- 1.994	31.851

Fonte: Fundação SEADE, 1992b.

tendência recente de crescimento populacional do Estado de São Paulo compõe, desta forma, uma relação simétrica onde praticamente todas as regiões a oeste do Estado aumentaram suas taxas de crescimento enquanto no leste elas diminuíram. A região central do Estado manteve o mesmo dinamismo nas duas décadas consideradas [70 e 80]" (Fundação SEADE, 1992b:19).

Essas tendências regionais diferenciadas de crescimento populacional no Estado se explicariam pela intensidade variada da migração no último período ao longo do seu espaço territorial, como mostra a Tabela 6. No sul e leste do Estado, os saldos migratórios são menores que os observados na década passada. A Região Administrativa de Registro chegou a apresentar saldo negativo de treze mil pessoas. Ao norte e a oeste, o balanço migratório foi menos dramático nos anos 80. As RAs de Presidente Prudente, Araçatuba e Marília, a oeste, ainda apresentam migração líquida negativa, mas com uma intensidade menor. As Regiões de Franca, Barretos e São José do Rio Preto passa-

ram a acumular saldos positivos de migração. Nas regiões centrais do Estado, o quadro migratório foi mais estável.

A análise da redistribuição espacial da população segundo as Regiões de Governo permite constatar que "a grande maioria das regiões situadas a oeste continuaram a apresentar saldos migratórios negativos, porém bem menos acentuados em comparação àqueles registrados na década anterior" (Perillo, 1992). Ao sul, as RGs de Itapeva e Registro passaram à condição de centros emigratórios. As regiões a centro-leste, em sua maioria, tiveram acréscimos populacionais devido à migração, mas a taxas menores que as verificadas no passado. A RG de Caraguatatuba destaca-se como a de maior crescimento demográfico (e intensidade migratória) no Estado, entre 1980 e 1991.

Uma análise mais exaustiva da redistribuição espacial da população pelo interior paulista é apresentada em Fundação SEADE (1992b). Tabelas descritivas do crescimento demográfico regional são apresentadas no próximo capítulo.



---

## O PAPEL DA MIGRAÇÃO NA REDISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO NO INTERIOR PAULISTA NOS ANOS 80

Do ponto de vista estritamente demográfico, o crescimento da população, em um dado período e local, é uma função de dois componentes: do crescimento vegetativo (nascimentos subtraído das mortes) e do saldo migratório (entradas menos saídas de migrantes). Estudar, pois, a redistribuição populacional no interior paulista requer a análise desses dois componentes.<sup>6</sup>

Como se procurará mostrar neste capítulo, o crescimento vegetativo regional é pouco importante para a explicação das taxas diferenciadas de crescimento populacional entre as RGs paulistas, cabendo papel determinante à migração.

A inexistência de dados publicados mais gerais do Censo 91 e o quadro fragmentado na produção de informações para estudo e acompanhamento do componente migratório – mesmo para o Estado de São Paulo (Patarra & Cunha, 1987) – justificam, neste capítulo, a opção pelo saldo migratório regional e a taxa líquida de migração como instrumento de análise dos determinantes da redistribuição populacional nas RGs paulistas, na última década.

O emprego dos saldos migratórios regionais, assim como das taxas líquidas, permitem avaliar a contribuição específica da migração (líquida) na

redistribuição espacial da população, retirados os efeitos dos diferenciais de fecundidade e mortalidade entre regiões. Naturalmente, não permitem receber a intensidade absoluta das entradas e saídas de pessoas e trocas inter-regionais, dimensões somente tangíveis com a publicação dos resultados da amostra do Censo Demográfico de 1991.

### A CONVERGÊNCIA DOS PARÂMETROS DEMOGRÁFICOS REGIONAIS EM SÃO PAULO NOS ANOS 80

Os anos 80 passarão para a história demográfica brasileira não apenas como o momento de inflexão substantiva do seu crescimento populacional, mas também da convergência dos níveis macrorregionais de fecundidade. A taxa de fecundidade total (uma medida do padrão reprodutivo) passou de 4,35 filhos por mulher em 1980 para, segundo estimativas preliminares citadas por Berquó (1994), cerca de 2,5 em 1991, significando uma redução de cerca de 43%. Em termos regionais, há indícios de que a queda tenha sido ainda mais dramática nas regiões Norte e Nordeste, uma vez que os estados do Sudeste e Sul já apresentavam, em 1980, taxas abaixo de quatro filhos por

---

6. Os trabalhos na ótica dos estudos de urbanização tendem a se basear em taxas de crescimento populacional, não distinguindo os efeitos dos dois componentes. Em geral, tal opção se justifica, na medida em que o componente migratório só pode ser computado em situações nas quais há garantias da qualidade dos dados de nascimentos e mortes no Registro Civil, algo não aplicável pelo Brasil afora como mostram Altmann & Ferreira (1979) e Paes (1994).

mulher. Dados apresentados por Médici (1991) dão conta de que a fecundidade no Nordeste teria caído cerca de 30% em apenas cinco anos (entre 1980 e 1986). Desta forma, é possível especular sobre uma relativa convergência dos níveis reprodutivos atuais em termos macrorregionais no Brasil.

Com relação à mortalidade, ainda é cedo para se falar em aproximação dos níveis macrorregionais no Brasil. Nesses termos, os diferenciais de taxas de mortalidade infantil são ainda muito grandes, tal como o descrito por Paula (1987) para 1980. Enquanto a Paraíba apresentava, naquele momento, uma taxa de mortalidade infantil de 151 por mil, o Rio Grande do Sul exibia uma taxa 60% menor. Na realidade, essa situação da mortalidade infantil não se restringia a Paraíba, mas à quase totalidade dos estados do Nordeste, onde os avanços contra a mortalidade foram menos substantivos que nas demais regiões ao longo das últimas décadas.

Dados mais recentes apresentados por Oliveira (1993) atestam as substantivas diferenças regionais nas taxas de mortalidade infantil: 33 por mil no Sudeste e 75 por mil no Nordeste, em 1989.

Para o Estado de São Paulo é possível, no entanto, se falar em uma inequívoca convergência dos níveis microrregionais de fecundidade e mortalidade durante a década passada. Com relação à fecundidade, Campanário & Yazaki (1994) revelam que o diferencial máximo da fecundidade entre as RGs reduziu de 2,69 filhos por mulher, em 1980, para 1,36 em 1992, como resultado de uma queda generalizada das taxas em todo o Estado (Tabela 7). De fato, não apenas a média das taxas de fecundidade, mas, sobretudo, a variância regional, apresentaram reduções expressivas.

Com relação à mortalidade infantil, Ortiz & Marangone Camargo (1994) apontam a redução sistemática das diferenças regionais no período de 1980 a 1992, mas chamam a atenção para o quadro ainda alarmante dos níveis em alguns distritos ERSAs – Escritórios Regionais de Saúde. O cote-

jamento de taxas de mortalidade infantil das RGs em três momentos, como mostra a Tabela 7, permite verificar que o intervalo de variação das taxas passou de 31 a 87 por mil em 1980, para 20 a 68 por mil em 1992. Tal como observado para a fecundidade, a média regional e, principalmente, a variância apresentam forte queda no período. A persistência de um coeficiente de variação acima de 25% não deixa de revelar, porém, diferenças regionais significativas.

Essa convergência de níveis de fecundidade e, em menor escala, dos níveis de mortalidade infantil, leva a supor que o componente migratório foi o principal fator configurador do novo padrão de distribuição populacional pelo interior, tal como observado por Cunha (1986) para o período de 1960/80, e como sugerido por Patarra *et al.* (1992) para a década passada.<sup>7</sup>

Como mostra a Tabela 8, as taxas decenais de crescimento populacional apresentam uma grande variabilidade entre as RGs, estendendo-se de -5,1% em Adamantina a 67% em Caraguatatuba. Uma análise dos componentes da taxa decenal de crescimento populacional revela que esta variabilidade é consequência das grandes diferenças regionais nas taxas líquidas de migração centradas em 1980. Enquanto estas últimas oscilam de -22 a 33,5% (tendo como extremos as mesmas RGs acima citadas) e uma variância de 133,3, as taxas decenais de crescimento vegetativo oscilam no intervalo de 14,3 a 33,5% (com variância oito vezes menor).

Dessa forma, a variância das taxas líquidas de migração centradas em 1980 representam 70% daquela das taxas decenais de crescimento populacional (133,3 de 192,2). A parcela correspondente à variância das taxas de crescimento vegetativo representa apenas 9% da variância total das taxas de crescimento populacional. O restante 21% da variância das taxas de crescimento populacional deve-se à covariância entre as taxas de crescimento vegetativo e de saldo migratório.

---

7. Naturalmente, parcela do crescimento vegetativo deve-se a filhos de migrantes nascidos na própria região, que perfazem volume significativo no Estado (Cunha, 1988). Daí o fato de se terem altas taxas de crescimento vegetativo em regiões de intensa migração na década passada, como Caraguatatuba.

**Tabela 7**  
**CONVERGÊNCIA DOS NÍVEIS DE FECUNDIDADE E MORTALIDADE**  
**RGs Paulistas**  
**1980-1992**

REGIÃO DE GOVERNO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL		TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL		
	1980	1992	80/81	85/86	89/90
Adamantina	3,39	2,08	40,59	37,38	23,15
Andradina	3,36	2,10	33,79	32,32	26,37
Araçatuba	3,20	2,08	38,96	28,55	23,80
Araraquara	3,27	2,18	40,56	29,67	24,82
Assis	3,27	2,23	53,21	40,78	33,22
Avaré	3,90	2,66	63,85	50,24	39,38
Barretos	3,41	2,32	39,95	33,42	25,71
Bauru	3,47	2,31	47,73	29,84	26,21
Botucatu	3,52	2,41	45,47	29,89	30,57
Bragança Paulista	3,52	2,42	55,85	38,13	29,70
Campinas	3,11	2,13	36,40	27,17	23,43
Caraguatatuba	4,68	2,91	50,44	38,97	35,90
Catanduva	3,22	2,16	44,73	27,98	20,24
Cruzeiro	3,57	2,53	54,11	30,25	28,29
Dracena	3,34	2,18	42,95	30,35	27,46
Fernandópolis	3,34	1,94	30,66	27,09	24,50
Franca	3,33	2,40	36,00	27,30	21,14
Guaratinguetá	3,60	2,49	48,45	38,45	36,05
Itapetininga	3,82	2,62	62,35	42,91	35,59
Itapeva	4,97	3,22	86,83	74,78	68,32
Jales	3,63	2,01	37,13	28,23	23,09
Jaú	3,30	2,15	41,62	36,76	26,14
Jundiaí	3,33	2,28	37,05	28,60	24,31
Limeira	3,21	2,23	42,77	31,28	27,67
Lins	3,64	2,28	65,17	37,43	33,24
Marília	3,73	2,25	57,11	32,56	29,05
Ourinhos	3,64	2,50	52,19	32,78	28,74
Piracicaba	3,24	2,22	37,97	30,20	29,81
Pres.Prudente	3,47	2,21	40,53	30,71	26,84
Registro	5,52	3,30	62,42	38,85	36,62
Ribeirão Preto	3,22	2,30	32,53	26,41	24,44
Rio Claro	2,96	2,13	30,96	25,10	26,49
Santos	3,35	2,15	53,34	38,99	37,35
São Carlos	3,08	2,29	32,64	25,16	20,20
S.J.Boa Vista	3,46	2,40	40,39	29,54	23,33
S.J.Barra	3,18	2,36	31,31	25,92	23,20
S.J.Rio Preto	2,98	1,95	34,10	26,27	23,33
S.J.Campos	3,77	2,37	36,62	27,45	24,10
Sorocaba	3,79	2,44	55,88	36,71	30,15
Taubaté	3,75	2,38	42,01	29,59	27,78
Tupã	3,42	2,15	40,87	29,25	20,94
Votuporanga	2,83	1,96	45,66	30,79	23,11
Média	3,02	2,33	45,31	31,19	28,42
Variância	0,25	0,08	132,09	71,79	62,98
Coefficiente de variação	14,14	12,28	25,36	25,53	27,92

Fonte: TFT: Campanário e Yazaki (1994); TMI: Fundação SEADE (1992a).



**Tabela 8**  
**COMPONENTES DO CRESCIMENTO POPULACIONAL**  
**RGs Paulistas**  
**1980-1991**

REGIÃO DE GOVERNO	POPUL. 1980	CRESC. POP.		CRESC. VEGET.		SD. MIGRATÓRIO	
		abs.	tx.dc	abs.	tx.dc	abs.	tx.dc
Adamantina	137.630	-7050	-5,1	23.169	16,8	-30.219	-22,0
Andradina	157.277	14.494	9,2	30271	19,2	-15.777	-10,0
Araçatuba	367.583	74.943	20,4	73.334	20,0	1.609	0,4
Araraquara	328.251	109.787	33,4	66.009	20,1	43.778	13,3
Assis	159.251	39.404	24,7	32.702	20,5	6.702	4,2
Avaré	188.042	31.571	16,8	43.093	22,9	-11.522	-6,1
Barretos	268.839	89.104	33,1	59.578	22,2	29.526	11,0
Bauru	364.479	99.170	27,2	77.550	21,3	21.620	5,9
Botucatu	155.009	43.350	28,0	26.714	17,2	16.636	10,7
Bragança Pta.	286.769	94.684	33,0	62.280	21,7	32.404	11,3
Campinas	1.407.236	589.167	41,9	301.788	21,4	287.379	20,4
Caraguatatuba	87.777	58.819	67,0	29.429	33,5	29.390	33,5
Catanduva	190.045	30.972	16,3	33.732	17,7	-2.760	-1,5
Cruzeiro	91.271	13.124	14,4	19.771	21,7	-6.647	-7,3
Dracena	106.534	960	0,9	19.532	18,3	-18.572	-17,4
Fernandópolis	95.490	4.352	4,6	17.534	18,4	-13.182	-13,8
Franca	318.810	109.920	34,5	76.417	24,0	33.503	10,5
Guaratinguetá	232.213	31.879	13,7	38.440	16,6	-6.561	-2,8
Itapetininga	226.335	81.362	35,9	55.455	24,5	25.907	11,4
Itapeva	257.200	46.560	18,1	72.048	28,0	-25.488	-9,9
Jales	131.964	3.931	3,0	23.689	18,0	-19.758	-15,0
Jaú	171.837	40.296	23,5	26.693	15,5	13.603	7,9
Jundiaí	401.121	157.127	39,2	118.277	29,5	38.850	9,7
Limeira	340.182	125.522	36,9	81.866	24,1	43.656	12,8
Lins	125.929	13.193	10,5	22.664	18,0	-9.471	-7,5
Marília	236.708	28.551	12,1	38.055	16,1	-9.504	-4,0
Ourinhos	149.586	25.860	17,3	29.400	19,7	-3.540	-2,4
Piracicaba	295.801	105.091	35,5	71.432	24,1	33.659	11,4
Pres.Prudente	417.934	77.322	18,5	91.616	21,9	-14.294	-3,4
Registro	185.562	41.376	22,3	54.389	29,3	-13.013	-7,0
Ribeirão Preto	660.948	215.804	32,7	136.673	20,7	79.131	12,0
Rio Claro	149.865	33.425	22,3	21.381	14,3	12.044	8,0
Santos	961.249	216.885	22,6	164.653	17,1	52.232	5,4
São Carlos	215.119	68.181	31,7	42.760	19,9	25.421	11,8
S.J.Boa Vista	328.311	73.577	22,4	66.614	20,3	6.963	2,1
S.J.Barra	92.666	19.480	21,0	21.132	22,8	-1.652	-1,8
S.J.Rio Preto	402.333	123.043	30,6	71.745	17,8	51.298	12,8
S.J.Campos	487.156	222.731	45,7	145.839	29,9	76.892	15,8
Sorocaba	683.590	289.428	42,3	170.279	24,9	119.149	17,4
Taubaté	322.747	87.188	27,0	75.337	23,3	11.851	3,7
Tupã	135.333	3.738	2,8	24.833	18,3	-21.095	-15,6
Votuporanga	130.005	12.799	9,8	22.617	17,4	-9.818	-7,6
Média			23,75		21,17		2,58
Variância			192,21		17,74		133,27
Coefficiente de variação			58,4%		19,9%		446,6%

Fonte: Fundação SEADE (1992b).

Nota: abs = absoluto; tx.dc = taxa decenal.

Em vernáculo “não-estatuês”, isso significa dizer que as diferenças entre taxas de crescimento populacional das RGs explicam-se, em grande medida, pelas intensidades migratórias diferenciadas pelo Estado. Ou, ainda: a redistribuição populacional no interior é consequência, em termos demográficos, da intensidade da migração pelas RGs, contando muito pouco as diferenças regionais nos níveis de fecundidade e mortalidade.

### LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS DO SALDO MIGRATÓRIO E DAS TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO

Estudar a redistribuição populacional nas RGs paulistas nos anos 80 é analisar a mobilidade espacial da população no período, como demonstrado na seção anterior.

A análise da mobilidade espacial da população está limitada, neste momento, à utilização de saldos migratórios e taxas líquidas de migração, calculados indiretamente pelo método das Estatísticas Vitais (Nações Unidas, 1972), tal como exposto em Fundação SEADE (1992b). Este não é o único método, nem o necessariamente mais preciso, como avalia Ferreira (1981). Mas tendo em vista que se dispõe apenas dos quantitativos populacionais regionais sem distinção de idade ou sexo, o leque de técnicas disponíveis fica muito limitado.<sup>8</sup>

Felizmente, graças à qualidade das Estatísticas Vitais no Estado (Waldwogel *et al.*, 1994; Ferreira & Ortiz, 1987; Paes, 1994), os problemas potenciais com a técnica residual aludida diminuem. A rigor, uma estimativa confiável do saldo migratório pelo método das Estatísticas Vitais não depende, necessariamente, de uma boa cobertura dos nascimentos e óbitos. Uma vez que, no cômputo do crescimento vegetativo, nascimentos e mortes entram com sinais trocados, a subenumeração relativa dos primeiros podem ser compensada, em parte, pelo sub-registro dos segundos. Requisito essencial para a confiabilidade dos resultados nessa técnica é a proximidade dos erros (inevitáveis)

de subenumeração do quantitativo populacional nos dois censos sucessivos considerados (Nações Unidas, 1972: 28). Pelo que apontam alguns índices (*Isto é/Senhor*, 15 jan. 1992; Martine, 1994a), há certa dúvida quanto a proximidade desses erros de subenumeração em 1980 e 1991, em especial nos grandes centros urbanos.

Vale observar que o saldo migratório decenal apresenta limitações metodológicas consideráveis para o estudo da migração. Ele é um *proxy* muito grosseiro da mobilidade espacial da população, incapaz de retratar o volume e diversidade dos fluxos existentes para dentro e para fora da região. Não se sabe quantas pessoas se dirigiram à região e nem quantas, tendo aí residido, saíram durante os dez (ou onze anos) que separam os censos. Não se sabe de onde vieram e para onde se dirigiram os migrantes. Não se sabe quem foram esses migrantes, ricos, pobres, técnicos, mão-de-obra sem qualificação. Na melhor das hipóteses, se se disponibilizassem dados sobre distribuição populacional por idade e sexo, seria possível saber quais os grupos etários (e sexos) compuseram o saldo residual. Não se sabe em que momento o processo migratório se acelerou, estagnou, se inverteu. O saldo migratório só espelha parte da contribuição da migração, já que filhos de migrantes são tidos – corretamente – como não-migrantes. Um pequeno saldo migratório não indica baixa mobilidade populacional na região. Numa situação hipotética, ter-se-ia um contingente de camponeses emigrando para outra região, e, em contrapartida, um volume parecido de técnicos e operários especializados ingressando. Enfim, trabalhar com saldos migratórios exige que não se diferencie o grupo de migrantes e as motivações individuais em direção à imigração ou à emigração. O saldo migratório é uma medida de estoque, não de fluxo.

A utilização das taxas líquidas de migração – razão entre os saldos migratórios decenais e a população no meio do período – agrega informações passíveis de apreensão não somente pelos saldos.

8. Os quantitativos populacionais por idade e sexo nos municípios foram divulgados só mais recentemente, em 1994.

Elas indicam, grosso modo, a propensão da região para receber ou ceder migrantes, ou, ainda, a intensidade da migração líquida. A principal virtude da taxa migratória é quantificar o efeito do saldo migratório sobre a população potencialmente exposta ao risco da migração.

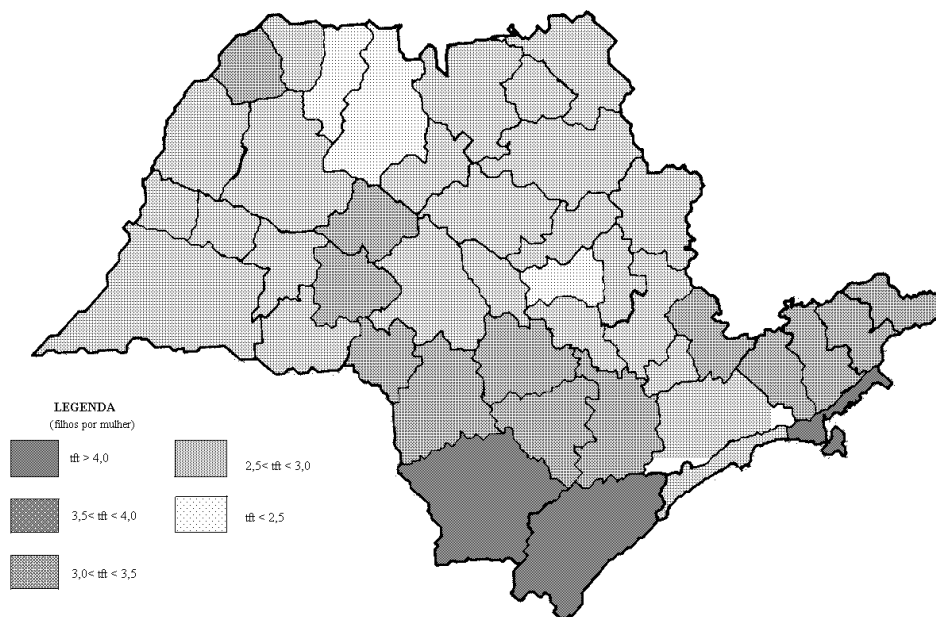
Neste trabalho, procura-se usar os dois “*proxys*” da migração naquilo que efetivamente representam: estoque (saldo) e intensidade (taxa migratória).

Naturalmente, as informações sobre fluxos migratórios possíveis de serem apreendidas dos Censos ou pesquisas retrospectivas sobre migração contêm um valor heurístico muito superior às medidas aqui empregadas. Contudo, saldos e taxas migratórias podem ser alternativas práticas, rápidas e mesmo eficientes para responder algumas questões sobre o fenômeno migratório (Cunha, 1994b).

---

**Mapa 1**

**TAXAS DE FECUNDIDADE**  
RGs Paulistas 1980



---

**Mapa 2**

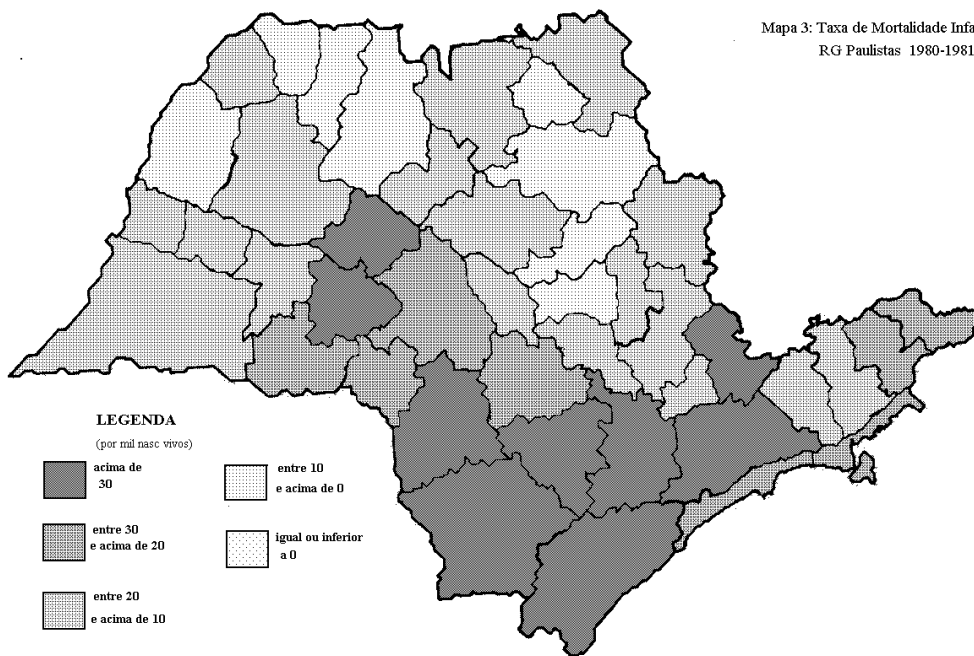
**TAXAS DE FECUNDIDADE**  
RGs Paulistas 1992



Mapa 3

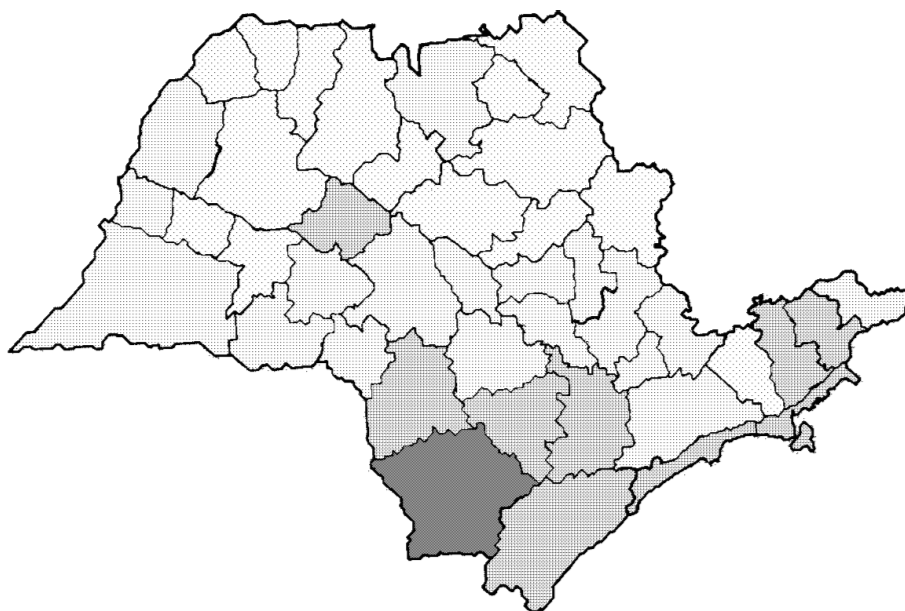
TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL  
RGs Paulistas 1980-1981

Mapa 3: Taxa de Mortalidade Infantil  
RG Paulistas 1980-1981



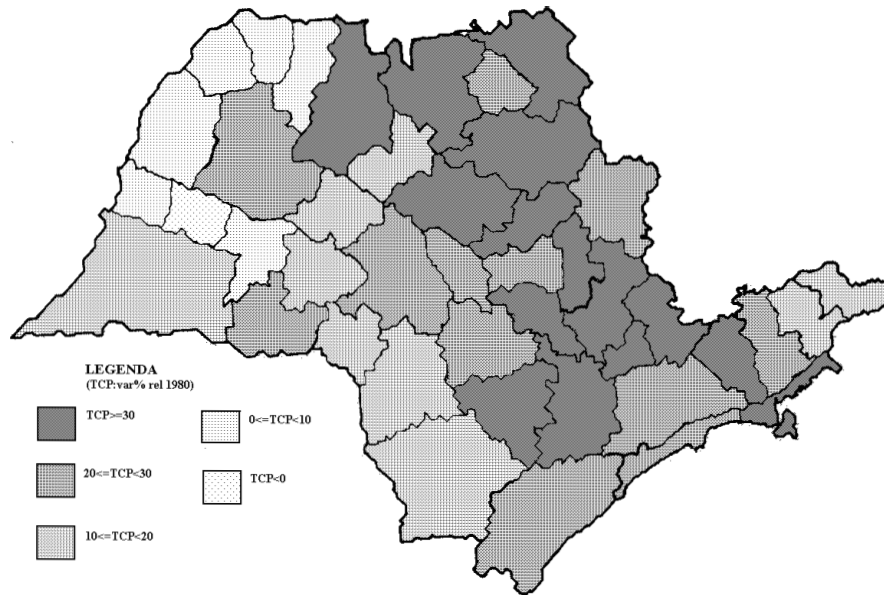
Mapa 4

TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL  
RGs Paulistas 1989-1990



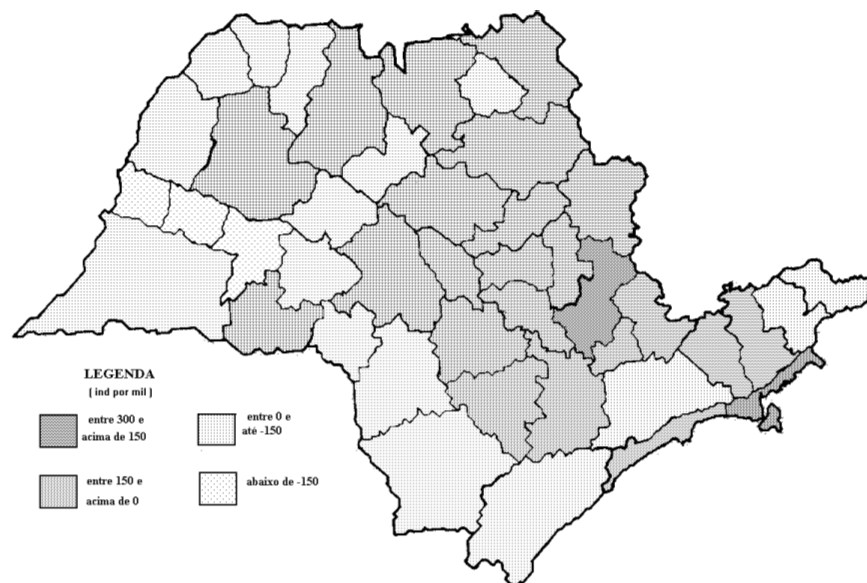
Mapa 5

TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL  
RGs Paulistas 1980-1991



Mapa 6

TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO  
RGs Paulistas 1980-1991





---

# UMA PROSPECÇÃO ACERCA DOS DETERMINANTES ECONÔMICOS E SOCIAIS DA REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL RECENTE NO INTERIOR PAULISTA

Como demonstrado no capítulo anterior, a redistribuição regional da população no Interior paulista nos anos 80 é explicada, em termos demográficos, pelas diferentes intensidades e sentidos do processo migratório, na década, ao longo do território. Analisar, pois, a redistribuição espacial da população paulista pelas RGs nesses anos é estudar o comportamento da migração (saldos migratórios e taxas líquidas de migração, no caso) pelo Interior no período.

Do ponto de vista econômico e social, a explicação da redistribuição (ou da migração) é mais complexa e intrincada. Um recurso metodológico para avançar no conhecimento e cercar os determinantes estruturais da redistribuição recente é a análise de diferenciais regionais de migração, orientada pelos diversos eixos de estudo do processo de urbanização e distribuição espacial da população brasileira e paulista, tal como visto no segundo capítulo, que contemplou uma revisão bibliográfica.

Nela, diversos fatores sociais e econômicos foram apontados como elementos importantes para a explicação dos processos de espacialização da população. Aqui, recupera-se parte deles, e investiga-se a sua pertinência como fatores relevantes na explicação da redistribuição populacional recente no Interior paulista.

Naturalmente, uma análise de diferenciais não demonstra a relação de determinação ou causali-

dade entre fenômenos, mas tão somente de co-variância (ou independência) entre os mesmos. Outros requisitos necessários à demonstração da causalidade – defasagem temporal entre causa e efeito e eliminação da hipótese de espuriedade na relação entre os fenômenos (Asher, 1983) – não são passíveis de comprovação em uma análise de diferenciais. No entanto, esta pode contribuir, por meio de aproximações sucessivas, para se desvelarem dimensões explicativas relevantes para a construção de modelos causais e teorias mais gerais e integradoras sobre os processos em questão.

Embora não sejam imprescindíveis em uma análise de diferenciais, métodos estatísticos podem ser uma ferramenta útil na exploração das características dos dados e das relações entre variáveis. Podem, inclusive, dar uma sustentação mais forte aos argumentos propostos. Como defendem Blalock (1973) e Torgerson (1958), a mensuração e a aplicação de métodos quantitativos nas ciências humanas são encaminhamentos metodológicos importantes para a descoberta de relações entre fenômenos sociais e para o avanço no teste e formulação de hipóteses sobre os fenômenos e a estrutura de causalidade. Mas não deve escapar ao analista que a contrapartida à aplicação dos métodos pode ser muito custosa: o conjunto de dados deve exibir propriedades estatísticas “desejáveis”, qualidade menos freqüente em se tratando de da-



dos sociais (Souza, 1993).<sup>9</sup> Assim, não fazemos uso extensivo de métodos estatísticos neste capítulo, mas os aplicamos em algumas das seções a seguir. Isto não as torna mais conclusivas que as outras tratadas mais qualitativamente, mas seguramente acrescentam informações adicionais relevantes sobre o processo empírico em questão.

## **REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E OS DIFERENCIAIS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Talvez nenhum outro eixo de análise tenha sido mais explorado nos estudos do processo de urbanização e ocupação populacional do território brasileiro e paulista que aquele que buscou entender a mobilização espacial da população como produto dos movimentos cíclicos do capital, indutores do desenvolvimento econômico de algumas regiões e do empobrecimento relativo de outras. Ainda que a resenha do segundo capítulo já tenha evidenciado tal abordagem e esteja repleta de citações vinculando o “econômico” com o “populacional”, vale resgatar, como ilustrativa dessa associação, a relação proposta por Faria (1976: 96) entre os ciclos econômicos e a constituição do sistema urbano brasileiro:

*“O importante a assinalar [no processo de constituição do sistema urbano brasileiro] é que cada ciclo [econômico] mobilizou importantes contingentes populacionais e que, passado o seu auge, esta população continuou sobrevivendo, provavelmente numa área maior, contribuindo para a ocupação do território”.*

Tributários deste mesmo eixo de análise, Negri *et al.* (1988) e Cano & Pacheco (1989) ressaltam a importância da economia cafeeira e da interiorização da indústria no processo de urbanização e ocupação populacional no Estado de São Paulo neste século.

*“O café, como já foi tantas vezes enfatizado, seria a matriz do sistema urbano paulista. Não que os ciclos econômicos anteriores tenham sido poucos importantes para sua constituição. É certo, neste sentido, que os caminhos coloniais influíram sobre os destinos de muitas vilas, que a pecuária representou formas de incorporação de parcelas do território paulista, da mesma forma que o algodão e o açúcar acabariam por legar uma infra-estrutura urbana mínima para o café. O que deve ser ressaltado é a natureza restrita deste processo anterior, comparada com a dimensão urbana que assumiu a acumulação nos marcos da economia cafeeira paulista.... À medida que se ampliava a própria atividade cafeeira, era induzida a expansão deste componente [dimensão urbana]. Eram indústrias, bancos, escritórios e oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação, e o próprio aparelho de Estado” (Negri *et al.*, 1988: 6-7).*

Numa perspectiva histórico-estruturalista, ao estudar os determinantes das redistribuição populacional no Estado de São Paulo, Motta (1981: 153) propõe:

*“É certo que as relações sociais de produção determinadas pelas estrutura produtiva de uma determinada região, condicionam estreitamente o modo como se dá sua ocupação demográfica. Por sua vez, em geral, regiões com um rápido processo de crescimento econômico atraem significativas parcelas dos contingentes migratórios, direcionando-os e ‘fixando-os’. Isto se dá, não só em termos de industrialização, mas também, e significativamente, no bojo das transformações propiciadas pelas frentes – de expansão e/ou pioneira – de ocupação agrícola”.*

Observe-se, porém, que as vinculações entre a urbanização e o desenvolvimento econômico devem ser entendidas em um sentido mais amplo

---

9. A respeito do “mau comportamento” dos dados sociais, em contraposição ao “enquadramento” dos dados provenientes da física e astronomia, Alves (1981: 98) não poderia ser mais feliz: “O rigor das ciências da natureza não se deve, em absoluto, a que elas sejam mais rigorosas e seus métodos mais precisos. Acontece que o bicho com que elas lidam é muito doméstico, manso, destituído de imaginação, faz sempre as mesmas coisas, numa rotina enlouquecedora, freqüente os mesmos lugares. Tanto assim que é possível prever onde estarão Terra, Sol e Lua daqui a 100.000 anos”.

que o sugerido pelo mecanismo de atração das oportunidades econômicas. A reorganização espacial interna da produção econômica influencia a dinâmica populacional não apenas pelos fatores de atração nos centros de economia capitalizada, como também pelos de expulsão nas localidades não beneficiadas pelo desenvolvimento. Só assim é possível entender a urbanização disseminada pelo território nacional neste século, em direção a capitais e cidades não beneficiadas diretamente pela industrialização (Patarra, 1978). Ou, como observam Bógus *et al.* (1990a: 436) para a década de 70 em São Paulo:

*“O acelerado ritmo de crescimento verificado no Interior, como um todo, concentrou-se, na verdade, em algumas áreas de maior desenvolvimento econômico. As Regiões de Governo menos favorecidas pela concentração industrial ou pela presença de incentivos governamentais, muitas vezes têm dificuldade em reter sua população e, não raro, acabam por expulsá-la”.*

Para investigar a importância dos fatores associados ao desenvolvimento (e subdesenvolvimento) econômico no processo recente de redistribuição populacional pelas RGs paulistas, adotam-se duas estratégias diferentes. Na primeira abordagem, procurando tirar proveito da disponibilidade de estatísticas econômicas disponíveis no período intercensitário, faz-se um cotejamento das medidas de redistribuição populacional (saldos, taxas líquidas de migração, taxas de crescimento demográfico regional) com indicadores convencionais de nível de desenvolvimento econômico (PIB – Produto Interno Bruto regional, PIB *per capita*, taxa de crescimento do PIB) pelas RGs paulistas. Na seção seguinte, estuda-se a relação economia *versus* redistribuição populacional através de uma tipologia do perfil produtivo regional. Embora muito próximas, as estratégias não se dispensam mutuamente. Cada uma explora de forma diferente a realidade multifária do binômio Economia–População.

## **Análise da associação entre redistribuição populacional e desenvolvimento econômico**

Existem diversas medidas estatísticas de grau de associação ou de independência entre variáveis, dependendo da natureza das escalas em que tais variáveis são medidas (Liebetrau, 1983). Uma técnica estatística simples e preliminar para a investigação de associações entre variáveis sociais de escala contínua é a Análise de Correlação (Boudon, 1968).

É certo que a estatística tem, hoje, muito mais a oferecer ao pesquisador das ciências humanas que essa técnica ou outras aqui aplicadas. Bussab & Ho (1983) dão mostra disso, expondo uma metodologia abrangente para tratamento de dados de pesquisas sociais, da análise exploratória às técnicas multivariadas de Análise de Agrupamentos, Análise Discriminante e Análise de Correlação Canônica.

Hoje, talvez seja cada vez mais difícil justificar a não-utilização de algumas das técnicas mais modernas que exigem complexidade operacional e requisitos computacionais exigidos. Francis (1981) relaciona e avalia mais de sessenta pacotes estatísticos disponíveis para *mainframes* e microcomputadores por volta de 1980 nos Estados Unidos; em abril de 1985, somente para micros, havia nesse país pelo menos quarenta grandes programas comerciais de análise estatística (Siegel, 1985). Inspirado no SPSS – Statistical Package for Social Sciences, desenvolveu-se, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, para uso de alunos e pesquisadores em ciências humanas, um *software* (PECS) voltado à análise estatística básica de dados sociais (Helt *et al.*, 1985).

Mas, em que pesem a ampliação das facilidades computacionais nas universidades, a “banalização” da operação dos *softwares* estatísticos e a produção de manuais estatísticos para interlocutores externos não-afeitos ao formalismo matemático dos textos clássicos da área,<sup>10</sup> ainda há al-

10. Nesse sentido, vide Dillon & Goldstein (1984) e a série *Métodos Quantitativos para Cientistas Sociais da Fundação Sage* (EUA) (Asher 1983, Kim & Mueller 1978, entre outros). Apostilas de alguns minicursos oferecidos no âmbito do Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística (bianual) também são bons exemplos nacionais de popularização do “saber estatístico” para outras platéias.

gumas dificuldades a superar na disseminação dessas técnicas para a investigação social. A correta utilização das ferramentas estatísticas exige, por parte do cientista social, um comprometimento maior com o formalismo matemático subjacente às mesmas, e requer, por parte do estatístico, um conhecimento mais abrangente e substantivo da questão social em estudo e uma nova postura epistemológica da ciência. Se de um se requer a superação da “aversão aos números” (Ruas, 1994), do outro exige-se um comprometimento menos fetichista e “reificador” com relação ao conjunto de dados.

O dado coletado não é a realidade objetiva. A realidade não é passível de ser entendida de forma neutra ou objetiva, como querem alguns, mas, sim, a partir do conhecimento anterior e da visão de mundo que se tem dela. Tal como o pescador, o cientista precisa de uma rede ou de um anzol (teoria) para que, lançando-o ao mar (realidade), possa recolher espécimes (evidências empíricas) para uma investigação mais detalhada (Alves, 1981). Naturalmente, os espécimes fígados ou recolhidos na rede estão determinados, *a priori*, pelo tamanho do anzol ou largura da malha. As amostras – mesmo as coletadas pelos mais rigorosos critérios probabilísticos – são sempre um subconjunto enviesado da realidade. Além disso, é preciso desmitificar o poder “exploratório” das técnicas estatísticas: elas desvendam aquilo que, de alguma forma, o conhecimento substantivo do problema estudado sugere como provável ou não. Como bem observa Kuhn (1978), os achados inusitados ou descobertas casuais em meio às experiências nas ciências naturais só vieram à tona porque havia uma teoria subjacente que os torna previsíveis ou completamente impossíveis de ocorrência.

Para evitar uma abordagem prolongada dessas recorrentes questões epistemológicas da ciên-

cia e disputas interdisciplinares entre a “reificação das cifras” e “a frieza dos números”, vale apelar à clarividente síntese de Bourdieu, citado em Paula (1987), acerca dos limites e potencialidades da investigação estatística dos dados sociais. Se, por um lado, “quem fala de dados não pode apenas falar de dados, precisa falar também da realidade em que foram produzidos, saber da realidade em que estão sendo analisados” (p.80), por outro, “... as interpretações são apenas hipóteses, mesmo quando a evidência é grande; precisam de uma verificação operacional, que pode ser fornecida pela estatística. Os números têm valor probatório, porém só sabem revelar as relações que lhes é dado pesquisar; por outro lado, tem valor heurístico: permitem descobrir relações em que não se teria pensado. As estatísticas são para o cientista social o que a experiência é para o físico: opõem à hipótese a resistência do dado, obrigando-o assim a formular novas hipóteses” (p.76).

Tendo como base o “pragmatismo bourdieano”, definem-se a seguir, como primeiro passo para investigar, estatisticamente, a associação entre a redistribuição populacional e o desenvolvimento econômico regional, os indicadores apropriados. Na tabela seguinte apresentam-se indicadores de desenvolvimento e desempenho econômico e medidas associadas à redistribuição populacional na década passada. Como *proxy* do PIB regional foi utilizado o Valor Adicionado (VA) do ICMS já que este corresponde, para cada região “ao valor das saídas das mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços no seu território, deduzido o valor das entradas de mercadorias, em cada ano civil” (Fundação SEADE, 1989: 7).<sup>11</sup> Uma outra solução factível para apuração de uma medida regional do PIB, que não pôde ser implementada por questões operacionais, seria a utilização dos dados do Sistema de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas, de forma

---

11. Diga-se, de passagem, que a analogia do VA com o PIB não se restringe ao plano conceitual, mas se estende pelas imprecisões de seu levantamento, talvez um tanto potencializados aqui. Artigos na imprensa, em 1993, dão conta que a evasão tributária estaria em torno de 50% da base passível de ser tributada. Assim, o VA seria uma medida subestimada do PIB. Neste trabalho, estamos assumindo que a evasão é mais ou menos uniforme pelas RGs, não afetando a ordenação do conjunto segundo volume do VA.

semelhante à descrita por Lluch (1982).<sup>12</sup> O VA Total e o correspondente *per capita* foram centrados no meio da década (1985). A variação do VA Regional foi tomado no período de 1980 a 1987 por questões de conveniência da base de dados disponível (Tabela 9).<sup>13</sup>

Como observa Bussab (1986), a Análise de Regressão – e, por extensão, a Análise de Correlação – é sensível à presença de pontos “destoantes” no conjunto de dados, isto é, de pontos que parecem se descolar da massa central de observações disponíveis. Diversas razões podem fazer com que uma observação seja assim qualificada: desde o erro de medida até a existência de fatores intervenientes específicos que agem na sua constituição (e não das demais observações). A aplicação de técnicas para a sua detecção é uma das primeiras tarefas do pesquisador, já que podem introduzir desvios nos supostos necessários à aplicação das técnicas e vieses indesejáveis nos resultados.

É um erro pensar que o que a Estatística tem a oferecer para o tratamento desses pontos é o seu “não-tratamento”, isto é, descartando-os do conjunto de dados. Esta pode até ser uma saída, se houver razões para crer que se trata de um erro de medida ou de uma observação pertencente a outra classe de fenômenos (a merecer, pois, tratamento estatístico, ou não, à parte).

Se a intenção não for excluir dados do conjunto, ou proceder a transformações de escala que configurem propriedades estatísticas desejáveis, uma das soluções para avaliar o grau de associação entre variáveis é o emprego de técnicas não-paramétricas, como o coeficiente de correlação de postos de Spearman (Miller, 1977; Mattar, 1993). Naturalmente, como comenta Siqueira (1983), a opção por métodos não-paramétricos baseados em

postos deixa de utilizar todo o potencial de informação contido no conjunto de dados, especialmente se as variáveis são medidas em escala intervalar. Essa é a contrapartida pelo uso de métodos “menos exigentes” em termos de propriedades estatísticas do dados, mas parece ser a melhor forma de começar uma investigação sobre associação de variáveis no campo das ciências sociais.

A derivação do coeficiente de correlação de postos de Spearman para o conjunto de dados em questão (Tabela 10) permite constatar a associação entre as medidas de redistribuição (Saldo migratório, Taxa Líquida de Migração e de Crescimento Demográfico na década) e o nível de desenvolvimento econômico regional, medido pelo VA ou VA *per capita*. Como era de esperar, dada a análise elaborada na sessão anterior, as medidas de redistribuição populacional mostram-se associadas entre si. É interessante observar que o acréscimo percentual do VA entre 1980 e 1987 mostra-se mais correlacionado com as medidas de redistribuição que com as indicativas de nível de desenvolvimento econômico. A redistribuição populacional estaria, pois, associada não apenas aos níveis de desenvolvimento econômico regional prevalentes em 1985, mas também às taxas diferenciadas de crescimento econômico pelas RGs.

De fato, por meio da Análise de Regressão do modelo que expressa a intensidade migratória (Taxa Líquida de Migração) como função do VA e do Acréscimo% do VA entre 1980 e 1987, os coeficientes associados às duas variáveis mostraram-se significativamente diferentes de zero.<sup>14</sup> Os dois coeficientes são positivos, significando que a uma base econômica mais desenvolvida ou a uma maior expansão econômica associa-se uma intensidade migratória mais elevada e positiva. As maiores

12. Vale destacar aqui que, diferentemente da situação enfrentada para operacionalização de outros eixos de análise, nesta seção havia uma relativa gama de opções acerca de indicadores e períodos de referência a adotar. Enquanto estatísticas de produção econômica em nível microrregional são levantadas com certa regularidade, as dimensões socioeconômicas – em âmbito microrregional – relacionadas à população ficam relegadas, em geral, aos levantamentos decenais dos censos demográficos.

13. Restringindo a 1987, preserva-se a comparabilidade da série de VA entre as RGs, já que os dados do final da década estão distorcidos por mudanças de critério de computação do VA fiscal (Azzoni *et al.*, 1994).

14. Para que se pudesse garantir os requisitos necessários à inferência, a partir dos teste de significância, foi preciso abrir mão da integridade do conjunto de dados e descartar os pontos “destoantes”. A aplicação da técnica sugerida por Miazaki e Strangehaus (1994) sugeriu a exclusão das observações das RGs de Campinas, Caraguatatuba, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos e Sorocaba.

**Tabela 9**  
**MEDIDAS DE REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E INDICADORES ECONÔMICOS**  
**NAS RGs PAULISTAS NOS ANOS 80**

REGIÃO DE GOVERNO	SALDO MIGRAT. 80-91	TAXA DE CRESCIMENTO		VALOR ADICIONADO		
		Líquida Migração	Demog.% 80-91	Total 85 <sup>(1)</sup>	Capita 85 <sup>(1)</sup>	Var.% 80-87
Adamantina	-30.219	-225,4	-5,1	7.400.558	55,2	-16,7
Andradina	-15.777	-96,0	9,2	8.121.825	49,4	-24,6
Araçatuba	1.609	4,0	20,4	25.956.808	64,3	-5,9
Araraquara	43.778	115,5	33,4	44.643.821	117,7	-10,0
Assis	6.702	37,7	24,7	17.265.371	97,0	9,7
Avaré	-11.522	-56,7	16,8	6.498.307	31,9	6,6
Barretos	29.526	95,2	33,1	32.210.855	103,8	17,4
Bauru	21.620	52,6	27,2	31.219.477	75,9	-9,9
Botucatu	16.636	94,9	28,0	10.031.459	57,2	27,5
Bragança Paulista	32.404	98,0	33,0	12.762.001	38,5	-0,1
Campinas	287.379	171,5	41,9	228.978.887	136,6	1,3
Caraguatatuba	29.390	259,1	67,0	659.195	5,8	-6,7
Catanduva	-2.760	-13,5	16,3	15.335.481	74,8	-5,1
Cruzeiro	-6.647	-68,1	14,4	5.464.593	55,9	0,8
Dracena	-18.572	-173,5	0,9	4.267.113	9,8	-33,3
Fernandópolis	-13.182	-135,0	4,6	4.281.152	43,8	-17,5
Franca	33.503	90,6	34,5	22.781.507	61,6	-1,0
Guaratinguetá	-6.561	-26,5	13,7	8.826.228	35,6	5,6
Itapetininga	25.907	98,2	35,9	13.127.132	49,7	-6,9
Itapeva	-25.488	-91,2	18,1	8.039.726	28,7	-1,8
Jales	-19.758	-147,5	3,0	3.651.450	27,2	-17,0
Jau	13.603	71,2	23,5	19.819.658	103,8	-10,1
Jundiaí	38.850	82,1	39,2	52.004.080	109,9	-3,7
Limeira	43.656	109,7	36,9	41.240.345	103,6	0,8
Lins	-9.471	-71,6	10,5	7.190.403	54,3	7,5
Marília	-9.504	-37,9	12,1	16.610.323	66,2	-10,0
Ourinhos	-3.540	-21,9	17,3	7.997.846	49,3	40,7
Piracicaba	33.659	97,7	35,5	34.220.837	99,3	-18,2
Presidente Prudente	-14.294	-31,4	18,5	24.187.450	53,1	-15,2
Registro	-13.013	-63,4	22,3	5.819.289	28,3	-21,5
Ribeirão Preto	79.131	104,0	32,7	64.485.418	84,7	14,6
Rio Claro	12.044	72,7	22,3	13.153.218	79,3	12,2
Santos	52.232	49,1	22,6	94.890.378	89,1	28,1
São Carlos	25.421	103,0	31,7	22.437.442	90,8	5,5
São João da Boa Vista	6.963	19,2	22,4	22.695.497	62,4	2,6
São Joaquim da Barra	-1.652	-16,2	21,0	11.555.409	113,3	8,2
São José do Rio Preto	51.298	111,6	30,6	20.834.281	45,3	20,6
São José dos Campos	76.892	130,8	45,7	93.182.148	158,4	-10,4
Sorocaba	119.149	146,1	42,3	85.014.556	104,2	10,9
Taubaté	11.851	32,6	27,0	25.685.785	70,6	-1,5
Tupã	-21.095	-153,8	2,8	9.229.824	67,2	-9,9
Votuporanga	-9.818	-72,1	9,8	4.701.029	34,5	-15,8

Fonte: Resultados preliminares Censo 91, SEADE (1989).

(1) Valor adicionado em C\$ mil de 1987

**Tabela 10**

MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE POSTOS DE SPEARMAN ENTRE MEDIDAS DE REDISTRIBUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

	SALDO MIGRAT.	TAXA LÍQ.	CRESC. DEM.	VALOR ADICIONADO		
				Total	Cap.	Var.%
Saldo Migratório	1.00					
Tx.Líquida Migração	.94	1.00				
Crescimento Demog. 80-91	.90	.95	1.00			
Valor adicionado	.78	.68	.68	1.00		
Valor adic. per capita	.62	.53	.52	.81	1.00	
Acrésc. % Vl.adic.80-87	.33	.38	.29	.16	.18	1.00

taxas líquidas de migração (no sentido positivo) seriam, pois, observadas nas RGs passíveis de combinar maior base econômica instalada em 1985 com maior expansão entre 80 e 87. Observe-se que tal modelo explica satisfatoriamente bem – em se tratando de análise de dados sociais – a variabilidade da intensidade migratória pelas RGs ( $R^2 = 64\%$ ) (Tabela 11).

Com base nesses resultados, e a fim de retomar o conjunto completo das RGs e investigar a intensidade migratória sob estas duas variáveis – VA e Acréscimo% do VA –, essas variáveis foram discretizada em três categorias cada, a partir do gráfico “ramo e folhas” de cada variável. Para cada variável, as categorias representam um nível na escala Alto-Médio-Baixo, de acordo com a Tabela 12.

Classificando cada uma das RGs em um dos nove grupos formados pela combinação das duas tipologias (Tabela 13), observam-se os “efeitos positivos” e combinados do grau de desenvolvimento da base instalada e da expansão econômica. A intensidade migratória torna-se mais positiva (maiores indícios de imigração) da “Baixa Califórnia” para a “Califórnia Paulista”, e da categoria Economia em Estagnação para os “Tigres Paulistas” (de forte expansão econômica no período). Como já se especulara, pelos resultados da Análise de Regressão, ao grupo resultante da combinação de maior base econômica instalada (Califórnia Paulista) e maior expansão econômica (Tigres Paulistas) associam-se intensidades positivas e elevadas de migração líquida. De forma análoga, a categoria combinada Baixa

**Tabela 11**

RESULTADO DA REGRESSÃO MÚLTIPLA DO MODELO

$$Tx.Lig.Mig = a + b * Val.Adic. + c * Acresc.\%$$

VARIÁVEL	COEFICIENTE	D. PADRÃO	ESTAT. T	P-VAL
Val. Adic.	.00507	.00080	6.34757	.00000
Acresc. %	2.65554	.65783	4.03679	.00030
Constante	-84.12638	17.02413	-4.94160	.00002

$$R^2 = .64278 \quad F_{2,33} = 29,3 \quad (p = .00000)$$

**Tabela 12**

CATEGORIAS DE BASE ECONÔMICA INSTALADA  
E DE EXPANSÃO ECONÔMICA

BASE ECONÔMICA INSTALADA	VALOR ADICIONADO(CZ\$ MIL DE 1987)		
Baixo (Baixa Califórnia)	659.000	a	13.200.000
Médio	15.300.000	a	26.000.000
Alto (Califórnia Paulista)	31.200.000	a	230.000.000

EXPANSÃO ECONÔMICA	ACRES % VALOR ADICIONADO 80/87		
Baixo (Economias estagnadas)	-34,0	a	-10,0 %
Médio	-9,9	a	9,0 %
Alto (Tigres paulistas)	9,1	a	41,0 %

**Tabela 13**

CLASSIFICAÇÃO DAS RGS SEGUNDO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÔMICA E  
EXPANSÃO ECONÔMICA E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO (EM PARÊNTESES)<sup>(1)</sup>

	ECONOMIAS ESTAGNADAS	MÉDIA EXPANSÃO	TIGRES PAULISTAS
	Fernandópolis (-135.0)	Itapetininga ( 98.2)	Rio Claro ( 72.7)
	Dracena (-173.5)	Guaratinguetá ( -26.5)	Botucatu ( 94.9)
Baixa	Jales (-147.5)	Cruzeiro ( -68.1)	Ourinhos ( -21.9)
Califórnia	Votuporanga ( -72.1)	São Joaquim Barra ( -16.2)	
	Registro ( -63.4)	Lins ( -71.6)	
	Andradina ( -96.0)	Itapeva ( -91.2)	
	Adamantina (-225.4)	Caraguatatuba ( 259.1)	
		Bragança Pta. ( 98.0)	
		Avaré ( -56.7)	
		Tupã (-153.8)	
	Pres.Prudente ( 71.2)	Marília ( -37.9)	S.J.Rio Preto ( 111.6)
	Jáú ( -31.4)	São Carlos ( 103.0)	Assis ( 37.7)
Médio		São João B.Vista ( 19.2)	
Desenvolv.		Catanduva ( -13.5)	
		Araçatuba ( 4.0)	
		Taubaté ( 32.6)	
		Franca ( 90.6)	
	Araraquara ( 115.5)	Bauru ( 52.6)	Barretos ( 95.2)
Califórnia	Santos ( 49.1)	Campinas ( 171.5)	Rib. Preto ( 104.0)
Paulista	Piracicaba ( 97.7)	Jundiaí ( 82.1)	Sorocaba ( 146.1)
	S.José Campos ( 130.8)	Limeira ( 109.7)	

(1) Taxas líquidas de migração expressas em mil habitantes.

Califórnia x Economia Estagnada reúne as RGs com elevada intensidade negativa de migração líquida (indicativa de maior emigração).

Finalizando esta seção, apresenta-se a Tabela 14, construída a partir da soma dos saldos migratórios regionais (e não da média das taxas líquidas de migração) em cada um dos nove grupos acima. Ela sumariza, muito claramente, as associações entre, de um lado, o grau de desenvolvimento da estrutura econômica avaliado pelo VA em 1985 e a expansão desse indicador entre 1980 e 1987, e de outro, a intensidade migratória. A Baixa Califórnia e o grupo Economia Estagnada parecem ter perdido população, enquanto as zonas intermediárias, a Califórnia Paulista e os Tigres, absorveram migrantes. Como se vê, os ditames estruturais-econômicos tiveram importância crucial na determinação da nova conformação espacial da população no interior paulista nos anos 80.

gação de valor” das estruturas econômicas regionais. Cada “modo de produção” – do industrial moderno ao agropecuário descapitalizado – tem uma capacidade diferente de incorporação de valor ao produto final e apresenta uma demanda diferenciada – em termos quantitativos e qualitativos – de mão-de-obra (Farroq, 1985).

Um *proxy* da especialização produtiva das RGs é fornecido pela Fundação SEADE (1988). Nesse trabalho, as RGs do Estado foram classificadas em conjuntos internamente homogêneos segundo o perfil ocupacional da População Economicamente Ativa (PEA) regional definido pelos dados do Censo 80. Tal classificação distingue seis conjuntos de regiões homogêneas, de acordo com a participação de empregados nas atividades agropecuárias, de prestação de serviços, na indústria de transformação e indústria de construção civil. Os outros ramos de atividade econômica em que

Tabela 14

INTENSIDADE MIGRATÓRIA REGIONAL SEGUNDO CATEGORIAS DE DESENVOLVIMENTO DA BASE ECONÔMICA E DE EXPANSÃO ECONÔMICA

	ECONOMIAS ESTAGNADAS	MÉDIA EXPANSÃO	TIGRES PAULISTAS	TOTAL
Baixa Califórnia	-123,0	2,8	50,0	-26,5
Médio desenvolvimento	-1,1	30,5	91,0	35,7
Califórnia Paulista	86,9	132,3	120,7	114,4
Total	21,4	65,6	102,7	-

### Redistribuição populacional e a especialização produtiva regional

Uma outra forma de avaliar a relevância dos diferenciais de desenvolvimento econômico regional sobre a intensidade da migração (e, portanto, do *modus operandi* da redistribuição populacional) é o cotejamento dos saldos migratórios e taxas líquidas de migração segundo os perfis regionais de especialização produtiva. Afinal, os diferenciais de desenvolvimento econômico expressos em indicadores sintéticos como o Valor Adicionado decorrem das distintas capacidades de “agre-

a PEA é classificada (comércio de mercadorias, administração pública, transportes e comunicações etc.) mostraram-se pouco importantes para a classificação das RGs. A composição regional desses seis conjuntos de regiões homogêneas é apresentada no Quadro 1.

A vinculação dessa classificação de RGs segundo o perfil ocupacional da PEA à especialização produtiva das regiões é imediata, como se mostra no trabalho. Assim, a Região Homogênea 1 caracteriza-se por ter uma PEA predominantemente voltada às atividades agropecuárias (46%), e por ter uma economia onde o valor *per capita* da pro-



dução agropecuária atinge níveis superiores à média estadual. A Região 5, por outro lado, distingue-se por ter um perfil ocupacional concentrado na indústria de transformação (37%), na qual o Valor da Transformação Industrial *per capita* é dos maiores do Estado. Na Região Homogênea 6, que engloba os municípios-balneários das Regiões de Governo de Caraguatatuba e de Santos, destacam-se os setores de prestação de serviços e da indústria da construção civil. Nas demais regiões homogêneas, como se verifica na Tabela 15, o *mix* ocupacional da PEA é mais variado. Não deve passar despercebido, contudo, que a participação da PEA nas atividades agropecuárias diminui da primeira à última e que as Regiões Homogêneas 3 e 4, tal como na Região 5, têm parte significativa da PEA na indústria de transformação.

Dado que o processo em análise tem recorte longitudinal (de 1980 a 1991), são possíveis questionamentos metodológicos sobre a validade

de se utilizar uma classificação do perfil da especialização produtiva derivada com dados censitários de 1980. Teriam se mantidos intactos os perfis produtivos regionais ao longo da década? Esta é uma questão que somente os dados – ainda não publicados – do Censo 91 poderão responder com maior segurança. Há alguma base para se acreditar que, a grosso modo, tal classificação tenha-se mantido válida nos anos 80. Primeiramente, é bom lembrar que as instabilidades macroeconômicas dos anos 80 tornaram ainda mais racionais, e racionalizadas, as decisões de investimento de capital pelo setor privado. Analisando estatísticas de Valor da Transformação Industrial nas Regiões Administrativas do Estado em 1985, Negri (1988) sugere que as tendências de expansão industrial pelo interior teriam permanecido semelhantes à verificada na década de 70. Não teria havido, pois, no Interior, acirramento ou arrefecimento substancial de investimento industrial que pudesse provocar mu-

Quadro 1

CLASSIFICAÇÃO DAS RGS NAS REGIÕES HOMOGÊNEAS,  
SEGUNDO PERFIL OCUPACIONAL DA PEA REGIONAL

REGIÃO HOMOGÊNEA 1	REGIÃO HOMOGÊNEA 2	REGIÃO HOMOGÊNEA 3
Fernandópolis	Ourinhos	Ribeirão Preto
Itapeva	Marília	Bragança Paulista
Catanduva	Assis	São Carlos
Dracena	Presidente Prudente	Limeira
Jales	São Joaquim da Barra	Araraquara
Tupã	São José do Rio Preto	Jaú
Votuporanga	Araçatuba	Franca
Lins	São João da Boa Vista	
Registro	Botucatu	
Avaré	Bauru	
Andradina	Itapetininga	
Adamantina	Barretos	
REGIÃO HOMOGÊNEA 4	REGIÃO HOMOGÊNEA 5	REGIÃO HOMOGÊNEA 6
Cruzeiro	Sorocaba	Caraguatatuba
Taubaté	Campinas	Santos
Guaratinguetá	Jundiaí	
Rio Claro	São José dos Campos	
Piracicaba		

Fonte: SEADE, 1988.

**Tabela 15**  
**PERFIL OCUPACIONAL DA PEA DAS REGIÕES HOMOGÊNEAS**  
**(EM % DA PEA TOTAL)**

RAMOS DA PEA	REGIÕES HOMOGÊNEAS					
	1	2	3	4	5	6
Ativ. Agropecuárias	46,2	32,3	24,1	5,0	9,2	5,1
Prestação Serviços	13,4	16,4	14,9	17,8	15,0	29,7
Ind. Transformação	7,6	13,4	25,7	25,2	37,4	10,7
Ind. Construção Civil	6,4	7,9	7,5	8,7	8,4	18,0
Outras	26,4	30,0	27,8	33,3	30,0	36,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEADE 1988.

danças estruturais no perfil ocupacional das PEAs regionais<sup>15</sup>. Além disso, há que se considerar que a metodologia empregada para a constituição dos grupos homogêneos de RGs – análise de agrupamentos – produz resultados robustos quando bem manipulada, como parece ser o caso. Por fim, em uma perspectiva pragmática, não há muitas formas de contornar a lacuna de informações acerca de muitas das dimensões econômicas e sociais em nível municipal ou microrregional no período intercensitário.

Reunindo os saldos migratórios das Regiões de Governo segundo a alocação setorial das respectivas PEAs, temos os resultados apresentados na Tabela 16. A Região Homogênea com maior prevalência de atividades agropecuárias (1) – que reúne em sua maioria RGs a oeste do Estado, além da RG de Registro – é a única com saldo migratório negativo, isto é, com mais saídas que ingressos. O maior saldo positivo (e com as maiores intensidades migratórias) é o da Região 5, a mais industrializada, que engloba as RG de Campinas, São José

**Tabela 16**  
**MIGRAÇÃO NAS REGIÕES HOMOGÊNEAS,**  
**SEGUNDO PERFIL OCUPACIONAL DA PEA**

REGIÃO HOMOGÊNEA	N	POPULAÇÃO 1985	SALDO MIGRATÓRIO	TX.MIG.LIQ.
1	12	1.935.682	-190.675	-98,5
2	12	3.534.196	131.271	37,1
3	7	2.676.697	271.496	101,4
4	5	1.219.088	44.346	36,4
5	4	3.439.535	522.270	151,8
6	2	1.177.616	81.622	69,3
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>14.096.250</b>	<b>860.330</b>	

15. Não é o caso, porém, da Região Metropolitana, onde se verificou, inclusive, contração das vagas no setor industrial (DIEESE 1993).

dos Campos, Sorocaba e Jundiá. A segunda Região (São José do Rio Preto, Barretos, Bauru etc.), com nível de especialização de atividades urbanas mais complexo e agropecuária mais capitalizada que a da Região 1, apresenta uma intensidade de migração líquida positiva e mediana. A Região Homogênea 3, que reúne Ribeirão Preto, Limeira, São Carlos, Franca, Bragança, onde a PEA divide-se, predominantemente, entre a indústria de transformação e a agropecuária (capitalizada) apresenta grande intensidade de migração líquida. A Região 4 (Piracicaba, Taubaté, Guaratinguetá etc.), com especialização industrial equivalente à da Região 3, mas com setor agropecuário de menor importância, apresenta saldo migratório positivo, mas uma intensidade migratória mais baixa. A sexta Região Homogênea, que engloba as RG de Santos e Caraguatatuba, com PEA fortemente concentrada na indústria da construção civil e na prestação de serviços, revela alta intensidade de migração líquida. Aliás, como observa Oliveira (1993), o setor de serviços foi o que mais vagas ofereceu na década passada.

Como possível de verificar, há uma clara vinculação entre migração e grau de desenvolvimento/especialização produtiva, em nível regional. Migração líquida negativa está relacionada à prevalência econômica de um setor agropecuário tradicional, descapitalizado. O balanço negativo da migração seria uma decorrência do êxodo de residentes na região. Saldos migratórios positivos estão associados à existência de atividades industriais e no setor de construção civil, absorvedores diretos (em especial o segundo) e indiretos de mão-

de-obra. A existência de um setor agropecuário moderno parece se relacionar também com saldo migratório positivo, embora sua influência sobre a intensidade do processo pareça ser menor que o da atividade industrial ou o da construção civil.

Em resumo, estes resultados corroboram a hipótese de uma associação não-espúria entre dinamismo econômico regional e redistribuição da população pelas RGs paulistas na década passada.

### A IMPORTÂNCIA DOS EMPREGOS E DOS SALÁRIOS NA REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

A relação entre o nível de desenvolvimento econômico ou especialização produtiva regional com a intensidade migratória (ou redistribucional) pelas RGs, demonstrada nas seções anteriores, pode ser estudada em um nível analítico-estrutural um pouco mais detalhado. Afinal, entre a estrutura econômica e o comportamento migratório há uma série de variáveis intervenientes ou intermediárias (Nações Unidas, 1978), e, entre estas, o comportamento do mercado de trabalho, eixo privilegiado nesta seção.

A importância do trabalho como fator interveniente e relevante para a explicação do processo migratório (e, portanto, da redistribuição populacional) já era apontado no final do século passado por Ravestein em suas *Leis da Migração* (1885). Esse autor relacionava como fatores indutores da migração a procura de emprego, a busca de melhores condições materiais de vida e de oportunidades de exercício pleno de “todas as artes e profissões”, além da melhoria das estradas, a expan-



são do sistema de transporte ferroviário, o desenvolvimento da marinha mercante, a difusão do hábito de viajar e o aumento da escolarização. O papel da oferta de empregos ou dos diferenciais de salário não estavam explicitados em sua análise da migração nas Ilhas Britânicas, mas eram elementos subjacentes às suas descrições do fenômeno, como ilustra a seguinte passagem:

*“Na Grã-Bretanha, a migração mais ativa é justamente a que se pode associar à maior dimensão, ao maior desenvolvimento comercial e industrial, à maior variedade de recursos e às mais amplas facilidades de viagens. A migração que ocorre dentro dos próprios limites da Irlanda é marcadamente reduzida, o que não causa espécie por se tratar de área quase toda constituída por condados agrícolas. Não há erro em apontar o fato de que a migração da Irlanda tende para os portos de embarque, em demanda à Grã-Bretanha; através deles, é que a população excedente flui para os distritos manufatureiros da Escócia, do norte da Inglaterra e de Gales”* (Ravestein, 1885: 31-32).

Desde então, muito se produziu acerca do trabalho e migração, seja numa perspectiva funcionalista tipicamente americana, seja segundo a abordagem histórico-estruturalista latino-americana (Patarra & Cunha, 1987). Muito embora não haja aqui a intenção de se estender uma revisão bibliográfica de pesquisas sobre trabalho e migração, e, muito menos, pontuar os vários matizes teórico-metodológicos que as caracterizam – algo que está fora do alcance e dos objetivos deste trabalho –, vale citar uns poucos autores e seus trabalhos, a fim de recuperar, ao final, uma síntese “ecclética” do papel do emprego e do salário no processo de espacialização da população.

Como ilustrativo da primeira linha teórica, tem-se o artigo de Todaro (1969). Sua abordagem centrada no indivíduo e na homeostase do processo social é patente em um pequeno trecho introdutório: “No nosso modelo, a decisão de migrar de uma área rural para uma área urbana está funcionalmente relacionada a duas variáveis principais: 1) ao diferencial rural-urbano de renda rural; 2) à probabilidade de obtenção de um empre-

go urbano” (p.153). Outro estudo de inspiração funcionalista que se deteve ao estudo de fatores diretamente ligados ao mercado de trabalho e seus efeitos sobre a migração é o de Sjaastad (1962). Para o autor, a migração é uma resposta aos diferenciais espaciais da remuneração, balizada pelos custos e benefícios privados na sua realização.

Arquétipo da abordagem histórico-estrutural nos estudos da migração é o artigo de Singer (1976) que explicita a visão do processo migratório como meio de redistribuição da mão-de-obra segundo as necessidades específicas do processo de acumulação capitalista. A migração seria determinada pois, não pelas escolhas individuais e racionais frente a custos e benefícios, mas pelas condições estruturais do nível socioeconômico que as contextualizam. Os movimentos do capital provocam movimentos da população, dada a necessidade de disponibilidade de força de trabalho no exército industrial da ativa e da reserva. Como já observara Marx, citado por Paula (1987: 46):

“O exército industrial de reserva cresce à medida que crescem a riqueza social, o capital, a extensão e energia de seu crescimento e portanto também a massa absoluta do proletariado e da força produtiva do seu trabalho. As mesmas causas que desenvolvem a força expansiva do capital produzem a disponibilidade da força operária”.

Salim (1992: 121), referindo-se aos três troncos teóricos-metodológicos sob os quais se classificam as diversas abordagens dos trabalhos da extensa bibliografia internacional sobre migração (os modelos neoclássicos contemporâneos, a análise histórico-estrutural e o enfoque da mobilidade da força de trabalho), conclui:

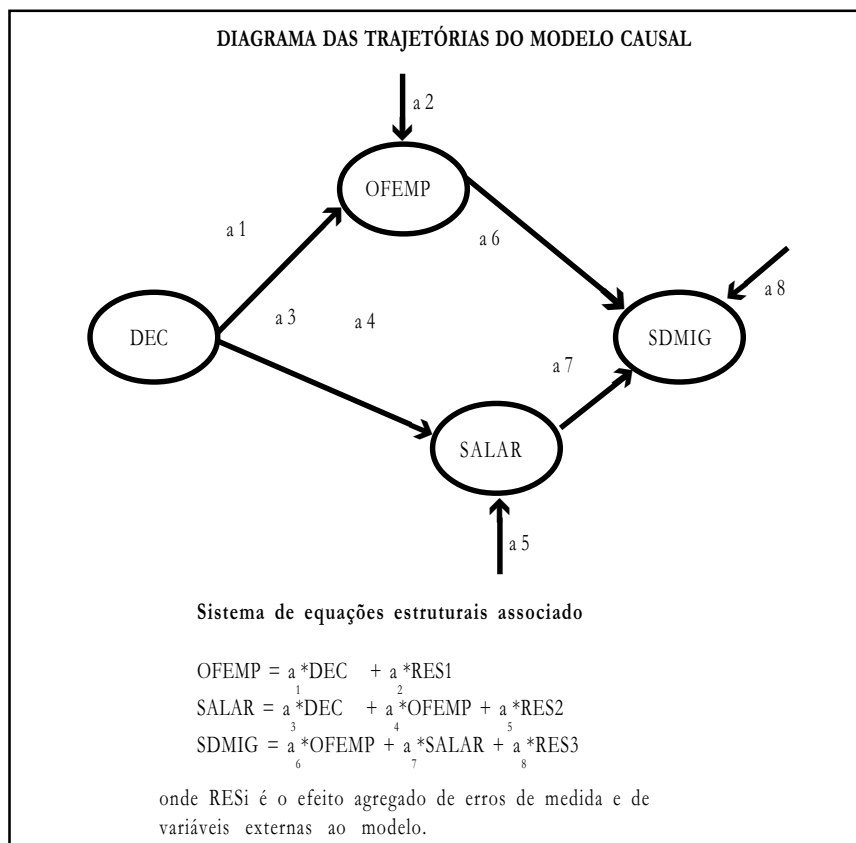
*“Os diversos enfoques só parecem consensuais ao estabelecer que os fluxos migratórios originam-se do desequilíbrio espacial de natureza econômica, o qual produz diferenciais de renda e de emprego, por exemplo, entre as áreas de origem e destino. Além desse denominador, tudo é controvérsia: desde a concepção do que é fluxo ou mobilidade até a análise e o tratamento empírico dos dados”.*

Com base nessa síntese “ecclética”<sup>16</sup> – migração como processo desencadeado por desigualdades econômicas regionais que se manifestam através de diferenciais espaciais de empregos e rendimentos –, esta seção trata da importância de aspectos conjunturais do mercado de trabalho regional sobre a redistribuição recente do Interior paulista. Para isso, será utilizada a Path Analysis, técnica estatística muito difundida na sociologia americana dos anos 60 e 70, mas que pouco adeptos granjeou no Brasil, a despeito de sua superioridade analítica em relação a outros métodos.<sup>17</sup>

A Path Analysis é, essencialmente, uma técnica analítica de dados que emprega a regressão múltipla para examinar modelos causais construídos

a partir do conhecimento teórico acumulado sobre o fenômeno em questão. Ela provê uma interpretação dos coeficientes de correlação, como soma de efeitos diretos, indiretos e espúrios entre variáveis (Asher, 1983). Enquanto a Análise de Regressão e a de Correlação são relativamente descomprometidas de teoria substantiva, a Path Analysis exige a explicitação de uma estrutura de causalidade entre as variáveis em questão (Heise, 1969).

O modelo teórico causal construído em conformidade com a síntese “ecclética” acima explicitada, é apresentado graficamente a seguir, assim como o sistema de equações estruturais associado.



**16.** Síntese ecclética, mas consistente e cada vez mais necessária.

**17.** Em um rápido levantamento da utilização da técnica em pesquisas em ciência sociais nas duas décadas passadas, só se encontrou registro de aplicação em Path Analysis em Patarra (1976).

Como explicita o modelo, um nível mais elevado de desenvolvimento econômico (DEC) em uma região determinaria uma maior expansão de oferta de empregos (OFEMP) e maiores níveis salariais (SALAR), gerando, em consequência, densas correntes imigratórias e, assim, saldos migratórios positivos (SDMIG). Regiões menos desenvolvidas, com um mercado de trabalho menos dinâmico, tenderiam, ao contrário, a apresentar um fluxo emigratório mais intenso. Em um caso e noutro, a expansão de empregos teria, *ceteris paribus*, um efeito compressor sobre os salários.<sup>18</sup>

Para operacionalizar esse modelo, define-se como *proxy* da variável “desenvolvimento econômico regional” (DEC) o VA do ICMS no meio do período intercensitário (1985), medida já referida anteriormente. Para a determinação da expansão da oferta de empregos (OFEMP) e da remuneração do trabalho (SALAR) nas RGs utilizaram-se informações sobre o comportamento do mercado formal de trabalho, proveniente de tabulações especiais da base de dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho, para os anos de 1985 e 1988. Dadas as limitações já amplamente divulgadas na literatura sobre economia do trabalho acerca do grau de cobertura e da representatividade do mercado de trabalho (formal e integral) pela RAIS, são necessárias algumas páginas desta seção para algumas considerações sobre a fonte e sua utilização nesta pesquisa.

### **RAIS: Características e avaliação da cobertura nos anos 80**

A RAIS foi criada em 1975 com o objetivo de racionalizar e unificar os processos de coleta de informações necessárias à efetivação de vários programas federais de arrecadação de contribuições e distribuição de benefícios (FGTS, IAPAS, PIS e

PASEP). Além disso, visava permitir a verificação do cumprimento da legislação trabalhista (nacionalização do trabalho e proteção trabalhista), a concessão de incentivos fiscais para programas de formação de mão-de-obra e de alimentação do trabalhador e o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho (Reinhard, 1986). Em tese, a RAIS é um censo administrativo sobre mercado de trabalho, já que “todos estabelecimentos e pessoas físicas que, mesmo não tendo organização empresarial, tenham mantido como empregadores alguma relação de emprego, em algum momento do ano, devem apresentar, no início do ano subsequente, declaração anual à RAIS” (Ministério do Trabalho, 1989:9).

Na prática, a RAIS é um retrato parcial do mercado de trabalho brasileiro, com problemas de cobertura em termos globais, regionais e setoriais. De início, é preciso levar em consideração que esse documento, pela sua própria regulamentação, exclui do seu universo os trabalhadores autônomos e diretores sem vínculo empregatício formal com a organização. Além disso – e talvez uma limitação mais importante –, a RAIS não dá conta do significativo contingente de empregados informais trabalhando nas empresas. Para evitar sanções legais e os depósitos do PIS/PASEP, empregadores deixam de registrar informações sobre todos aqueles cargos ocupados por funcionários sem registro em carteira de trabalho ou outro contrato que garanta proteções e direitos trabalhistas.

Dessa forma, o universo potencial de análise da RAIS é delimitado, na melhor das hipóteses, pelo tamanho do mercado formal de empregos no Brasil. De fato, ela registrava, em 1988, um total de 23,7 milhões de empregos, para um contingente de quase 59 milhões de pessoas ocupadas (e 39 milhões de empregados) estimados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no mesmo ano.<sup>19</sup> Contabilizando apenas os vínculos

---

18. Esta relação compressora da oferta de empregos sobre os salários, estando constantes outros fatores, não faz parte da síntese “ecclética” aludida, mas está fartamente documentada em manuais de macroeconomia, sejam eles neoclássicos, keynesianos ou marxistas.

19. Esta parte do trabalho já estava sendo elaborada quando, afinal, foram divulgados os dados da RAIS 89 em 1993. O Governo Collor e a sua desmontagem do já agonizante Estado brasileiro ajudou a acrescentar mais alguns anos de defasagem na divulgação das estatísticas oficiais.

sob regime CLT na RAIS, tem-se cerca de vinte milhões de empregos, resultado próximo do tamanho do mercado de trabalho formal estimado pela PNAD (22,8 milhões de pessoas empregadas com carteira assinada).

Essa aparente proximidade dos resultados, em nível nacional, entre RAIS e PNAD esconde diferenças regionais e setoriais de cobertura, já relatadas em diversos trabalhos na década passada. As deficiências de cobertura no Nordeste e no setor agropecuário já eram passíveis de constatação nos primeiros levantamentos, como mostram Marques *et al.* (1983). Comparando dados de empregos das RAIS de 1981 a 1983 com os disponíveis em outras fontes (PNADs e Censo Industrial), Sabóia & Tolipan (1985) observaram que a RAIS tinha uma cobertura melhor do mercado formal nas regiões sul e sudeste do país. Em termos setoriais, eles constataram, na RAIS, uma sub-representação dos empregos formais nos setores da agropecuária e da construção civil e uma boa cobertura da mão-de-obra formal nos do comércio, serviços e indústria de transformação. Na avaliação setorial da RAIS no Rio Grande do Sul, em 1981, Tagliassuchi & Vergara (1985) chegaram a resultados semelhantes.

Já com relação ao setor de administração pública, as autoras apontam evidências de uma certa tendência à superestimação de registros de empregos, em função da declaração duplicada de servidores por órgãos contratantes e órgãos cedentes. Tabulações da RAIS 85 apresentadas por Reinhard (1986) permitem verificar uma melhora na cobertura de regiões anteriormente cobertas de forma deficiente e, em termos setoriais, do se-

tor da construção civil. Mostram também que era boa a cobertura do mercado formal nas nove Regiões Metropolitanas do país. Em uma comparação do emprego industrial no período de 1977 a 1985 com diferentes fontes (Pesquisa Industrial Mensal, Índices de Emprego da FIESP, dados fornecidos pela Lei 4923/65 etc.), Árias & Cambraia (1985) destacam a potencialidade da RAIS para estudos sobre a situação e evolução do emprego urbano no setor organizado da economia. Relatório do IPARDES (1987: 12) aponta para o mesmo sentido, ao concluir que “a RAIS, desde sua implantação, e principalmente na atual década, além de apresentar boa consistência, melhorou consideravelmente a qualidade e cobertura de suas informações, constituindo importante potencial analítico sobre o emprego assalariado urbano, em especial naqueles setores em que prevalecem relações formais de trabalho”.

Como permite verificar a Tabela 17, a cobertura da RAIS, avaliada como a razão entre empregos registrados pela fonte e empregados com carteira assinada estimado pela PNAD, tem sido elevada no Estado de São Paulo, em especial na Região Metropolitana, ao longo da década.<sup>20</sup>

Uma análise transversal da RAIS centrada em 1988, cotejando dados em termos regionais e setoriais simultaneamente (Tabela 18), permite verificar que a elevada cobertura da RAIS em todas regiões em 1988 é o resultado aritmético de diferentes níveis de cobertura setorial.<sup>21</sup> Pela tabela, observa-se que a RAIS continua sendo uma amostra enviesada do mercado de trabalho formal, na qual se encontram sub-representados os empregos na atividade agropecuária e, em menor escala,

**20.** A avaliação do grau de cobertura da RAIS tem sido conduzida, na literatura pertinente, pela utilização da razão entre o número de empregos registrados na RAIS pelo número de empregados com carteira assinada estimado pela PNAD. Observe-se, porém, que a utilização de tal razão como recurso metodológico na avaliação do grau de cobertura do mercado de trabalho formal pela RAIS deve ser entendida dentro das limitações de comparabilidade das duas fontes. Enquanto a PNAD estima o número de empregados, a RAIS registra o número de empregos declarados. A referência temporal acerca dos dados coletados nos dois levantamentos também é diferente: na PNAD é considerado empregado o indivíduo que se declarou como tal na última semana de agosto; na RAIS valem os empregos ocupados em 31 de dezembro. Como um empregado pode ter mais de um emprego ou pode ter começado a trabalhar nos últimos meses do ano, não é surpreendente encontrar a razão empregos-RAIS por empregados com carteira assinada da PNAD superior a 100%. Por fim, enquanto a PNAD faz estimativas de empregados a partir da expansão, baseada em projeções populacionais, de resultados de pesquisas amostrais em domicílios, a base de dados da RAIS é constituída por informações declaradas diretamente pelas empresas. Os dois levantamentos diferenciam-se, pois, também quanto à natureza e magnitude dos erros amostrais em seus resultados e quanto às fontes e formas de introdução de desvios sistemáticos que afetam a qualidade dos dados.

**21.** Aqui se excluem dos empregos RAIS aqueles ocupados por indivíduos não-celetistas, para garantir maior coerência metodológica.

Tabela 17

EVOLUÇÃO DA COBERTURA REGIONAL  
DA RAIS NA DÉCADA PASSADA<sup>(1)</sup> (%)

	1981	1985	1988
Norte	111	131	133
Nordeste	93	106	105
Sudeste	104	104	103
Sul	102	107	102
Centro Oeste	94	103	104
Reg. Met. São Paulo	112 <sup>(2)</sup>	111	110
Estado São Paulo	102 <sup>(2)</sup>	102	101
<b>Total</b>	<b>102</b>	<b>105</b>	<b>104</b>

Fontes: Reinhard (1986), Anuário Rais 1988.

(1) Cobertura RAIS avaliada como a proporção de empregos registrados pela RAIS em 31/12 de cada ano pelo total de empregados com carteira assinada estimado pela PNAD.

(2) Dados de 1982.

aqueles, formais, da construção civil, e sobre-  
enumerados os empregos no setor da administra-  
ção pública.<sup>22</sup> Empregos formais nos setores do  
comércio e indústria de transformação estão bem-  
cobertos em todas regiões. No campo de serviços,  
as razões RAIS/PNAD mostram-se bastante variá-  
veis, talvez como resultado de diferentes formas  
de classificação, pelas fontes, das atividades eco-

nômicas neste setor. Na região sudeste do Estado  
de São Paulo e, em especial, na Região Metropoli-  
tana de São Paulo, a cobertura setorial mostra-se  
superior à das demais regiões.<sup>23</sup>

Com relação ao Interior paulista, região de  
interesse particular neste trabalho, a cobertura da  
RAIS parece ser boa quanto aos empregos formais  
nas atividades do comércio, serviços e administra-

Tabela 18

COBERTURA DO MERCADO DE TRABALHO CELETISTA PELA RAIS SEGUNDO REGIÕES  
E PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA (%)  
1988<sup>(1)</sup>

RAMO	BRASIL	N	NE	SE	S	CO	EST SP	RMSP	INTSP
Agropec.	31	297	10	33	32	33	34	69	33
Ind. Trans.	87	104	102	81	99	85	81	78	87
Ind. Cons.	71	118	61	78	56	63	92	126	55
Comércio	103	111	110	106	97	89	105	109	100
Serviços	95	81	70	105	96	85	113	122	98
Adm. Pub.	150	164	168	144	157	118	137	139	135
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>102</b>	<b>81</b>	<b>88</b>	<b>91</b>	<b>79</b>	<b>88</b>	<b>91</b>	<b>84</b>

Fonte: RAIS 88, PNAD 88

(1) Razões do número de empregos declarados em regime CLT na RAIS pelo número de empregados com carteira estimado pela PNAD.

**22.** A razão RAIS/PNAD, elevada neste setor, deve-se também ao fato de ser mais comum o duplo emprego neste setor que em outros. Acrescentem-se, ainda, as divergências do que é classificado como atividade da administração pública pelo MTb e pelo IBGE.

**23.** Para a Região Norte, as "promissoras" razões RAIS/PNAD não se devem a uma espetacular cobertura da RAIS, mas, sim, ao denominador subestimado dos empregos na região, já que a PNAD refere-se, aí, somente à zona urbana.



ção pública (com certa sobre-representação deste último setor). Quanto à da indústria de transformação, não deixa de ser bastante razoável, comparativamente às da agropecuária e da construção civil. A julgar pela cobertura do mercado de mão-de-obra formal do setor agropecuário na Região Metropolitana de São Paulo, é possível conjecturar que tal desempenho possa se reproduzir nas RGs com setor agropecuário mais moderno. Infelizmente, pelas limitações de desagregação espacial do Plano Amostral da PNAD, não é possível investigar a cobertura em níveis microrregionais no interior. Admitindo que a dualidade estrutural brasileira também se reproduz ao longo do território paulista – talvez com menor intensidade – é de se esperar padrões de cobertura parecidos ou um pouco melhores que os do quadro nacional.

Tais problemas de cobertura em termos do mercado de trabalho formal no Interior levaram a delimitar a análise da importância da oferta de novos empregos e dos níveis salariais naquelas RGs para as quais os dados da RAIS poderiam ser mais representativos, isto é, para aquelas que tinham uma PEA alocada em atividades tipicamente urbanas, industriais, ou ainda na agropecuária capitalizada do Interior (como as classificadas nas Regiões Homogêneas 2, 3, 4 e 5 em Fundação SEADE, 1988 – vide Quadro 1), além da RG de Santos. Com isso eliminaram-se treze RGs, na maioria localizadas a oeste e litoral do Estado.<sup>24</sup>

Observe-se que, supondo que os níveis microrregionais de cobertura da RAIS não se tenham alterado substancialmente (como se pode verificar em escala macrorregional para o Brasil, entre 1985 e 1988, na Tabela 17), o indicador de oferta de empregos formais no período apresentaria erro menor de mensuração que os dados de

empregos totais em 1985 ou 1988.<sup>25</sup> Vale registrar também que o fato de a RAIS registrar o emprego no local onde ele é oferecido e não onde reside o indivíduo que o ocupa não traz problemas de compatibilização espacial dos novos postos de trabalho, por se estar trabalhando em um nível de agregação microrregional. Assim, ainda que haja uma significativa mobilidade pendular intra-regional da mão-de-obra, a oferta de empregos apurada ainda se referirá à RG em questão.<sup>26</sup>

Poder-se-ia argüir que, ainda que limitado às regiões de melhor cobertura da RAIS, se estaria, na melhor das hipóteses, se aproximando do mercado de trabalho formal nas RGs, mas deixando de lado todo o setor informal de empregos, bastante significativo em termos nacionais (Faria, 1986). De fato, nas RGs em questão, as taxas de formalização no trabalho, medidas como o percentual dos contribuintes a institutos oficiais de previdência em relação ao total de pessoas ocupadas em 1980, oscilam entre 49 a 84% (Tabela 19).<sup>27</sup> No entanto, dada a compatibilidade de tendências entre mercado formal e informal de empregos no Brasil nos anos 80 (Médici, 1991) e empiricamente encontrada por Tagliassuchi & Vergara (1985), com dados da RAIS e outras fontes para o Rio Grande do Sul nos primeiros anos da década de 80, supõe-se que a oferta de empregos registrada pela RAIS pode representar, a menos de um fator de correção, a variação de postos de trabalho (formal e informal) nas RGs.

A escolha dos anos 1985 e 1988 para mensuração da oferta de empregos formais não é fortuita, mas ditada pelas limitações metodológicas com as quais o usuário de estatísticas sociais tem que lidar. O Ministério do Trabalho só retomou a regularidade na publicação dos resultados da RAIS

24. Limitar a análise a regiões e setores onde a RAIS tem melhor cobertura talvez seja uma estratégia metodológica mais segura para utilização de seus dados.

25. Trata-se de uma inexorabilidade aritmética, semelhante àquela aludida para o saldo migratório. Vejamos:

$OFEMP = R_{ais88} + erro88 - (R_{ais85} + erro85) = R_{ais88} - R_{ais85}$ , já que a parcela  $(erro88 - erro85)$  seria pequena em função da estabilidade na cobertura da RAIS no período.

26. Este é um problema que pode dificultar a utilização dos dados da RAIS no nível de municípios.

27. No Censo 80 não havia quesito acerca da posse de carteira assinada. Optou-se, assim, por este outro *proxy* da formalização do trabalho, empregado por Faria (1986). Tais taxas foram obtidas a partir da fita da amostra total do Censo 80, gentilmente cedida para essa finalidade pelo NEPO/UNICAMP.

Tabela 19

## MIGRAÇÃO, NOVOS EMPREGOS, SALÁRIOS TAXAS DE FORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES DE GOVERNO COM PERFIL OCUPACIONAL URBANO E/OU INDUSTRIAL DA PEA

REG. GOVERNO	SALDO	NOVOS	SALÁRIO	VALOR	CONTR.
	MIGRATÓRIO	EMPREGOS	MÉDIO	ADICIONADO	PREVID.
	80-91	85-88	88 <sup>(1)</sup>	85 <sup>(2)</sup>	80
Araçatuba	1.609	10.151	1,89	25.956.808	51,8 %
Araraquara	43.778	4.453	2,39	44.643.821	59,7 %
Assis	6.702	1.568	1,73	17.265.371	56,5 %
Barretos	29.526	-3.402	1,94	32.210.855	48,6 %
Bauru	21.620	8.825	2,30	31.219.477	62,7 %
Botucatu	16.636	5.137	2,47	10.031.459	57,8 %
Bragança Paulista	32.404	9.162	1,82	12.762.001	57,3 %
Campinas	287.379	84.688	2,73	228.978.887	77,9 %
Cruzeiro	-6.647	1.822	2,63	5.464.593	65,5 %
Franca	33.503	5.185	1,85	22.781.507	62,9 %
Guaratinguetá	-6.561	3.543	1,97	8.826.228	63,5 %
Itapetininga	25.907	7.407	1,72	13.127.132	55,3 %
Jau	13.603	2.196	1,94	19.819.658	67,4 %
Jundiá	38.850	9.128	2,64	52.004.080	83,2 %
Limeira	43.656	16.526	2,74	41.240.345	72,9 %
Marília	-9.504	7.225	1,82	16.610.323	52,4 %
Ourinhos	-3.540	4.907	1,77	7.997.846	50,4 %
Piracicaba	33.659	8.556	2,69	34.220.837	74,8 %
Presidente Prudente	-14.294	12.457	1,87	24.187.450	54,2 %
Ribeirão Preto	79.131	13.001	2,18	64.485.418	64,1 %
Rio Claro	12.044	693	2,17	13.153.218	58,0 %
Santos	52.232	26.741	2,54	94.890.378	83,7 %
Sao Carlos	25.421	5.998	2,41	22.437.442	68,8 %
Sao João Boa Vista	6.963	6.506	1,82	22.695.497	54,3 %
Sao Joaquim Barra	-1.652	3.576	1,84	11.555.409	51,1 %
Sao José dos Campos	76.892	33.285	2,41	93.182.148	80,3 %
Sao José Rio Preto	51.298	13.112	2,46	20.834.281	60,8 %
Sorocaba	119.149	33.333	2,54	85.014.556	74,1 %
Taubaté	11.851	5.691	2,92	25.685.785	69,4 %

Fonte: *Min Trabalho: Tabelas especiais, SEADE (1989) e Censo 80.*

(1) Em Piso Nacional de Salários de 1988.

(2) em Cz\$ mi de 1987.

a partir de 1985; quando se consolidou a base de dados para esta pesquisa (final de 1992), os dados de 1989/ 1990 ainda não estavam disponíveis. Felizmente não parece ser este um intervalo muito pequeno, pouco representativo do período em que o saldo migratório foi apurado, nem sujeito a problemas conjunturais muito sérios. Tomar dados de emprego em 1986, ano da implementação do Plano Cruzado, ou de 1987, do Cruzado II, poderiam distorcer informações não apenas de emprego, mas também sobre rendimento do trabalho.

Os dados sobre salários não foram tomados no meio do período, como seria de praxe em situações desse tipo, mas em 1988. Dados sobre renda e salários, talvez mais do que qualquer outra informação socioeconômica, são muito sensíveis a problemas conjunturais presentes na época do levantamento. O contexto altamente inflacionário e marcado por diferentes políticas salariais dos anos 80 deveria, pois, ser tomado em consideração para qualquer um que precise trabalhar com informação sobre rendimento no período. As vari-

ações nos valores reais do salário mínimo e do rendimento médio das pessoas ocupadas foram muito intensas na década, como analisa Médici (1991). Pelo que se pôde apreender da análise e das tabelas apresentadas pelo autor, o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas em 1988 (US\$ 241,5) está muito próximo daquele observado no período 1981–1989 (US\$ 241,3). Daí a escolha de 1988 como momento de referência dos salários-RAIS.

### A análise do modelo causal da redistribuição populacional

Justificadas as escolhas metodológicas do modelo causal e das variáveis operacionais, passe-se à aplicação da Path Analysis. Para isso, como para outros métodos estatísticos em geral, é preciso antes verificar a aderência dos dados e do modelo aos pressupostos requeridos. Embora não seja o caso, aqui, de se discutir mais profundamente os pressupostos e outros requisitos metodológicos da Path Analysis, vale relacionar, como condições necessárias, a recursividade, aditividade, linearidade das relações, inexistência de erros de medida, variáveis de escala intervalar e todas as outras propriedades gerais necessárias à análise de regressão e testes de hipóteses sobre os parâmetros (Asher, 1983; Borgatta & Bohrnstedt, 1969). Embora parecesse, pela análise exploratória de dados sugerida por Bussab & Ho (1983), que uma transformação logarítmica das variáveis pudesse ajustar melhor os dados aos pressupostos requeridos, isso não foi feito. Preferiu-se perder, com isto, o poder de inferência nos testes de significância, que apelar para uma transformação matemática “retificadora”.<sup>28</sup> Além disso, trata-se, aqui, da análise de um modelo causal teórico previamente defi-

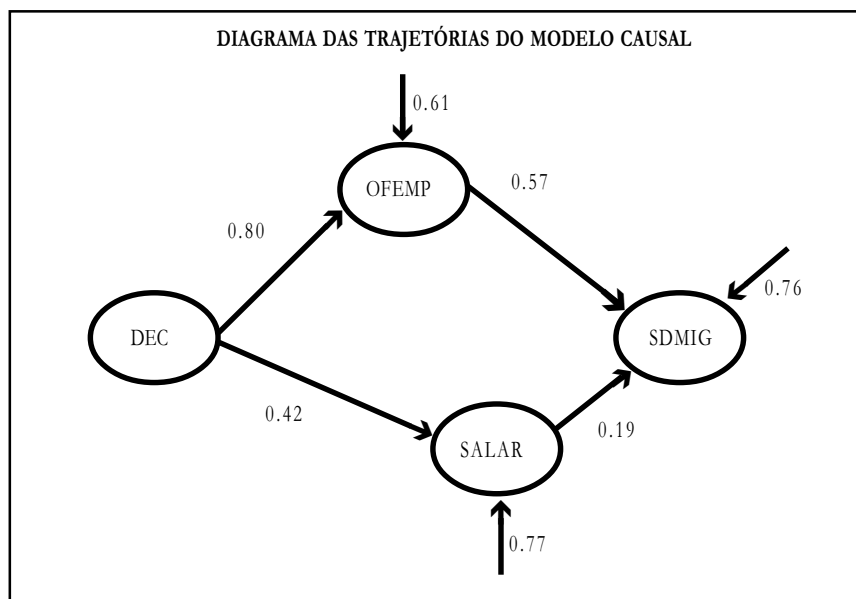
nido e não de uma otimização de um modelo com finalidades preditivas (no qual a precisão das estimativas é o critério de excelência). A aplicação da técnica de detecção de dados atípicos de Mizaki & Strangehaus (1994) sugeriu-nos a exclusão das observações das RGs de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Barretos e Presidente Prudente. Nas três primeiras, a “atipicidade” poderia derivar de uma cobertura muito melhor dos empregos formais (o que destoaria do quadro de cobertura menos efetiva nas outras RGs). A exclusão de Barretos deve-se, certamente, ao fato de ser a única Região a registrar variação negativa na oferta de empregos formais – é necessário um estudo mais aprofundado para certificar de que este não é um problema de cobertura da RAIS, já que essa região teria tido grande crescimento econômico na década. Quanto a Presidente Prudente, a “atipicidade” possivelmente refere-se, para este conjunto de dados, às altas cifras de saldo migratório comparativamente às regiões de porte econômico equivalente.

Através da resolução do sistema de equações estruturais do modelo exposto por regressões sucessivas, chega-se às estimativas dos coeficientes das trajetórias apresentadas no diagrama abaixo. O coeficiente da trajetória OFEMP/SALAR mostrou-se muito pequeno (0,01), parecendo procedente retirar o elo causal entre as variáveis. Não se verifica, pois, para esse conjunto de dados, o efeito compressor da oferta de empregos sobre o nível geral dos salários.

Segundo o diagrama, a oferta de empregos teve um efeito mais importante que o nível de salários na determinação dos saldos migratórios regionais. A decomposição da correlação entre SDMIG e OFEMP mostra que apenas 10% dela é de origem não-causal, enquanto esse percentual sobe para

---

28. Como justificar o emprego de uma transformação matemática que confira propriedades estatísticas desejáveis em dados sociais que são inerentemente malcomportados? Afinal, de que vale procurar estreitar a proximidade entre conceito e medida, tão precária nas ciências sociais (Torgenson, 1958), se depois o trabalho pode ser posto a perder com uma mudança de escala introduzida pela transformação? A metodologia de construção de índices e indicadores para conceitos sociais e econômicos, tal como exposta por Lazarsfeld (1973), já envolve uma série de supostos não plenamente verificáveis que afeta a relação indicador-indicado. Introduzir mais um suposto (a transformação) – de que há menos de algumas poucas famílias de funções matemáticas – não preserva a integridade inferencial acerca de médias e de variâncias (Siqueira, 1983) e pode colocar a perder as relações substantivas a investigar.



50% para a correlação entre SDMIG e SALAR. Os efeitos (indiretos) do desenvolvimento econômico sobre SDMIG fazem-se sentir com maior intensidade via oferta de novos empregos (Tabela 20).

Embora seja importante o papel da oferta de empregos – e indiretamente do desenvolvimento econômico – sobre a redistribuição espacial da população, a magnitude dos efeitos das variáveis não-inclusas no modelo aponta para a relativa limitação do modelo teórico aqui tratado. Não se pode descartar também que isso resulte de erros de medida das variáveis (de cobertura do mercado informal, em particular).

Observe-se, no entanto, que, ao contrário da análise de regressão, na qual o critério de avalia-

ção dos modelos se baseia na eficiência e precisão das estimativas, na Path Analysis, o interesse está voltado para a aderência do conjunto de dados ao modelo causal teórico proposto – assumido, a princípio, como correto. Ela busca responder a questões como: há correlação entre X e Y?; se há correlação, ela é espúria?; qual o efeito de X sobre Y?; quais os efeitos mais importantes?; a estrutura causal proposta se verifica? É prudente observar que não se pleiteia, para a Path Analysis, o pretensioso *status* de instrumento de “verificabilidade” ou de “falseabilidade” de teorias científicas. Como observa Oliveira (1985), em total concordância com Kuhn (1978), e em oposição à corrente que Lakatos (1983) chama de “justificacionistas”, e também a

**Tabela 20**

DECOMPOSIÇÃO DA CORRELAÇÃO

VARIÁVEIS	EFEITOS			
	TOTAL	DIRETOS	INDIRETOS	NÃO-CAUSAL
SDMIG,OFEMP	0,63	0,57	-	0,06
SDMIG,SALAR	0,38	0,19	-	0,19
SDMIG,DEC	0,73	-	0,54	0,19

Popper (1975), *teorias e paradigmas* não são idealizados para ser demonstrados ou negados empiricamente, mas para abrir pistas fecundas de investigação. O que torna uma teoria mais aceitável (mas não, necessariamente, verdadeira) não é a possibilidade de ela ser refutada por meio de uma experiência ou observação crucial, por mais precisa, controlada e abrangente que possa ser, mas, sim, a possibilidade de ela ser repetida por outros pesquisadores, em condições equivalentes (Torgerson, 1958).

Assim, "...a técnica de Path Analysis não é um método de descoberta de leis de causalidade mas um procedimento que permite uma interpretação quantitativa de um sistema causal proposto para um determinada população" (Miller, 1977: 193). Ela permite o avanço no conhecimento de relações de temporalidade, co-variação e causalidade entre variáveis, viabilizando o aprimoramento conceitual dos modelos teóricos construídos a partir de *teoria substantiva*. A grande vantagem sobre modelos de regressão é que ela permite a explicitação de relações de causalidade e de precedência temporal entre variáveis, estreitando os laços entre teoria e métodos de análise estatística – questão sempre muito discutida e nem sempre tão praticada no âmbito das ciências sociais no Brasil.

Mencione-se, ademais, que, embora ainda útil em muitas situações, a Path Analysis impõe uma série de limitações metodológicas nos modelos teóricos usados. Dessa forma, o emprego de técnicas mais modernas e robustas de análise causal, como o LISREL (Dillon & Goldstein, 1984) parece ser bastante promissor.

Por fim, recuperando o resultado substantivo desta seção, verificou-se que o diferencial de oferta de empregos – manifestação, em última instância, das desigualdades econômicas espaciais – teve papel bastante importante na redistribuição espacial da população pelas RGs paulistas. Os diferenciais regionais de salário, menos expressivos que os de novos postos de trabalho, parecem ter tido pouca influência no processo, pelo menos na forma aqui operacionalizada.

## REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E CONDIÇÕES DE VIDA

O determinismo econômico da distribuição espacial da população foi, como já observado anteriormente, o eixo de análise privilegiado dos estudiosos da questão. Ainda que muitos dos trabalhos procurassem dar conta das relações entre a urbanização ou mobilidade populacional e as condições de vida da população, sempre o faziam a partir da forma de inserção das regiões "atratoras" e "repulsoras" no contexto econômico nacional.

Cientes das limitações desse eixo analítico, já propunham Andrade & Lodder (1979: 96):

*"Existe uma relativa escassez de teorias de crescimento urbano em virtude da complexidade do processo de crescimento, da variedade de experiências de urbanização, do reconhecimento de que existem outras variáveis não econômicas, como as de natureza social e cultural, que exercem um papel importante no processo de crescimento urbano e a pobreza de estudos empíricos sobre crescimento urbano que possam ter suas conclusões generalizadas".*

O estudo da mobilidade ocupacional sob a égide das "condições de vida" parece estar se consolidando no campo interdisciplinar de estudos da população e meio ambiente. Vale citar, neste caso, o trabalho de Hogan (1993), que procura resgatar determinações "ambientais" e políticas para explicar a intensa mobilidade pendular e as especificidades da migração em Cubatão. A mão-de-obra qualificada das grandes indústrias – e potencialmente mais politizada – não mora na cidade pelos problemas ambientais que ela apresenta. Não exerce, pois, a pressão política (via eleições ou outros meios) para alterar a situação. Assim, a cidade persiste, para os postos de trabalho que se abrem, como centro aglutinador de migrantes com baixa qualificação profissional.

Analisando a "desmetropolização" em São Paulo e outros centros na década passada, Martine (1994b) vê evidências de um processo de "contra-urbanização" semelhante ao transcorrido na década de 70 nos EUA. "De fato, existem alguns sinais

de que um certo segmento da população economicamente ativa das metrópoles estaria também aderindo a esquemas mais flexíveis de trabalho e/ou escolhendo residir em lugares mais distantes – embora trabalhando no núcleo da RM – para evitar os desgastes da vida metropolitana” (p.36).

Outras evidências da relevância das condições de vida na redistribuição espacial da população podem ser colhidas em matérias na imprensa nos últimos anos. A tranquilidade, a segurança pessoal, as facilidades de transporte, a qualidade ambiental têm sido apontados como fatores importantes para a procura de moradia em algumas localidades do interior paulista (*Folha Sudeste*, 23 mar. 1992; *Exame*, 26 maio 1993; *Exame*, 14 set. 1994).

Para analisar a redistribuição populacional segundo as condições regionais de vida da população discute-se, a seguir, a problemática da operacionalização do conceito: da definição à sua “aproximação” por indicadores sociais disponíveis no Brasil.

### Condições de vida e os indicadores sociais

“Condição de vida” é, sem dúvida, dentre os demais neste trabalho, o conceito mais difícil de ser mensurado quantitativamente. Para começar, essa dificuldade deriva de sua própria complexidade e grau de (in)consensualidade conceitual. Um passeio pela literatura, nos diversos ramos das ciências humanas e nas suas várias abordagens teórico-metodológicas, permite verificar a multiplicidade de denominações e conceitos diferentes relacionados a “condição de vida”: nível de vida (Cecconi, 1971), padrão de vida, nível de pobreza

(Fundação SEADE, 1992c), qualidade de vida (Carmo, 1993), grau de desenvolvimento humano (PNUD, 1991) etc..

Aliás, a dificuldade de quantificar “condição de vida” estende-se para uma série de conceitos sociológicos e nos diversos passos metodológicos da quantificação. Nas quatro etapas em que Lazarsfeld (1973:35-46) divide o procedimento metodológico para exprimir conceitos e variáveis sociais em medidas quantificadas, há muito espaço para a expressão normativa ou subjetivismo do pesquisador.<sup>29</sup>

A respeito do termo “desenvolvimento social”, outro conceito muito caro à pesquisa social, e muito próximo a “condição de vida”, Blumer (s/d: 3) comenta:

*“Parece evidente que em mãos sociológicas o termo desenvolvimento social apresenta grande elasticidade. Ele funde-se e confunde-se com condições que levam ao desenvolvimento econômico, com tipos tradicionais de reformas sociais, com a realização de determinadas doutrinas políticas, com a ruptura da sociedade tradicional, com a adoção de um complexo urbano industrial, com conjuntos de curvas de crescimento, com mudança social, e sem dúvida, com tipos indiscriminados de acontecimentos sociais”.*

Os mais céticos com relação a essa falta de clareza ou quanto à necessidade de uma definição precisa do conceito, o autor os convida a refletir sobre o significado de alguns dos acontecimentos tratados, na literatura, como exemplos de desenvolvimento social. O aumento populacional ou o crescimento das cidades em um país subdesenvolvido, por exemplo, seriam acontecimentos

29. São elas:

a) a primeira etapa na operacionalização quantitativa de um conceito sociológico é a abstração literária do conceito, construída a partir da observação dos fenômenos em questão, da identificação dos traços comuns entre os eventos analisados e da *teoria social* que o encerra;  
b) a partir dessa noção preliminar do conceito passa-se à especificação das dimensões do mesmo, tornando-o, de fato, específico, claro e preciso;  
c) definidas as dimensões a investigar, a etapa seguinte consiste na construção e seleção dos indicadores. Esta é uma operação delicada porque não existe uma teoria formal que permita orientá-la com um mínimo de rigor científico (Boudon & Lazarsfeld, 1973). Há duas dificuldades centrais: primeiro, é preciso garantir que existe, de fato, uma relação recíproca entre o “indicando” (conceito ou variável) e os indicadores propostos, isto é, é preciso garantir que os indicadores refiram-se àquilo que a variável pretende, de fato, representar; depois, é necessário decidir se todos são igualmente importantes ou fidedignos na representação da variável;  
d) a última etapa no procedimento metodológico de expressão de conceitos em medidas quantitativas é a sintetização das informações em uma única medida, isto é, a derivação de um índice. Aqui é necessário decidir o esquema de ponderação dos indicadores, algo nada imediato, muito menos objetivo.

freqüentemente associados à idéia de progresso social. Por outro lado, eles trariam em seu bojo, muitas vezes, outros fatos que poderiam ser entendidos como opostos ao desenvolvimento social, como a deterioração da qualidade de vida, proliferação de favelas e aumento da marginalidade. A propriedade estatal dos meios de produção seria, para um sociólogo comunista, um exemplo de desenvolvimento social, mas certamente não o seria para um cientista político liberal-democrata. Este preferiria citar, nesse exemplo, acontecimentos como o estabelecimento da democracia representativa, a extensão dos direitos políticos a todos os cidadãos. Simpatizantes da vida rústica encarariam o fomento da indústria artesanal, o fortalecimento das pequenas comunidades rurais, o emprego de tecnologias alternativas como manifestações de progresso social. Outros, mais afeitos às “maravilhas da civilização” veriam tais acontecimentos como uma “involução” social.

Enfim, como Blumer procura demonstrar, “desenvolvimento social” – e, ao que parece, por extensão, “condição de vida” – é apreendido segundo acepções individuais e subjetivas dos pesquisadores, de acordo com seus valores culturais, formações acadêmicas e “visões de mundo”.

Para exemplificar o subjetivismo presente nas definições de “condições de vida”, veja-se, por exemplo, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). No relatório de 1993, o Brasil figura na 63ª posição, entre 177 nações, no *ranking* do IDH. O Brasil estaria classificado como país de desenvolvimento humano médio, junto com África do Sul, Romênia, Panamá, Cuba e tantos outros. Isolando os indicadores que compõem o IDH – esperança de vida, analfabetismo/escolaridade média e Produto Interno Bruto *per capita* ajustado –, verificamos que o desempenho do Bra-

sil quanto a este último indicador é que sustenta a sua posição no *ranking*. Mas como já se sabe há muito, o PIB *per capita*, ainda que ajustado pela metodologia do PNUD, é um indicador pobre para retratar as verdadeiras condições sociais em que vive a maioria de uma população. Quanto à esperança de vida isoladamente, o Brasil atingiria, pelo menos, vinte posições acima daquele obtido com o IDH. Isoladamente, o indicador analfabetismo/escolaridade média acrescentaria ao Brasil dezessete posições no *ranking*. Dessa forma, fosse o IDH uma média ponderada – com pesos maiores na esperança de vida e analfabetismo/escolaridade, indicadores mais representativos do “desenvolvimento humano”, a classificação brasileira estaria mais para a 80ª posição, mais próxima daquilo o PNUD classifica como uma situação de “baixo desenvolvimento humano”.

Em que pesem essas questões metodológicas, não há dúvida de que a mensuração das “condições de vida” evoluiu, e muito, em relação à aferição tradicionalmente adotada do bem-estar social a partir do PIB *per capita*. E isso se deve ao movimento dos indicadores sociais a partir dos anos 60.<sup>30</sup>

Hoje não há apenas o IDH do PNUD, mas uma pluralidade de esquemas descritivos da realidade social, adaptáveis a qualquer nível geográfico de pesquisa, como os sistemas de indicadores sociais citados em Carley (1985), em Bauer (1966), as publicações específicas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1967 e 1978), da UNESCO (1979), de Whyte (1978), o quadro de levantamento das condições de vida proposto pelo movimento “Economia e Humanismo” (Ferreira, 1966), o Índice Multidimensional de Qualidade de Vida de Slottje (1991), o Índice de Desenvolvimento Humano Relativo de Albuquerque & Villela (1991), a escala multidimensional das condições de vida da Fundação SEADE (1993c),

---

30. Embora existam algumas contribuições importantes para a construção de uma *teoria de indicadores sociais* nos anos 20 e 30, Carley (1985) assinala que o desenvolvimento da área é recente, tendo ganhado corpo científico em meados dos anos 60. O livro *Social Indicators*, organizado por Bauer e publicado em 1966, se tornaria um marco no movimento de indicadores sociais. Tratava-se de uma das primeiras tentativas de organizar um sistema abrangente de aferição e acompanhamento das transformações sociais de uma sociedade. Brooks (1972) acrescenta ainda como marco importante do movimento a publicação do *Toward a Social Report*, relatório produzido por um conjunto de cientistas nomeados pelo Presidente Johnson, em 1966, nos Estados Unidos.

o índice de carências diversas de Rocha (1990) ou ainda a compilação de indicadores de qualidade de vida urbana de Comune & Campino (1980).

As diferenças mais marcantes entre eles são o nível de abrangência temática com que aferem o “social” e o tipo de indicadores usados. Alguns referem-se às várias dimensões da vida social, outros são mais restritos. Alguns se baseiam, principalmente, em indicadores subjetivos, isto é, voltados a uma avaliação subjetiva por parte dos indivíduos em relação a uma série de aspectos de suas vidas; outros sistemas apoiam-se em indicadores objetivos, de oferta e disponibilidade de produtos, serviços, facilidades. Alguns sistemas de indicadores sociais baseiam-se em indicadores de “produto”, isto é, “medidas dos resultados de atividades específicas executadas, como, por exemplo, o aumento da esperança de vida, a redução da morbidez ou a mortalidade infantil, ou o nível de limpeza das ruas” (Carley, 1985: 27); outros sistemas englobam medidas de “fluxo” e “insumo”, como o número de toneladas de lixo coletadas diariamente ou número de médicos *per capita* etc.. Enfim, alguns sistemas de indicadores estão mais voltados à investigação sociológica, outros mais à avaliação da efetividade das políticas públicas.

Mas, para este projeto, a escolha de um ou outro sistema de indicadores, como esquema descritivo das condições de vida prevalentes nas RGs paulistas, não é determinada apenas por suas qualidades e destinações intrínsecas. Resulta, antes de tudo, de uma avaliação pragmática da aplicabilidade dos mesmos frente ao conjunto de estatísticas disponíveis no Brasil, e em especial, no Estado de São Paulo dos anos 80. Foi nessa direção que nos lançamos a uma avaliação do sistema de produção de estatísticas sociais no Brasil na seção seguinte.

### **A produção de indicadores sociais no Brasil**

Na visão de Carley (1985), há uma produção relativamente abundante e diversificada de informações sociais no Brasil. Censos demográficos com amplo espectro investigativo, PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e outras pes-

quisas periódicas e registros administrativos, com maior ou menor abrangência temática ou cobertura territorial, compõem um sistema de estatísticas sociais que se destaca em relação ao existente em outros países do Terceiro Mundo. Camarano (1990) não é tão entusiasta assim quanto à abundância na produção de estatísticas, observando que estas têm versado mais – e cada vez mais frequentemente – sobre as características e tendências conjunturais do mercado de trabalho que no sentido do acompanhamento social da população brasileira.

Não há dúvida de que os censos demográficos modernos realizados a partir de 1940 no país ampliaram substancialmente seu escopo investigativo, permitindo o acompanhamento cada vez mais detalhado da realidade social do país. Em conformidade às orientações dos organismos de cooperação internacional, eles passaram a levantar, além de características demográficas e relativas à escolaridade e mão-de-obra, informações sobre rendimento pessoal e familiar, disponibilidade de bens privados, acesso a serviços públicos, características habitacionais etc. (Quadro 2). Instrumento importante para a viabilização deste processo foi a introdução da amostragem no Censo de 1960, embora, como citam Altmann & Ferreira (1979), o enriquecimento temático e o aprimoramento da forma de coleta das informações nos questionários dos censos têm-se processado desde o primeiro recenseamento geral no final do Império.

Tão importante quanto essa evolução temática no período tem sido a redefinição de alguns conceitos em prol de um aprimoramento da qualidade da informação coletada e com vistas à captação da complexidade crescente da vida social. Veja-se, nesse sentido, o conceito de rendimento nos censos: o de 1960 referia-se apenas ao rendimento proveniente do trabalho, assinalado em faixas salariais preestabelecidas (Médici, 1984); o de 1991 dispunha de quatro quesitos (preenchíveis) sobre rendimento – daquele proveniente do trabalho principal, de outras ocupações, da aposentadoria/pensão e o de outras fontes como juros, aluguéis etc. A redefinição das subpopulações a que se re-



**Quadro 2**  
**EVOLUÇÃO TEMÁTICA NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS**  
**MODERNOS NO BRASIL**

TEMÁTICAS / QUESITOS	CENSOS DEMOGRÁFICOS					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
<i>Características Pessoais</i>						
Sexo	X	X	X	X	X	X
Idade	X	X	X	X	X	X
Cor	X	X	X		X	X
Defic.físicas	X	X				X
Defic.mentais						X
<i>Família</i>						
Estado Civil	X	X	X	X	X	X
Nupcialidade (out.inf.)			X	X	X	X
Constituição da família		X	X	X	X	X
Orfandade materna	X	X				
<i>Fecundidade</i>						
Filhos nascidos vivos	X			X	X	X
Filhos nascidos morto	X		X	X	X	X
Filhos vivos dt. Censo	X	X	X	X	X	X
Sx e Dt nasc.ult.filho					X	X
<i>Migração</i>						
Tempo de resid.município			X	X	X	X
Tempo de resid.UF				X	X	X
Naturalidade	X	X	X	X	X	X
Nacionalidade	X	X	X	X	X	X
Residência anterior			X	X	X	X
Residência há 5 anos						X
Migração rural/urbana				X	X	X
Movimento pendular					X	
<i>Características Econômicas</i>						
Pop.Ativa e Inativa	X	X	X	X	X	X
Ocupação principal	X	X	X	X	X	X
Ramo da ativ.econ	X	X	X	X	X	X
Local (ind/com/fazenda)		X	X		X	X
Situação na ocupação	X	X	X	X	X	X
Ocupação secundária	X	X		X	X	
Horas semanais trab				X	X	X
Rendas			X	X	X	X
Benefícios sociais	X				X	X
Cart.Trab.assinada						X
Posse de bens de consumo			X	X	X	X
<i>Educação</i>						
Habilid. ler/escrever	X	X	X	X	X	X
Anos de estudo	X	X	X	X	X	X
Último grau concluído	X	X	X	X	X	X
Assist. atual a escola	X		X	X	X	X
<i>Aspectos Culturais</i>						
Idioma	X	X				
Religião	X	X	X		X	X
<i>Características Domiciliares</i>						
Espécie/Tipo	X	X	X	X	X	X
Condição de Propriedade		X	X	X	X	X
Vl.aluguel			X	X	X	X
Número de Cômodos.		X	X	X	X	X
Quartos serv. dorm.		X	X	X	X	X
Abastecimento água		X	X	X	X	X
Instalação Sanitária		X	X	X	X	X
Iluminação elétrica		X	X	X	X	X
Combustível para cozinhar			X	X	X	X
Material empregado					X	X

Fonte: Nações Unidas (1958), Altmann e Ferreira (1979) e Censos Demográficos.

ferem alguns quesitos do censo também foi outro aprimoramento importante nesse período. Informações sobre situação conjugal e filhos tidos, por exemplo, eram coletados de mulheres de 15 ou mais anos até o Censo de 1980; no de 1991 passaram a ser recolhidas também de adolescentes na faixa de 10 a 15 anos.

As PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios compõem outro eixo central na produção de estatísticas sociais no Brasil. Implementadas em 1967, com base nas experiências norte-americanas de pesquisas domiciliares contínuas, elas visam permitir o acompanhamento sistemático do quadro socioeconômico e demográfico do país no período intercensitário (IBGE, 1981). Tal como ocorreu nos censos demográficos, o escopo temático foi se ampliando, passando a levantar informações não apenas sobre a situação do mercado de trabalho – tema

central da investigação (Camarano, 1990) – mas também sobre outras temáticas de interesse do planejamento governamental e da comunidade científica. Assim, durante os anos 70 e 80, a PNAD e outras pesquisas correlatas levantaram de forma suplementar, além das características da mão-de-obra (rendimento, horas trabalhadas, situação de emprego, ocupação etc.), outras, de natureza social e demográfica, em algumas regiões do país. O Quadro 3 sumariza as temáticas suplementares investigadas no período.

Deve ser registrado que o levantamento sobre as características da mão-de-obra também foi alvo de aprimoramentos técnicos e conceituais no período. A coleta de informações sobre a variável renda, por exemplo, sofreu um grande aprimoramento técnico desde a sua introdução nos questionários em 1967, tanto no sentido de permitir uma captação melhor e mais desagregada dos rendimen-

Quadro 3

TEMAS SUPLEMENTARES INVESTIGADOS NAS PNADs  
E OUTRAS PESQUISAS AMOSTRAIS RELACIONADAS  
1972-1989

ANO DA PESQUISA	PESQUISA	TEMAS SUPLEMENTARES
1972	PNAD	Fecundidade, Rendimento, Bens duráveis
1973	PNAD	Fecundidade, Migração interestadual
1974/1975	ENDEF	Estudo Nacional de Despesas Familiares Orçamento Familiar, Nutrição
1976	PNAD	Migração, religião, fecundidade, bens duráveis
1977	PNAD	Migração, fecundidade, bens duráveis
1978	PNAD	Fecundidade, características da habitação
1979	PNAD	Consumo de energia
1981	PNAD	Atendimento a saúde da população
1982	PNAD	Educação, escolarização
1983	PNAD	Previdência social, acomp. mobil. ocupacional
1984	PNAD	História retrospectiva da fecundidade e nupcialidade
1985	PNAD	Situação do menor ( de 0 a 17 anos)
1986	PNAD	acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar, anticoncepção, associativismo
1987	PNAD	Inclusão da cor no questionário básico
1987/1988	POF	Pesquisa sobre Orçamentos familiares
1988	PNAD	Participação político-social, consumo de combustível e posse de bens duráveis
1989	PNAD	Trabalho principal e secundário

Fonte: Martine et al. 1988a, IBGE 1981, Questionários suplem. da PNAD dos anos 80.

tos do trabalho como também no de estender a investigação para rendimentos de outras naturezas (Médici, 1988).<sup>31</sup>

Essa ampliação temática foi acompanhada de um aumento considerável da amostra selecionada, chegando a contar com mais de cem mil domicílios nos anos 80 (Martine *et al.*, 1988a: 294). Ela havia sido motivada pelos requerimentos de maior representatividade do levantamento pelo território e níveis geográficos mais detalhados. Assim, o plano amostral original, que previa representatividade no nível das sete Regiões (PNAD),<sup>32</sup> foi modificado nos anos 70 a fim de possibilitar a divulgação dos resultados quanto às regiões metropolitanas de então.<sup>33</sup>

A partir de 1982, o plano tabular passou a contemplar as Unidades de Federação (Camarano, 1990: 216) e a cobrir quase que a totalidade da população do país. Somente 2,4% da população residente, em 1980, na zona rural da região Norte não estariam dentro do universo da pesquisa (Árias, 1988: 65). Até o momento, a PNAD não prevê expansão da amostra em nível de mesorregiões, de microrregiões ou de municípios (que não as capitais).<sup>34</sup>

De forma complementar aos censos e PNADs, existem ainda várias pesquisas setoriais ou registros administrativos que dispõem de estatísticas sociais, como demonstra o Quadro 4. Anualmente, o IBGE realiza levantamentos de registro civil, da assistência médico-sanitária e das ocorrências policiais, na totalidade dos municípios. O Ministério da Saúde agrega informações sobre nascimentos e óbitos, usando como entrada de dados boletins preenchidos nos hospitais. O Ministério do Trabalho organiza estatísticas sobre emprego e remuneração, a partir dos relatórios RAIS enviados pelas empresas. O MEC divulga sinopses sobre o ensino básico, secundário e superior.

A Receita Federal divulga totalizações, no âmbito municipal, do total de contribuintes e valor arrecadado do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. O Tribunal Superior Eleitoral publica a relação quantitativa de eleitores, alfabetizados ou não, nos municípios brasileiros. Em âmbito estadual, a Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados compila em um anuário as estatísticas produzidas pelos diversos órgãos e secretarias. A Coordenadoria de Assistência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde levanta dados sobre o movimento de pacientes nos hospitais paulistas e doenças diagnosticadas nas internações, e arquiva informações sobre mortalidade (por sexo, idade e *causa-mortis*). A Secretaria da Educação publica anuários sobre a movimentação escolar: número de matrículas de primeiro e segundo grau, taxa de reprovação e evasão etc.. Com periodicidade mensal, o convênio SEADE/DIEESE apresenta ainda indicadores sobre emprego e desemprego na Região Metropolitana de São Paulo.

Com essa variada gama de fontes e de informações, é possível supor que seria simples e direto a derivação de indicadores sociais para avaliação das condições de vida. Não é bem assim, pois devem ser considerados dois outros aspectos além da disponibilidade de estatísticas para construção dos indicadores: a qualidade dos dados das diversas fontes e a efetiva disponibilização pública dos mesmos nos níveis de desagregação desejados.

É bem verdade que a qualidade dos levantamentos estatísticos e registros administrativos vêm melhorando desde sua implementação, mas ainda persistem alguns problemas de ordem metodológica e/ou operacional em vários deles. O levantamento de estatísticas vitais e registros civis (nascimentos, mortes) apresentam certo grau de

31. Isto é, a metodologia da coleta foi-se aprimorando à medida que as relações de troca ganhavam universalidade pelo país, com a urbanização acelerada e com o “milagre” dos anos 70.

32. A composição das Regiões-PNAD era a seguinte: Região I. Rio de Janeiro e Guanabara (até extinção); II. São Paulo; III. Estados do Sul; IV. Minas Gerais e Espírito Santo; V. Estados do Nordeste; VI. Distrito Federal; e VII. Estados do Norte e Centro-Oeste.

33. Inicialmente para o Rio de Janeiro e São Paulo e depois, gradativamente, para as demais Regiões Metropolitanas (Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Belém).

34. As possibilidades de desagregação dos dados estaduais da PNAD são: Região Urbana/Rural, Metropolitana/Não-metropolitana urbana/ Não-metropolitana rural.

Quadro 4

PRINCIPAIS FONTES PERIÓDICAS PARA DE INDICADORES SOCIAIS  
A NÍVEL NACIONAL E DO ESTADO DE SÃO PAULO

INSTIT.	FONTE/PUBLIC.	PERIODIC.	TIPO DE INFORMAÇÃO	NÍVEL DESAGREGAÇÃO
IBGE	Censos Demográficos	decenal	variáveis demográficas, trabalho, rendimento, educação, habitação, infra-estrutura serv.	Grandes Regiões UF, Municípios
	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD)	anual	variáveis demográficas, trabalho, rendimento, educação, habitação, infra-estrutura serv.	Grandes Regiões, UF, Reg.Metropol.
	Pesq.Mens.Emprego	mensal	trabalho, rendimento	Reg. Metropol. (6)
	Estatísticas do Registro Civil	anual	nascimentos, mortes, casamentos.	Grandes Regiões UF, Municípios
	Estatísticas da Saúde(AMB)	anual	Tipos de estabel., número de consultas e internações,qtde. leitos	Grandes Regiões UF, Municípios
	Anuário Estatístico do Brasil	anual	resultados das PNADs, Censos e outras pesquisas periódicas	Grandes Regiões UF
Ministério do Trabalho	Anuário RAIS	anual	estat. emprego e rendimento trabalho	Grandes Regiões UF, Reg. Metropol.
Ministério da Saúde	Estatísticas de Mortalidade	anual	óbitos por causa e faixa etária	Grandes Regiões UF
Ministério da Fazenda	Arrecadação Trib.Federais	anual	movimentação IR/IPI, n.contribuintes/firmas	Reg.Fiscais, Delegacias, Mun
Ministério da Educação	Sinopse Ensino Básico,Superior	irreg.	matrículas, formados, evasão, n.professores	Grandes Regiões UF
Trib.Sup. Eleitoral	Cadastro de Eleitores	irreg.	N. eleitores, escolaridade	UF Municípios
SEADE	Anuário Estatístico do Estado de SP	anual	variáveis demográficas, saneamento básico,estat. saúde, educação	R.Administrativas SP R.Governo Municípios
	Perfil municipal	irreg.	séries históricas de indicadores econômicos sociais e finanças pub.	R.Administrativas SP R.Governo Municípios
	Pesq.Emprego/Desemprego	mensal	trabalho, rendimento	R.Metropolitana SP
Secretaria Estado Saúde SP	Prontuário Básico dos Municípios	irreg.	estatísticas saúde, causa-mortis	Escrit.Reg.Saúde SP Municípios
Secretaria Estado Educação SP	Anuário Estatístico do ESP do ESP	anual	matrículas,taxas de evasão,reprovação, rec.humanos educ.	Delegacias de Ensino Estadual Reg.Administrativas Municípios SP

sub-registro, mais significativo nas regiões Norte e Nordeste que no Sul/Sudeste (Camarano, 1990; Min.Saúde, 1991). Em particular, para o Estado de São Paulo, a omissão de registros dessa natureza é baixa (Ferreira & Ortiz, 1987; Waldwogel *et al.*, 1994; Paes, 1994). Quanto à RAIS, como discutido mais extensamente na seção anterior, há problemas de cobertura setorial e representatividade do mercado de trabalho.

Com relação à PNAD, Árias (1988) aponta algumas inconsistências nas estimativas da PIA e PEA, às quais ele atribui questões de natureza conceitual – período de referência da situação de emprego; de natureza operacional – qualidade dos entrevistadores, trabalho de supervisão e crítica de campo; e relacionados a aspectos metodológicos – redução do tamanho da amostra a partir da PNAD 86 e deficiências nas projeções populacionais usadas na expansão da amostra.

Com relação à qualidade efetiva da informação sobre renda da PNAD (e do Censo) paira algum desconforto. Alguns autores apontam para um certo grau de subestimação da renda, em especial nos estratos populacionais situados nos extremos de renda. “Em relação ao primeiro estrato, é usual que não existam dados sobre produção para autoconsumo, salários em espécie, recebimentos regulares de transferências ou doações de renda e de outras rendas diretas ou indiretas propiciadas pelo Estado... Por sua vez, há sonegação nos estratos mais ricos – voluntária ou não – associada às rendas de propriedades, salários indiretos, juros, lucros e rendas ocasionais” (Cacciamali, 1988: 352).<sup>35</sup>

Em geral, as estatísticas censitárias gozam de confiabilidade perante o público usuário. De fato, os cuidados metodológicos do corpo técnico do IBGE no planejamento do questionário, do programa de treinamento e seleção, do processo da coleta, digitação, consistência e divulgação dos resul-

tados equiparam-se aos adotados no Primeiro Mundo. Os procedimentos de crítica, imputação e consistência de dados do Censo 80, descritos em IBGE (1983), foram muitos e bastante sofisticados, permitindo captar uma série de tendências não-aleatórias. Mas os problemas de falta de cobertura e de erros de aplicação do questionário, noticiados na imprensa durante a coleta de dados do último censo, deveriam servir de alerta ao pesquisador (Cf. *Isto É Senhor*, 15 jan. 1992), em que pese toda sorte de interesses e motivações escusas de muitos dos detratores (Martine, 1994).

Houvesse a tradição de pesquisas do tipo teste-reteste (Martine *et al.*, 1988a) e uma utilização maior do potencial analítico das Pesquisas de Avaliação dos Censos Demográficos, poderíamos avançar na mensuração dos níveis de subenumeração e da qualidade da coleta de dados nos censos. Como colocam os autores:

*“Sabemos muito pouco sobre o que acontece dentro dos domicílios entrevistados pelo Censo. Pode existir um incentivo implícito para os entrevistadores ignorarem membros do domicílio para diminuir o trabalho da entrevista. Por outro lado, os domicílios fantasmas podem ser recheados de um número considerável de pessoas igualmente fantasmas. Os recrutas inexperientes dos Censos estão descomprometidos com os resultados porque, geralmente, seu emprego é apenas transitório e não necessariamente relacionado com suas ambições profissionais. Em suma, existe uma forte possibilidade de que os dados do Censo contenham erros sistemáticos de dimensão apreciável”* (p.296).

Com relação à disponibilização das informações nos níveis de desagregação desejados, tem havido alguns progressos. Como um dos poucos recursos disponíveis franqueados ao pesquisador comum, deve-se destacar o SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, que, embora de fácil

---

35. Diversas pesquisas citadas por Hoffmann (1977) e o estudo de Lluch (1982) já apontavam tais tendências para o Censo de 1970. Para a informação de renda coletada no Censo de 1980, enquanto Hoffmann & Kageyama (1984) apontam sérias limitações, Bercovich *et al.* (1985) destacam a compatibilidade dos dados com outros levantamentos.

utilização e com opções de desagregação de informações em diversos níveis, apresenta um elenco limitado de temas de consulta e cruzamentos entre variáveis. Felizmente, a cultura de compra e uso de informações estatísticas em meios magnéticos para computador tem-se disseminado em vários centros de pesquisa. Com isso, tem sido possível obter dados no nível de desagregação desejado pelo pesquisador.

Sem negar os avanços conseguidos nas décadas passadas na produção de estatísticas indicativas da realidade social, há ainda muito a ser feito no aprimoramento do Sistema Estatístico Nacional e mesmo na recuperação de parte do *status* e excelência que outrora desfrutou. Atrasos na publicação dos resultados dos levantamentos, falta de atualização das estimativas oficiais de população no período intercensitário, descontinuidades das séries históricas, lacunas na produção de dados para algumas temáticas sociodemográficas e na periodicidade desejável, duplicidade de registros e pesquisas para outras temáticas, falta de cobertura e detalhamento geográfico das informações, inexistência de facilidades de acesso informatizado à grande maioria das estatísticas produzidas, redefinições metodológicas e conceituais sem preservação de mecanismos que possibilitem a comparabilidade temporal dos dados, falta de aprimoramento metodológico e conceitual nas pesquisas pela baixa articulação com o usuário final, periodicidade irregular na execução de algumas pesquisas, adiamento e até suspensão de levantamentos, subenumeração e desvios de qualidade nos levantamentos e registros administrativos são alguns dos problemas apontados na literatura avaliadora do “estado da arte” da produção das estatísticas oficiais (Carvalho, 1990; Médici, 1990; Camarano, 1990; Árias, 1988; Árias & Cordeiro, 1990; Martine *et al.*, 1988a; Jannuzzi, 1993).<sup>36</sup>

### Uma solução pragmática para operacionalização da “condição de vida”: os indicadores de mortalidade

Duas deficiências do Sistema Estatístico Nacional tiveram impacto importante na condução desta pesquisa. A primeira refere-se à não-disponibilidade de estatísticas amplamente desagregáveis durante o período intercensitário. A periodicidade decenal dos censos, as limitações na desagregação do plano amostral das PNADs, a cobertura geográfica limitada das PME – Pesquisas Mensais de Emprego deixam grandes lacunas na disponibilidade de indicadores atualizados de várias dimensões socioeconômicas e demográficas para microrregiões e municípios brasileiros, entre os dez (ou onze) anos que separam os censos demográficos. A segunda deficiência refere-se aos atrasos na publicação dos dados levantados num censo. Por quase dois anos depois da realização do último censo só se pôde dispor de quantitativos populacionais por municípios. A estrutura por idade e sexo nos municípios só foi divulgada mais recentemente.<sup>37</sup>

Algumas áreas parecem mais bem servidas em termos de estatísticas periódicas e não-defasadas, como São Paulo e alguns estados do Sul/Sudeste, mas os dados anuais disponíveis limitam-se a retratar a produção econômica local (valor adicionado calculado a partir das planilhas de recolhimento de ICMS), oferta de infra-estrutura urbana (ligações elétricas, telefônicas, de água e de esgoto), de prestação de serviços de saúde (número de leitos, profissionais alocados), de prestação de serviços na área de educação (matrículas, docentes, evasão, reprovação), a situação das finanças públicas municipais ou o registro do volume de nascimentos e óbitos, como já mostrava o Quadro 4. Mas, de modo geral, para a maioria dos municípios do país e para outras dimensões sociais ou

36. É bom registrar que tais problemas não dizem respeito apenas ao IBGE ou que têm neste sua principal fonte originadora, como a crítica não-acadêmica comumente simplifica ou confunde. Muito se ganharia se o IBGE e outras agências estatísticas dos ministérios parassem de ser considerados vilões da questão, e entendidos como vítimas do sucateamento do Estado e do desprestígio do Planejamento enquanto função estatal, que se processa desde o Governo Figueiredo (e, de forma mais intensificada, a partir da operação “desmonte” do Governo Collor).

37. Dados do questionário básico começaram a ser divulgados em agosto de 1994, período em que era finalizada a redação desta dissertação.

socioeconômicas – como nível de rendimento médio, conforto habitacional, disponibilidade de bens duráveis –, persiste a lacuna na produção de estatísticas atualizadas.<sup>38</sup>

Como, pois, colocar em prática, para fins deste estudo, uma definição operacional abrangente do conceito de “condição de vida” tal como o proposto pelos sistemas de indicadores sociais relacionados anteriormente? Uma saída seria abrir mão da abrangência conceitual do termo e reduzi-lo a uma ou a algumas das dimensões para as quais se disponha de estatísticas no período em questão (1980–1991).

Nesse sentido, os primeiros candidatos são, seguramente, os indicadores de mortalidade, medidas-síntese das condições sanitárias e ambientais, equilíbrio nutricional, de assistência médica e dos riscos à vida e à saúde prevaletentes na sociedade (Merrick, 1986), para os quais há, no caso do Estado de São Paulo, dados confiáveis e anualmente publicados. Não fossem os requisitos metodológicos e a complexidade operacional, a esperança de vida ao nascer seria, entre os indicadores de mortalidade, a *proxy* mais conveniente para retratar a “condição de vida”, por sumarizar os riscos

diferenciais de mortalidade nas diversas idades e estruturas socioeconômicas (Torres, 1984). A taxa bruta de mortalidade, outra candidata a *proxy* da “condição de vida”, tem o inconveniente de ser afetada pela estrutura etária da população (Carvalho *et al.*, 1990). A padronização dessas taxas segundo uma mesma estrutura etária, solução preconizada para permitir comparações longitudinais ou transversais, é uma operação que produz diferentes ordenações de taxas segundo a população tomada como padrão.

Assim, livres do efeito da estrutura etária, e “mais indicativas do impacto dos padrões de vida sobre as condições de saúde do que as taxas relativas a outros grupos etários...” (Merrick, 1986: 36), as taxas de mortalidade infantil são a medida aqui adotada para analisar a associação entre condição de vida e redistribuição populacional.

A análise da correlação de postos de Spearman, entre medidas de redistribuição populacional e taxas de mortalidade infantil em três momentos (1980/81, 1985/86 e 1989/90), mostra, porém, baixa associação entre os dois conjuntos de variáveis (Tabela 21). Certamente, conspira para isso o viés introduzido, nas taxas, pela mortalidade infantil de filhos de

Tabela 21

MATRIZ DE CORRELAÇÃO DE POSTOS DE SPEARMAN ENTRE MEDIDAS DE REDISTRIBUIÇÃO E DE MORTALIDADE INFANTIL

RGs Paulistas

	SALDO MIGRAT	TAXA LIQ.	MORTALIDADE INFANTIL		
			80/81	85/86	89/90
Saldo Migratório 80/91	1.00				
Tx. Líquida Migração 80/91	.94	1.00			
Mort. Infantil 1980/81	-.21	-.18	1.00		
Mort. Infantil 1985/86	-.23	-.18	.84	1.00	
Mort. Infantil 1990/91	-.02	.02	.72	.77	1.00

**38.** Recentemente, verificou-se uma mostra das dificuldades metodológicas e limitações técnicas com que se tem que lidar por falta de informações estatísticas microrregionais atualizadas: para delineamento do Mapa da Fome (Peliano, 1993), cujo objetivo era identificar os bolsões de indigência nos anos 90 para fins de planejamento de ações de combate à fome e miséria, foi necessário combinar dados da distribuição de rendimento familiar no nível estadual fornecidos pela PNAD de 1990, com a distribuição de famílias por classe de renda nos municípios, proveniente do Censo de 1980, e com dados populacionais preliminares do Censo 91.

migrantes, em geral mais altas que as de não-migrantes. Seria de se esperar até, no caso extremo, uma associação positiva entre migração e mortalidade. Não se pode afastar também a hipótese de que condições de vida – medidas por indicadores de mortalidade – tenham desempenhado papel pouco importante na redistribuição populacional.

Outros indicadores de mortalidade com certa tradição nos estudos sobre condições de saúde são as taxas específicas de mortalidade por causas. Dadas as dificuldades operacionais de trabalhar com as taxas, a opção foi por trabalhar com uma tipologia elaborada por um grupo de trabalho da FUNDAP (1983), na qual as então 49 sub-regiões Administrativas do Estado foram agrupadas em quatro áreas segundo o perfil epidemiológico dos óbitos.<sup>39</sup>

Nesse trabalho, levantou-se, inicialmente, para cada uma das Sub-regiões Administrativas, o núme-

ro de óbitos, por volta de 1980, por quinze causas principais. Através de uma técnica estatística multivariada – análise fatorial – este conjunto foi reduzido para três fatores: o primeiro, referente a causas de mortalidade infantil (enterites, diarreias, lesões ao nascer, pneumonias, avitaminoses), indicador, portanto, de mortalidade por doenças e causas associadas ao subdesenvolvimento; o segundo, relacionado a mortalidade por falta de assistência médico-hospitalar (óbitos por causas maldefinidas); e o terceiro fator, relacionado a doenças do desenvolvimento (doenças do coração, cérebro-vasculares, acidentes etc.).

Por meio da aplicação de outra técnica estatística multivariada – análise de agrupamentos – sobre os escores fatoriais, as unidades administrativas foram “tipologizadas” em quatro grupos, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5

CLASSIFICAÇÃO DAS RGS EM REGIÕES HOMOGÊNEAS,  
SEGUNDO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÓBITOS

REGIÕES HOMOGÊNEAS	REGIÕES DE GOVERNO		
1	São Carlos	Limeira	Araraquara
	Rio Claro	Jaú	Tupã
	S. J. Boa Vista	Pres. Prudente	S. J. Rio Preto
	Campinas	Piracicaba	Botucatu
	Ribeirão Preto	Assis	Bauru
2	Marília	Catanduva	Araçatuba
	Votuporanga	Cruzeiro	Dracena
	São Joaquim da Barra	Avaré	Franca
	Taubaté	Adamantina	Guaratinguetá
	Ourinhos	Andradina	Fernandópolis
Jales	Barretos		
3	Sorocaba	Itapetininga	Santos
	São José Campos	Lins	Bragança Pta.
	Jundiá	Caraguatatuba	
4	Itapeva	Registro	

Fonte: FUNDAP, 1983.

39. A instituição da base territorial, composta de 42 Regiões de Governo, além da Região Metropolitana, deu-se a partir de 1984, posterior, pois, à data de elaboração do referido trabalho. Em que pese o fato de algumas unidades administrativas terem sido agrupadas e outras redefinidas espacialmente, há uma boa compatibilidade territorial entre a grande maioria das antigas Sub-regiões e as atuais Regiões de Governo. Esse fato dá uma segurança adicional na transposição, aqui efetuada, da classificação das Sub-regiões Administrativas para as RGS.



Da primeira para a última região homogênea, crescem os índices de óbitos por doenças do subdesenvolvimento (mortalidade infantil) e, em contrapartida, decresce a importância dos óbitos associados às condições prevalentes nas regiões desenvolvidas (Tabela 22). As “desenvolvidas” Campinas e Piracicaba estariam classificadas na Região Homogênea 1, enquanto as “subdesenvolvidas” Itapeva e Registro, com altas taxas de mortalidade infantil e precariedade na assistência médica, pertenceriam à Região 4. Observe-se que a situação da Região 2 não aponta para um quadro epidemiológico tão moderno como se poderia supor pelo escore relativo a mortalidade infantil. Esta Região compreende municípios do Oeste paulista, onde as condições de assistência a saúde (ou qualidade do preenchimento da causa-mortis no registro de óbito) seriam piores.

Os resultados dos saldos migratórios nas regiões homogêneas não são muito consistentes. Um fator interveniente pode estar mascarando os efeitos das condições de saúde sobre os saldos, ou, ainda, a “factibilidade” em assumir a classificação como representativa para a década pode estar comprometida pelos progressos obtidos com a mortalidade infantil no Estado.

A dissociação entre a intensidade migratória e os indicadores de mortalidade não esgotam o poder explicativo das condições de vida sobre a redistribuição populacional no interior paulista na década passada. Além das questões relacionadas à validade de tais indicadores na representação das

“condições regionais de vida”, há outros problemas de natureza metodológica na aplicação destes nas análises acima apresentadas. Persiste-se, pois, na investigação “redistribuição populacional *versus* condições de vida” em mais uma seção.

### Outra solução pragmática para operacionalização das condições de vida: índice sintético de condição de vida

Sem abrir mão da abrangência conceitual da expressão “condição de vida”, mas incorrendo em outros problemas, pode-se operacionalizar a análise da redistribuição populacional segundo as condições de vida a partir do já citado estudo da FUNDAP (1983).

Além da tipologia baseada no perfil epidemiológico dos óbitos (Tabela 23), neste trabalho as 49 Sub-regiões Administrativas do Estado de São Paulo foram agrupadas em categorias homogêneas segundo uma definição operacional abrangente de condição de vida. Para que se encontrassem essas regiões homogêneas, procedeu-se à aplicação da técnica de análise de agrupamentos em um conjunto de oito índices, associados às condições de infra-estrutura urbana (dois fatores), posse de bens de consumo, arrecadação tributária, assistência à saúde, modernização agrícola, prevalência de PEA rural e escolarização. Esses índices foram produzidos a partir de uma análise fatorial prévia, sob uma lista de vinte indicadores socioeconômicos levantados por diversas fontes por volta de 1980. Como resultado, chegou-se à constituição de cin-

Tabela 22

### ÍNDICES MÉDIOS DAS REGIÕES HOMOGÊNEAS QUANTO AO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÓBITOS

ÍNDICE	REGIÕES HOMOGÊNEAS			
	1	2	3	4
Óbitos por causas da mort. infantil	-0.46	-0.44	1.28	1.72
Óbitos com causas mal definidas	-0.69	0.60	-0.57	2.11
Óbitos por doenças desenvolvimento	0.85	-0.17	-0.47	-2.62

Fonte: FUNDAP, 1983.

Tabela 23

MIGRAÇÃO NAS REGIÕES HOMOGÊNEAS QUANTO  
AO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS ÓBITOS

REGIÕES HOMOGÊNEAS	N	POPULAÇÃO 1985	SALDO MIGRATÓRIO	TX.MIG.LIQ.
1	15	6.341.918	606.501	95.6
2	17	3.488.152	-73.023	-20.9
3	8	3.781.458	365.353	96.6
4	2	484.722	-38.501	-79.4
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>14.096.250</b>	<b>860.330</b>	

co grupos homogêneos (Quadro 6), diferenciáveis, sobretudo, pelos índices vinculados às dimensões mais estruturais e relacionados à especialização econômica das Sub-regiões (arrecadação tributária, prevalência de PEA rural e posse de bens de consumo, nesta ordem). Na Tabela 24 apresentam-se os valores médios atingidos por esses três índices nas cinco regiões homogêneas.

A Região 1, que congrega as Sub-regiões Administrativas de Santos e São Paulo (não incluída neste estudo), apresenta maiores índices de arrecadação tributária e de bens de consumo (e a menor prevalência de PEA rural). Numa escala valorativa, essa região apresentaria condições de vida melhores que, por exemplo, a Região Homogênea 5, onde se classifica a Sub-região do Vale do

Quadro 6

CLASSIFICAÇÃO DAS RGs NAS REGIÕES HOMOGÊNEAS,  
SEGUNDO CONDIÇÕES DE VIDA

REGIÕES HOMOGÊNEAS	REGIÕES DE GOVERNO		
1	Santos		
2	Cruzeiro	Campinas	S.Joaquim Barra
	Guaratinguetá	Jundiaí	Limeira
	Taubaté	Caraguatatuba	Piracicaba
	Bragança Pta.	S.José Campos	Sorocaba
3	Bauru	São Carlos	Lins
	Barretos	Araraquara	Presidente Prudente
	Ribeirão Preto	Marília	Botucatu
	Franca	Assis	São João Boa Vista
	Rio Claro	Andradina	São José Rio Preto
	Jaú	Tupã	Araçatuba
4	Jales	Ourinhos	Adamantina
	Dracena	Avaré	Catanduva
	Fernandópolis	Itapetininga	Votuporanga
5	Itapeva	Registro	

Fonte: FUNDAP, 1983.

Tabela 24

ÍNDICES MÉDIOS DAS REGIÕES HOMOGÊNEAS  
QUANTO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA

ÍNDICE	REGIÕES HOMOGÊNEAS				
	1	2	3	4	5
Arrecadação Tributária	3.15	0.57	-0.07	-0.65	-1.29
Prevalência PEA Rural	-1.68	-0.85	-0.11	1.00	1.51
Bens de Consumo	1.98	0.39	0.23	-0.55	-1.99

Fonte: FUNDAP 1983

Ribeira, ou mesmo qualquer outra. Como aponta a variação dos valores médios atingidos pelos índices, as condições de vida da população ficariam piores do grupo homogêneo 1 para o 5.

A utilização dessa tipologia de condição de vida pode ser questionada em três aspectos. O primeiro deles refere-se à validade metodológica da tipologia de “condição de vida” em que indicadores de natureza intrinsecamente econômica (arrecadação tributária e prevalência de PEA rural) têm poderes discriminatórios decisivos. Tal viés economicista não levaria os resultados a apontarem a já discutida associação redistribuição X estrutura econômica regional? A segunda questão diz respeito à própria validade de se computar um índice a partir de indicadores de naturezas e escalas tão diferentes como os usados no trabalho da FUNDAP. Sintetizar em um único índice de qualidade de vida indicadores de saúde, nível educacional, cultural, de criminalidade, de oferta de infraestrutura urbana disponíveis nas diversas localidades pode ser de pouca utilidade prática, como argumenta Carley (1985: 103-112), em função das valorações diferenciadas de cada aspecto da “qualidade de vida” por parte do pesquisador, da população ou administrador público.

Por fim, há a questão da validade temporal dessa classificação regional durante os anos 80. As evidências para garantir essa validade, ao longo dos anos 80, são bem mais fracas que aquelas discutidas para a classificação regional segundo o perfil ocupacional. Os recursos orçamentários das prefeituras aumentaram ao longo dos 70 e 80, e de

forma ainda mais intensa após a promulgação da Constituição de 1988 (Serra & Afonso, 1989; Daniel 1988), tornando realidade a formulação e implementação de políticas públicas em nível municipal, em localidades grandes e em algumas médias. A mortalidade infantil no Interior caiu, entre 1980 e 1991, de 50 por mil para 25 óbitos por mil nascidos vivos (Fundação SEADE, 1992a). Algumas cidades despontaram como centros importantes de consumo, a ponto de constituírem uma “Califórnia” em plena “Belíndia” brasileira. (Vide *Exame*, 26 maio 1993). Enfim, parece haver evidências de que o padrão de diferenciais regionais nas condições de vida sofreu modificação no decênio 80–90, levando-nos a tomar a referida classificação com mais cautela.

Como mostra a Tabela 25, os saldos migratórios são positivos nas regiões com condições de vida melhores, e negativos na outra situação. Com exceção da primeira Região, as taxas de migração líquida mostram um padrão consistente: pior a condição de vida, maiores indícios de emigração; melhor a condição de vida, maiores indícios de absorção de migrantes.

Concluindo, diferenciais de condições de vida, no sentido aqui operacionalizado, mostram-se relevantes para explicar o novo padrão de distribuição populacional nas regiões do interior paulista. Não apenas a busca de empregos (ou melhores salários), mas também de melhores condições materiais de vida, no sentido economicista aqui adotado, parece ter mobilizado contingentes populacionais expressivos pelo Interior.

**Tabela 25****MIGRAÇÃO NAS REGIÕES HOMOGÊNEAS QUANTO  
ÀS CONDIÇÕES DE VIDA**

REGIÕES HOMOGÊNEAS	N	POPULAÇÃO 1985	SALDO MIGRATÓRIO	TX.MIG.LIQ.
1	1	1064181	52232	49.0
2	12	5.550.465	658.370	119.0
3	18	5.553.939	271.693	49.0
4	9	1.442.944	-83.464	-58.0
5	2	484.722	-38.501	-79.0
		14.096.250	860.330	



---

## CONCLUSÃO

### A REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E SEUS DETERMINANTES ESTRUTURAIS: UMA SÍNTESE CONCLUSIVA

Revertendo a tendência histórica de acumular um balanço migratório volumoso e positivo, o Estado de São Paulo passou a apresentar, na última década, um saldo migratório de apenas meio milhão de pessoas. O quadro seria ainda mais distinto, não fosse o aumento do saldo migratório do Interior. Neste, em termos mais desagregados, houve uma desaceleração no ritmo de crescimento das regiões que mais se expandiam nos anos 70, como Campinas, Santos e São José dos Campos. Em contrapartida, as regiões a oeste e a norte passaram a ostentar balanços positivos ou, no mínimo, menos negativos, de migração. Na região central do Estado, as tendências de intensidade positivas de migração dos anos 70 persistiram no período seguinte. Ao sul, as RGs passaram à condição de centros emigratórios.

Como já apontava a literatura pertinente (Patarra *et al.*, 1992; Cunha, 1984; Perillo, 1994), do ponto de vista estritamente demográfico, a redistribuição regional da população no interior paulista nos anos 80 é explicada pelas diferentes intensidades e sentidos do processo migratório ao longo do território na década. Com a homogeneização dos níveis regionais de fecundidade e, em menor medida, dos níveis de mortalidade, era de se esperar que o componente vegetativo do

crescimento populacional tivesse pouca importância na explicação do novo quadro distributivo da população pelas RGs do Interior. De fato, foi demonstrado que cerca de 70% da variabilidade das taxas decenais de crescimento populacional das RGs é devida à variância regional dos saldos migratórios.

Do ponto de vista macroestrutural, a redistribuição populacional manteve, em larga medida, a associação com o processo de interiorização do desenvolvimento econômico de décadas anteriores, como apontado por diversos pesquisadores (Cano & Pacheco, 1989; Bógus *et al.*, 1990a; Motta, 1981). As diversas medidas de redistribuição populacional (Saldo migratório, Taxa Líquida de Migração e Taxa de Crescimento Demográfico na década) mostraram-se correlacionadas com o nível de desenvolvimento econômico regional, medido pelo Valor Adicionado ou Valor Adicionado *per capita* em 1985, e com o indicador de expansão econômica na década (acréscimo percentual do Valor Adicionado entre 1980 e 1987), fatos esses corroborados pela Análise de Regressão da taxa líquida de migração. Regiões de Governo de elevado PIB regional (“Califórnia Paulista”) ou de forte expansão econômica no período (“Tigres paulistas”) apresentaram intensidades migratórias elevadas e positivas. Regiões pertencentes à “Baixa Califórnia” ou ao grupo de Baixa Expansão ou Estagnação Econômica apresentaram intensidades migratórias negativas ou, pelo menos, mais baixas.

Verificou-se ainda uma forte vinculação entre migração e especialização produtiva regional. Regiões com migração líquida negativa são aquelas onde predomina o setor agropecuário tradicional, descapitalizado. Regiões com saldos migratórios positivos apresentam uma PEA alocada em setores mais modernos, na indústria, construção civil e no terciário.

Outra manifestação da vinculação do “econômico” com o “populacional” pode ser apreendida através do papel desempenhado pela oferta de novos postos de trabalho nos saldos migratórios regionais. Com todas as limitações dos indicadores usados, a Path Analysis tornou bastante claro o efeito do emprego e, de maneira mais fraca, do salário, na determinação dos saldos migratórios regionais.

O efeito dos diferenciais de condições de vida pelas RGs na redistribuição populacional não é imediatamente apreensível. A utilização de indicadores de mortalidade como *proxys* das condições de vida nas RGs mostrou uma baixa associação destas com o comportamento migratório. Uma outra operacionalização do conceito, menos sociológica e mais economicista, indicou uma associação mais forte entre os diferenciais de condições de vida e o novo padrão de distribuição populacional nas regiões do interior paulista.

De modo geral, este trabalho vem ao encontro de tendências e resultados já fartamente mencionados na literatura dos estudos de urbanização ou dinâmica populacional do Estado de São Paulo. O que ela traz de novo é a quantificação de tendências e de associações entre as dimensões econômicas e populacionais.

Não deve deixar de ser mencionado que o método aqui empregado privilegiou uma análise *cross-sectional* da redistribuição populacional segundo uns poucos eixos de análise, em um macronível de agregação. Alargar as bases teórico-metodológicas, incorporando novas dimensões analíticas, estender a investigação aos fluxos imigratórios e emigratórios e à estrutura demográfica e ocupacional dos migrantes (Cunha, 1994b), trabalhar com unidades de análise mais desagregadas e

unidades de informação em nível micro (individual), utilizar fontes de dados e técnicas que permitam incorporar uma perspectiva longitudinal do processo (Davanzo, 1982) são requisitos necessários para se avançar no conhecimento das macro e microdeterminações da redistribuição populacional na última década em São Paulo. De fato, usando dados de recente *survey* retrospectivo realizado no Estado (Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar, no âmbito do NESUR/UNICAMP), Patarra & Baeninger (1994) assinalam a heterogeneidade socioeconômica dos fluxos migratórios regionais.

Como observam os “metodólogos da pesquisa”, uma investigação científica pode ser conduzida segundo diversas estratégias metodológicas, cada uma levando ao conhecimento de uma perspectiva distinta – e mesmo antagônica – do objeto de estudo. “Métodos de pesquisa são tão diferentes entre si quanto o são os meios de transporte. Cruzar o país a pé, de carro, ou de avião – cada tipo de transporte lhe dá uma perspectiva diferente do que seja o país” (Selltiz, 1987: 1). Os lugares e a paisagem são, pois, determinados pela rota e meio de transporte escolhidos. Ou ainda, como ilustra Alves (1981: 106): “Da mesma forma como [o tamanho dos] anzóis predeterminam os resultados da pescaria, os métodos predeterminam o resultado da pesquisa”. O encaminhamento metodológico aqui empregado, ao induzir simplificações do processo social estudado e recortá-lo segundo alguns eixos de análise, só pode produzir um conjunto situado e parcial de conhecimentos acerca do mesmo. Essa é a natureza do processo de pesquisa científica. O importante é que, no processo, o viajante, o pescador e o pesquisador adquiriram experiência e um conhecimento melhor dos atalhos, dos rios mais piscosos e das problemáticas a investigar em uma nova empreitada.

Por fim, ainda há espaço para lembrar a distância que separa o relatório da pesquisa da condução da pesquisa em si (Rosemberg, 1976). Na busca de um argumento coerente e alinhavado, muitos dos pequenos estudos e inquietações tratados no decorrer da pesquisa – e que tomam boa

parte do tempo – acabam não sendo incorporados à monografia. Algumas sementes precisam de mais tempo, água e adubo para brotar e se desenvolver.

## **AS POLÍTICAS PÚBLICAS À LUZ DO NOVO CENÁRIO DEMOGRÁFICO PAULISTA E NACIONAL**

Finalizar este trabalho – gerido no âmbito de um programa de mestrado em administração pública –, sem procurar apropriar, ainda que preliminarmente, alguns de seus resultados para a prática do planejamento público seria uma falta imperdoável. Se o pesquisador das ciências exatas pode desenvolver seu trabalho com uma relativa autonomia e descompromisso com a sua aplicabilidade imediata, da pesquisa de seu congênere nas ciências humanas é exigida certa relevância social que justifique sua elaboração (Kuhn, 1978). Eco (1988: 24) relativiza essa posição ao propor que “todo trabalho científico, na medida em que contribui para o desenvolvimento do conhecimento geral, tem sempre um valor político positivo”. Mas completa: “Cumpra dizer que toda empresa política com possibilidade de êxito deve possuir uma base de seriedade científica” (p.25).

Como o campo da administração pública, assim como as demais ciências sociais aplicadas, encontra-se na fronteira entre o conhecimento acadêmico-científico e a prática política, pareceu desafiador refletir sobre as repercussões do novo quadro demográfico – estadual e brasileiro – sobre o processo de formulação de políticas públicas.

Essa tarefa ganha uma relevância adicional, em função do desconhecimento manifestado por grande parcela dos políticos e técnicos encarregados da formulação de políticas públicas com relação às transformações demográficas recentes da população brasileira (Carvalho, 1994). Pelo menos é o que se pode inferir a partir da frequência com que o “controle de natalidade” é defendido, na imprensa, como a solução dos problemas de nosso subdesenvolvimento social e da administração dos municípios e estados do país. Há muito tempo

deixou de fazer parte da realidade demográfica brasileira o cenário “catastrofista” de crescimento acima de 3% a.a., de contingente de crianças e jovens dobrando a cada 25 anos, de explosão demográfica em São Paulo ou Rio de Janeiro e de proliferação de outras megalópoles pelo território.

Desde meados dos anos 60, a população brasileira vem apresentando taxas declinantes de crescimento demográfico, a ponto de, no final da última década – e pela primeira vez em cinquenta anos – apresentar um volume anual decrescente de nascimentos. O incremento vegetativo médio anual passou a decrescer em números absolutos, passando de cerca de 2,6 milhões de pessoas por ano na década de 70 para 2,5 milhões no período subsequente.

Estima-se que, nos anos 90, a população brasileira esteja crescendo a um ritmo de 1,6% ao ano, 10% menor que a média dos anos 80 e quase metade da taxa de crescimento médio anual da década de 50. Com isso, a população brasileira não atingirá, no ano 2000, os 212 milhões de pessoas previstos nos anos 70, mas uma cifra 20% menor. Além disso, a estrutura etária começa a adquirir uma configuração bem diferente da prevalecente até os anos 70. Em 1970, os menores de 15 anos representavam 43% da população. Em 1991, este mesmo grupo passou a representar 35% da população. Em contrapartida, o peso relativo das pessoas de 65 anos ou mais passou de 3% para 5% no mesmo período (Carvalho, 1993).

Como visto no segundo capítulo, consolidando as tendências das décadas passadas, o Censo 91 revelou um país com mais de 75% da população residindo em áreas urbanas. Mas, diferentemente do passado, houve uma inflexão na tendência de concentração espacial da população brasileira nos grandes centros. Como consequência da crise dos anos 80 e da interiorização do desenvolvimento econômico, os movimentos migratórios em direção aos grandes centros se arrefeceram, dirigindo-se a cidades mais próximas e médias do interior do território nacional.

Tais mudanças demográficas – redução do número de nascimentos, envelhecimento popu-



lacional, urbanização intensa, declínio do ritmo de crescimento dos grandes municípios e novo quadro distributivo populacional – têm repercussões importantes sobre o processo de formulação de políticas públicas, à medida que os públicos-alvo das políticas tendem a adquirir tamanhos diferentes e a se distribuir em outras porções do território (Chahad, 1990; Martine & Camargo, 1984; Carvalho, 1994; Jannuzzi, 1994).

É fato que, na Saúde, um número menor de nascimentos alivia a pressão sobre a necessidade de expansão de serviços médicos de obstetrícia, ginecologia e pediatria, e que, na Educação, implica uma redução no volume de ingressantes nas creches e escolas. Por outro lado, o aumento absoluto e relativo da população idosa exige investimentos custosos para atendimento de doenças geriátricas e degenerativas, e aumenta a demanda pelos serviços previdenciários e de equipamentos públicos de lazer. A formação de famílias menores, especialmente de baixa renda, poderia significar maior conforto material e suprimento alimentar *per capita*, reduzindo ou alterando a demanda por serviços de distribuição e suplementação alimentar. Altas taxas de urbanização facilitam a universalização dos serviços de saúde e educação, mas exigem investimentos crescentes e

caros em infra-estrutura de saneamento, transporte, habitação e lazer. A diminuição do ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos pode desfocar a necessidade da expansão acelerada e caríssima da oferta de serviços e equipamentos urbanos nessas localidades. Em contrapartida, os exigirá em ritmo mais intenso nas cidades pequenas e médias, onde os recursos orçamentários podem ser mais escassos e insuficientes para tais aportes de investimento. A emigração de contingentes populacionais para as regiões de maior expansão econômica na década ou que já dispunham de uma base econômica consolidada, em busca de empregos e de melhores salários, ou a imigração nas regiões de baixas condições de vida não deixam de ser “soluções” conjunturais paliativas para as restritas políticas compensatórias do governo federal e do estadual.

Em um balanço geral, é difícil avaliar se as mudanças demográficas e o novo quadro distributivo da população criam condições mais favoráveis ou mais obstaculizantes à efetividade da ação social do Estado. Mas certamente a superação de nossos seculares e recorrentes problemas do subdesenvolvimento só vingará, de fato, quando a sociedade brasileira sinalizar, nas urnas, a vontade política para tanto.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Censos, consensos, contrasensos**. Ouro Preto, 1984.
- ALBUQUERQUE, Roberto C., VILLELA, Renato. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. In: VELLOSO, J. P. R. (org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo : Nobel, 1991. p.23–104.
- ALTMANN, A. M. Goldani, FERREIRA, C.E. Evolução do Censo Demográfico e Registro Civil como fonte de dados para análise da fecundidade e mortalidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.40, n.160, p.399-453, 1979.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- ANDRADE, T.A., LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro : IPEA / INPES, 1979.
- ÁRIAS, Alfonso R. Revisando a PNAD: força de trabalho à luz dos resultados divulgados na década de 1980. In: SAWYER, Diana Oya (org.). **PNADS em foco**: anos 80. Belo Horizonte : ABEP, 1988. p. 65–88.
- ÁRIAS, Alfonso R., CAMBRAIA, José L.A. **Evolução do emprego industrial no período 1977–1985**: análise comparativa de resultados segundo diferentes fontes de dados. Brasília: MTb, 1985. (Projeto PNUD/OIT/BRA/82/026).
- ÁRIAS, Alfonso R., CORDEIRO, S.H.T.C. Uma discussão sobre a produção e uso dos dados sobre o mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.7, n.2, p. 219–235, 1990.
- ASHER, H. **Causal modeling**. Beverly Hills : Sage Publ., 1983.
- AZEVEDO, Beatriz . **O emprego no Rio Grande do Sul**: RAIS, PNAD e PME. Porto Alegre: FEE, 1985.
- AZZONI, Carlos R., et al. Renda e condições sociais em regiões do Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.2, p..98–105, 1994.
- BACHA, Edmar, KLEIN, Herbert S. **A transição incompleta**: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro : Paz e Terra, v. 1/2, 1986.
- BAUER, Raymond. **Social indicators**. Cambridge : MIT Press, 1966.
- BERCOVICH, A., et al. **População ocupada e rendimentos nas pesquisas econômicas e demográficas**: utilização em contas nacionais. Rio de Janeiro : IBGE, 1985. (Notas para Discussão.) Mimeo
- BERQUÓ, Elza. Uma queda (cirúrgica) na fecundidade. **Imprensa**, São Paulo, ano 7, n.76, p.16–20, 1994. (Encarte especial.)
- BLALOCK, H. M. The measurement problem. In: BLALOCK, H.M., BLALOCK, A.B. (orgs.) **Methodology in social research**. New York : MC Graw Hill, 1968. p.5–27.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa social**. Rio de Janeiro : Zahar, 1973.
- BLUMER, H. **A idéia de desenvolvimento social**. São Paulo : EAESP/FGV. (SOC-L-95).
- BÓGUS, Lúcia M.M., et al.. Processos migratórios no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990. **Anais ...** São Paulo : ABEP, v.1, 1990. p.427–460.

- \_\_\_\_\_. Migração no interior paulista. **Informe Demográfico**, São Paulo, v.23, p.1-126, 1990.
- BORGATTA, E.E., BOHRNSTEDT, G.W. **Sociological methodology 1969**. San Francisco: Jossey-Bass, 1969.
- BOUDON, Raymond. A new look at correlation analysis. In: BLALOCK, H.M., BLALOCK, A.B. (orgs.) **Methodology in social research**. New York : MC Graw Hill, 1968. p.199-234.
- \_\_\_\_\_. **Métodos quantitativos em sociologia**. Petrópolis : Vozes, 1971.
- BOUDON, R., LAZARFELD, P. **Metodologia de las ciencias sociales**. Barcelona : Laia, v.1, 1973.
- BREMAECKER, F.E.J. O desempenho econômico e a urbanização dos países latino-americanos. **Revista de Administração Municipal**, v.37, n.197, p.76-91, 1990.
- BROOKS, Ralph M. Social planning and societal monitoring. In: WILCOX, L.D., et al. (orgs). **Social Indicators and societal monitoring: an annotated bibliography**. New York : Elsevier, 1972. p.1-49.
- BUSSAB, Wilton O. **Análise de variância e de regressão**. São Paulo : Atual, 1986.
- BUSSAB, W.O., HO, L.L. **Características regionais de saúde no Estado de São Paulo: análise estatística dos dados**. São Paulo : FUNDAP, 1983.
- CACCIAMALI, M. C. Observações sobre a questão da distribuição de renda no Brasil. In: MONTORO FILHO, A.F., et al. (orgs). **Manual de economia**. São Paulo : Saraiva, 1988. p.347-363.
- CAMARANO, Ana Amélia. Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.7, n.2, p.207-218, 1990.
- CAMPANÁRIO, P., YAZAKI, L. M. A fecundidade em São Paulo e suas Regiões de Governo: níveis e tendências. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 25, p.11-58, 1994.
- CANO, Wilson, PACHECO, Carlos A. O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica regional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 3, 1989, Águas de São Pedro. **Anais... Águas de São Pedro : ANPUR, 1989**.
- \_\_\_\_\_. Cenários demográficos para as décadas de 80 e 90: implicações econômicas para as projeções populacionais do Estado de São Paulo. In: FUNDAÇÃO SEADE. **São Paulo no limiar do século XXI: população e emprego**, São Paulo, v.4, p.15-92, 1992.
- CARLEY, Michael. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro : Zahar, 1985.
- CARMO, Roberto L. **O conceito de qualidade de vida: uma primeira abordagem**. Campinas: IFCH / UNICAMP, 1993. ( Monografias de Graduação )
- CARVALHO, José Alberto M. Avaliação da política de produção, processamento e divulgação de informações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.7, n.2, p.180-183, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte : CEDEPLAR / UFMG, 1993.
- \_\_\_\_\_. Um Brasil mais velho e mais estável. **Imprensa**, ano 7, n.76, p.4-11, 1994. ( Encarte especial )
- CARVALHO, J.A.M., et al. **Conceitos básicos e medidas em demografia**. Belo Horizonte : CEDEPLAR / UFMG, 1990.
- CECCONI, O. Le concept de niveau de vie dans la science économique. **Economie & Humanisme**, 202, p.61-77, 1971.
- CETESB. **Tendências de localização industrial no Estado de São Paulo: 1950- 1980**. São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Efeitos da industrialização sobre o crescimento populacional municipal no Estado de São Paulo: 1950/1980**. São Paulo, 1985.
- CHAHAD, J. P. C. População, força de trabalho e desemprego no Brasil: 1960-1989. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS

- NAIS, 7, **Anais...** São Paulo : ABEP, v.2, 1990. p.51-82.
- CHANDLER, G. **How to find out: a guide to sources of information for all.** Oxford : Pergamon Press, 1966.
- COMUNE, A.E., CAMPINO, A. C. **Indicadores de qualidade de vida urbana.** São Paulo: FEA / USP, 1980.
- CUNHA, J. M. P. **Elementos de la redistribución espacial de la población en el Estado de São Paulo-Brasil, 1960-1980.** Santiago : CELADE, 1984. Tesis (Grado)
- \_\_\_\_\_. Aspectos quantitativos do processo de redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo-1960/80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5, 1986, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro : ABEP, v.2, 1986. p.591-623.
- \_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo.** Campinas : IFCH/UNICAMP, 1994. (Tese de Doutorado)
- \_\_\_\_\_. Migrações internas no Brasil: fatos, tendências e desafios metodológicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 2, 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte : ABE, 1994.
- CUNHA, J. M. P. , BAENINGER, R. **Aplicação do GIS ao caso do processo de redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo.** Campinas : NEPO/UNICAMP, 1994. (Textos Nepo) Mimeo
- DANIEL, Celso. O poder local no Brasil urbano. **Espaço e Debates**, São Paulo, n.24, p.27-39, 1988.
- DAVANZO, J. **Thecniques for analysis of migration-history data.** Santa Monica : Rand Corp, 1982.
- DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. **Espaço e Debates**, n.13, p.12-29, 1984.
- DIAS, Gentil M. , PLOGER, Ingo. **Mudança política, mudança social.** Brasília : UnB, 1980.
- DIEESE. O emprego no setor metal-mecânico e a recessão. **Boletim Dieese**, v.13, n.156, p.6-12, 1993.
- DILLON, W.R., GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis: methods and applications.** New York: Wiley, 1984.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo : Perspectiva, 1988.
- FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n.18, p.93-115, 1976.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B., et al. (org). **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo : Brasiliense, 1984. p.118-163.
- \_\_\_\_\_. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In: BACHA, Edmar, KLEIN, Herbert S. (orgs). **A transição incompleta: Brasil desde 1945.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986. v.1, p.75-109.
- FAROOQ, Ghazi M. **Population and employment in developing countries.** Geneva : OIT, 1985.
- FERREIRA, C. E. Métodos para estimar a migração: aplicações para o Estado de São Paulo, 1940/1950, 1950/1960, 1960/1970. **Informe Demográfico**, São Paulo, n.6, p.3-44, 1981.
- FERREIRA, C.E., ORTIZ, L.P. As dimensões da mortalidade infantil em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 04, n. 01, p.105-137, 1987.
- FERREIRA, Francisco W. **Condições de vida e planejamento físico.** Rio de Janeiro : FGV, 1966.
- FRANCIS, Ivor. **Statistical software: a comparative review.** New York : North Holland, 1981.
- FUNDAP-FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO.) **Características regionais de saúde no Estado de São Paulo.** São Paulo: FUNDAP, 1983. (Relatório Final.)
- FUNDAÇÃO SEADE. **Regiões homogêneas: um estudo dos perfis ocupacionais do interior.** São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.** São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Perfil Municipal 1980-1987.** São Paulo, 1989.

- \_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza e riqueza: pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo: definição e mensuração da pobreza**. São Paulo, 1992.
- HEISE, D. R. Problems in path analysis and casual inferences. In: BORGATTA, E. F., BOHRNSTEDT, G. W. (orgs.). **Sociological methodology 1969**. San Francisco : Jossey-Bass, 1969. p. 38–73.
- HELT, Sonia, et al. **Estatística em microcomputadores: uma nova opção para usuários do SPSS**. Rio de Janeiro : LTC, 1985.
- HOFFMANN, R. Informações necessárias para análise da distribuição pessoal da renda no Brasil. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 159–167, 1977.
- HOFFMANN, R., KAGEYAMA, A. Distribuição de renda no Brasil, entre famílias e entre pessoas, em 1970 e 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 12, 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo : ANPEC, 1984. p. 799–834.
- HOGAN, Daniel J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas : Unicamp, 1993. p. 101–131.
- IBGE – FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, div. anos. div. volumes.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, div. Anos. div. volumes.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios na década de 70**. Rio de Janeiro, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia do Censo Demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Básicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 1991.
- IPARDES. **Avaliação do alcance e limites da RAIS e Lei 4923/65**. Curitiba, 1987.
- JARDIM, A. P. Distribuição espacial da população brasileira e algumas características socioeconômicas entre 1960 e 1980. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 192, p. 97–154, 1988.
- JANNUZZI, P. M. Fontes de indicadores sociais para marketing. **Cadernos da FCECA**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 5–12, 1993.
- \_\_\_\_\_. Mudanças demográficas na última década: o que dizem os primeiros resultados do Censo 91. **Cadernos da FCECA**, Campinas, v. 3, n. 1, 1994. (No prelo)
- KATZMAN, M. Urbanização no Brasil a partir de 1945. In: BACHA, E., KLEIN, H. (orgs.). **A transição incompleta: Brasil desde 1940**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, p. 177–223, 1986.
- KIM, Jae-On, Mueller, C. W. **Introduction to factor analysis: what is and how to do it**. Beverly Hills : Sage Publ, 1978.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo : Perspectiva, 1978.
- LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro : IBGE, 1971.
- LAKATOS, Imre. **La metodología de los programas de investigación científica**. Madrid : Alianza Universidad, 1983.
- LAZARFELD, Paul. De los conceptos a los índices empíricos. In: BOUDON, R., LAZARFELD, P. (orgs.). **Metodologia de las ciencias sociales**. Barcelona : Laia, v. 1, 1973.
- LIEBETRAU, A. **Measures of association**. Beverly Hills : Sage Publ, 1983.
- LIPIETZ, Alain, LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 25, p. 12–29, 1988.
- LLUCH, C. Sobre medições de renda a partir dos censos e das contas nacionais no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 133–148, 1982.
- LODDER, Celsius A. O processo de crescimento urbano no Brasil. In: TOLEDO, A. H. P., CAVALCANTI, M. (orgs.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo : Cortez e Moraes, 1978. p. 3–18.

- LOPES, Juarez B. **Desenvolvimento e mudança social**. São Paulo : Nacional, 1980.
- MARKMAN, Roberta, WADDELL, Marie. **10 steps in writing the research paper**. New York: Barron, 1971.
- MARQUES, Carlos A. G. **Análise comparativa do mercado de trabalho nordestino usando dados do sistema RAIS**. Salvador : CME/UFBa, 1993. (Mimeo)
- MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP. **Censos, consensos, contra-sensos**. Ouro Preto, 1984. p.183-214.
- \_\_\_\_\_. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília : Instituto SPN, 1992. (Documento de Trabalho 11)
- \_\_\_\_\_. Os mitos demográficos e os censos. **Imprensa**, São Paulo, ano 6, n. 76, p.12-15, 1994. (Encarte especial.)
- \_\_\_\_\_. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília : IPEA, 1994. (Texto para Discussão n.329)
- MARTINE, G., CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.1, n. ½, p.99-144, 1984.
- MARTINE, G., et al. A PNAD: notas para uma avaliação. In: SAWYER, Diana Oya. (org.). **PNADS em foco: anos 80**. Belo Horizonte : ABEP, 1988. p.281-305.
- MARTINE, G., et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais...** Olinda : ABEP, 1988. p.19-64.
- MATTAR, Fauze N. **A pesquisa de marketing**. São Paulo : Atlas, 1993.
- MATTEO, Miguel. **Gestão da área metropolitana de São Paulo: a dinâmica da localização industrial**. São Paulo : EAESP/FGV, 1990. ( Dissertação de Mestrado)
- MÉDICI, André C. Notas interpretativas sobre a variável renda nos censos demográficos. In: ABEP. **Censos, consensos, contra-sensos**. Ouro Preto, 1984. p.75-132.
- \_\_\_\_\_. A mensuração da subjetividade: notas sobre a variável renda nas PNADS. In: SAWYER, Diana O. (org.). **PNADS em foco: anos 80**. Belo Horizonte : ABEP, 1988. p.121-145.
- \_\_\_\_\_. Sistema estatístico, planejamento e sociedade no Brasil (notas para uma discussão). **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.7, n.2, p.191-206, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Sem régua nem compasso**. Rio de Janeiro : ENCE / IBGE, 1991. (Relatório Técnico 06/91)
- MÉDICI, A. C., SILVA, Pedro L. B. **Administração flexível: uma introdução às novas filosofias de gestão**. São Paulo : FUNDAP, 1993.
- MERRICK, T., BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington : National Acad. of Sciences, 1983.
- MERRICK, Thomas W. A população brasileira a partir de 1945. In: BACHA, Edmar e KLEIN, Herbert S. (orgs). **A transição incompleta: Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, v.1, 1986. p.31-72.
- MIYAZAKI, E., STRANGEHAUS, G. Métodos para detecção de dados atípicos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 2, 1994, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte : ABE, 1994. (Apostila de minicurso.)
- MILLER, D. C. **Handbook of research design and social measurement**. New York : Longman, 1977.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatísticas da Mortalidade - 1987**. Brasília : FNS, 1991.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Anuário RAIS**. Brasília : CEIT, 1989.
- MOTTA, Antonio Carlos C. R. Análise de fatores determinantes das migrações em São Paulo. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 6, p.147-215, 1981.
- MUSGRAVE, R.A., MUSGRAVE, P. B. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro, São Paulo : Campus, EDUSP, 1981.

- NACIONES UNIDAS. **Manual de métodos de censos de poblacion: aspectos generales de los censos de poblacion.** Nueva York, 1958.
- \_\_\_\_\_. **Métodos de medicion de la migracion interna: manual VI.** Nueva York, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Fatores determinantes y consecuencias de las tendencias demograficas.** Nueva York, 1978.
- NEGRI, Barjas. As políticas de descentralização industrial e o processo de interiorização em São Paulo: 1975–1985. In: TARTAGLIA, J. C., OLIVEIRA, O.L. (orgs). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo.** São Paulo: UNESP, 1988. p.11–38.
- OCDE–ORGANISATION DE COOPÉRATION ET DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE. Indicators of social development. In: OCDE. **Social change and economic growth.** Paris, 1967. p.117–137.
- \_\_\_\_\_. **Indicateurs d'environnement urbain.** Paris, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco. **Malthus e Marx: falso encanto e dificuldade radical.** Campinas: NEPO / UNICAMP, 1985. (Textos Nepo 4)
- OLIVEIRA, Jane S. **O traço da desigualdade social no Brasil.** Rio de Janeiro : IBGE, 1993.
- ORTIZ, L. P., MARANGONE CAMARGO, A. B. Mortalidade infantil em São Paulo no período de 1980/1992. **Informe Demográfico,** São Paulo, n. 26, p.77–116, 1994.
- PAES, N.A. Completeness of deaths registration for Brazils and regions. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 2, 1994, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte : ABE, 1994.
- PASTORE, José, et al. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970–1980.** São Paulo: Pioneira / FIPE, 1983.
- PATARRA, Neide L. Transición demográfica: resumen histórico o teoría de población? **Demografia y Economia,** v.7, n.1, p.87–95, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O estudo sobre a reprodução humana no Distrito de São Paulo.** São Paulo : FAU / CEDIP / USP, 1976.
- \_\_\_\_\_. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo : Difel, 1978. Tomo III, v. 4, p.249–268.
- PATARRA, Neide, BÓGUS, Lúcia N. M. Percursos migratórios e ocupação do espaço urbano: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro : ABEP, 1980. p..823–849.
- PATARRA, Neide, CUNHA, J. M. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva,** v.1, n.2, p.32–35, 1987.
- PATARRA, Neide, et al. **Demografia.** São Paulo : FUNDAP, 1991. (Documento de Trabalho/QS 11)
- PATARRA, Neide, et al. **O Censo de 1991 e a nova realidade regional de São Paulo.** Campinas : NEPO/ UNICAMP/ NESUR/ IE/ UNICAMP, 1992. (Documento de trabalho n.1, Projeto “Migração, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo”)
- PATARRA, Neide, BAENINGER, Rosana. **Regionalização em São Paulo: novas tendências ou consolidação de processos recorrentes.** Campinas, 1994. (Convênio SEADE/ FECAMP (Projeto «A nova realidade socioeconômica do Estado de São Paulo»)
- PAULA, Sérgio Goes. **Morrendo à toa: sobre os limites das relações entre mortalidade e desenvolvimento do Brasil.** Campinas : Instituto de Economia/UNICAMP, 1987. (Tese de Doutorado)
- PELIANO, Ana Maria. **Mapa da fome.** Rio de Janeiro : IPEA, 1993.
- PERILLO, Sonia R. O que muda na dinâmica migratória do Estado de São Paulo nos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1992, Brasília. **Anais...** São Paulo : ABEP, v.3, 1992. p.255–270.
- \_\_\_\_\_. Migração no Oeste Paulista: Região de Governo de São José do Rio Preto. **Informe Demográfico,** São Paulo, n.27, p.1–77, 1994.

- PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desarrollo Humano: informe 1991**. Bogotá : PNUD, 1991.
- POPPER, K. A lógica da investigação científica. In: **Os pensadores**. São Paulo, v. XLIV, 1975. p.263–384.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Sumário de dados: população**. Campinas: Secretaria Municipal Planejamento, 1993.
- RAVESTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society**, n.47, p.167–227, 1885. *Apud* MOURA, H. (org.). **Migrações internas**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1980. p.19–88.
- REINHARD, Nicolau. **Palestra RAIS**, 1986. (Material não publicado, disponível no arquivo da FIA/FEA/USP).
- RICHARDSON, Harry. **Economia regional**. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.
- RIZZIERI, J. B. **Desenvolvimento econômico e urbanização**. São Paulo : IPE-USP, 1982.
- ROCHA, Sonia. La pobreza en el Brasil en los anos 80. **Revista Occidental**, México, v.7, n.3, p. 361–379, 1990.
- ROLNIK, R., et al. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo : Brasiliense, 1990.
- ROSEMBERG, Morris. **A lógica da análise do levantamento de dados**. São Paulo : Cultrix / EdUSP, 1976.
- RUAS, Claudete. O ensino de estatística nas Ciências Sociais: notas para discussão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 2, 1994, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte : ABE, 1994.
- SABÓIA, J. L. M., TOLIPAN, R. M. L. **A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ / IEL, 1985.
- SALIM, Celso. Migração: o fato e a controvérsia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1992, Brasília. **Anais...** São Paulo : ABEP, v. 3, 1992. p.119–143.
- SANTOS, Milton. Mecanismos de crescimento urbano na América Latina. In: **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo : Hucitec, 1982.
- SÃO PAULO. Estado. Secretaria do Interior. **Fatores locacionais da indústria e o desenvolvimento regional no Estado de São Paulo**. São Paulo : CAR, 1981.
- SÃO PAULO. Estado. Secretaria da Economia e Planejamento. **Hierarquia das Regiões e dos Municípios do Estado de São Paulo**. São Paulo: CAR, 1987.
- SELLTIZ, WRIGHTSMAN, COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo : EPU, v. 1, 1987.
- SERRA, J., AFONSO, J. R. R. Finanças públicas municipais: evolução, reforma constitucional e perspectivas. **Rev. Adm. Municipal**, Rio de Janeiro, v.36, n.193, p.32–42, 1989.
- SIEGEL, Jay B. **Statistical software for microcomputers: a guide for 40 programs**. New York: North Holland, 1985.
- SINGER, Paul. **Economia política e urbanização**. São Paulo : Brasiliense, 1976.
- SIQUEIRA, Arminda L. **Uso de transformação em análise de variância e análise de regressão**. São Paulo : IME/USP, 1983. (Dissertação de Mestrado)
- SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy**, v.70, n.5, p.80–93, 1962. *Apud* MOURA, H. (org.). **Migrações internas**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1980. p.115–143.
- SLOTTJE, Daniel. Measuring the quality of life across countries. **The Review of Economics and Statistics**, v.73, n.4, p.684–693, 1991.
- SOUZA, Celina Maria. **Metropolização brasileira: uma análise dos anos 70**. Rio de Janeiro: FGV, 1985.
- SOUZA, Jorge. **Sobre a natureza das observações e o delineamento observacional**. Brasília: Depto. Estatística / UnB, 1993. Mimeo
- TAGLIASSUCHI, M. T., VERGARA, D. H. A RAIS: um estudo do mercado de trabalho formal no Rio Grande do Sul. In: AZEVEDO, B. (org.) **O emprego no Rio Grande do Sul: RAIS, PNAD e PME**. Porto Alegre : FEE, 1985. p.25–84.
- TODARO, M. P. A model of labor migration in less developed countries. **The American**



- Economic Review**, v.59, n.1, p.138-148, 1969. *Apud* MOURA, H. (org.). **Migrações internas**. Fortaleza : BNB-ETENE, 1980. p.145-171.
- TORGERSON, Warren S. **Theory and methods of scaling**. New York : Wiley, 1958.
- TORRES, Ofélia L. S. **Indicadores de proteção à saúde da população materno-infantil no Brasil**. São Paulo : EAESP / FGV, 1984. (Relatório de Pesquisa n. 31)
- UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Depto de Biblioteconomia **Métodos e técnicas de estudo e pesquisa bibliográfica**. São Luis, 1986.
- UNESCO. **Indicateurs de la qualité de l'environnement et de la qualité de la vie**. Paris, 1979.
- WALDVOGEL, B., et al.. Nascimentos no Estado de São Paulo : situação do sub-registro nos anos 80 e diferenças regionais. **Informe Demográfico**, São Paulo, n. 25, p.145-198, 1994.
- WHYTE, Anne. **La perception de l'environnement: lignes directrices methodologiques pour les etudies sur le terrain**. Paris : UNESCO, 1978.
- ZOCKUN, M. H. **Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno**. São Paulo : FIESP / Cultura Editores, 1990.